GABRIEL ROISENBERG RODRIGUES

CLIVADAS E *TÓPICOS CONTRASTIVOS*: ESTUDOS SOBRE A SEMÂNTICA E A PRAGMÁTICA DA ARTICULAÇÃO INFORMACIONAL

PORTO ALEGRE
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIA E ANÁLISE LINGÜÍSTICA
LINHA DE PESQUISA: GRAMÁTICA, SEMÂNTICA E LÉXICO

CLIVADAS E *TÓPICOS CONTRASTIVOS*: ESTUDOS SOBRE A SEMÂNTICA E A PRAGMÁTICA DA ARTICULAÇÃO INFORMACIONAL

GABRIEL ROISENBERG RODRIGUES

ORIENTADOR: PROF. DR. SERGIO DE MOURA MENUZZI

Dissertação de Mestrado em Teoria e Análise Lingüística, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE
2009

Dedicado à minha família: Lola, Telmo e Lucas

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

A Sergio Menuzzi, meu genial orientador, por sua generosidade intelectual e pela amizade ao longo de todos esses anos de convívio. Sem dúvida, minha vida sofreu uma inflexão após tê-lo conhecido – eu certamente não estaria estudando os mistérios da linguagem se não fosse por ele. *Thanks, ol' buddy!*;

Aos colegas da pós – Pablo, JP, Othero e Laura – pelas conversas animadas, e pelas boas (e essenciais!) risadas;

Aos meus professores do Mestrado – Sabrina Pereira de Abreu, Mathias Schaff, Gisela Collischonn, Luiz Carlos Schwindt e Marcos Goldnadel – pela atenção dispensada e pelas discussões em sala de aula;

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, pelo suporte durante este período de mestrado;

À banca de Mestrado, composta por Marcelo Ferreira, Marcos Goldnadel e Sabrina Pereira de Abreu, pelas valiosas críticas e sugestões feitas durante a argüição;

À CAPES, pelo fundamental apoio financeiro;

Finalmente, à minha família, por terem me agüentado e apoiado por esse breve – e sofrido – período de estudos; este trabalho não existiria se não fosse por eles.

RESUMO

Este trabalho investiga a interação da Estrutura Informacional (EI) de duas construções marcadas do português – as *clivadas* e os *tópicos contrastivos* – com propriedades semânticas e pragmáticas associadas a estas duas estruturas. No que concerne às clivadas, o trabalho investiga de que modo a EI interage com quatro propriedades "de significado" comumente associadas a esta construção: (a) a leitura "especificacional" da sentença como um todo; (b) o "efeito de exaustividade" associado ao constituinte focalizado; (c) o caráter "pressuposicional" da oração clivada; e (d) o caráter "denegador" da sentença clivada como um todo dentro do discurso. A principal conclusão é de que tanto a propriedade (b) quanto a (d) não parecem ser "inerentes" à clivada; em particular, a propriedade (b) – que é analisada como um subproduto de um tipo particular de foco, o "foco identificacional", no influente trabalho de Kiss (1998) – não parece ser um aspecto convencionalizado da EI, mas sim um efeito da interação entre as propriedades (a) e (c) – estas sim, "convencionais" relativamente às clivadas. Quanto aos tópicos contrastivos, o trabalho concentra-se no impacto de sua EI na estrutura do discurso; mais especificamente, este estudo procura esclarecer qual o papel da EI dos tópicos contrastivos – e o papel da EI em geral – no estabelecimento de "relações retóricas" como a de "contraste", normalmente equacionada ao significado da conjunção adversativa *mas*. A conclusão é de que a EI dos tópicos contrastivos, em conjunto com a EI não-marcada, é que parece induzir a relações retóricas de "contraste" – independentemente de elementos externos à EI, como expressões que, à semelhança do *mas*, veiculam convencionalmente contraste. Deste modo, teorias que se valham da EI para estruturar o discurso – como a de Büring (2003), por exemplo – parecem ser mais adequadas para lidar com este tipo de fenômeno do que outras que depositam a maior parte do poder descritivo nas relações retóricas em si, como a de Asher & Lascarides (2003).

ABSTRACT

This work investigates the interaction of the Information Structure (IS) of two marked constructions of Portuguese – the *clefts* and the *contrastive topics* – between semantic and pragmatic properties associated with those constructions. Concerning clefts, this work investigates how IS interacts with four "properties of meaning" commonly associated with cleft sentences: (a) the "specificational" reading of the sentence as a whole; (b) the "exhaustivity effect" associated with the focalized constituent; (c) the "presuppositional" character of the cleft clause; and (d) the "denying" character of the cleft sentence as a whole in the discourse. The main conclusion is that neither property (b) nor property (d) seem to be "inherent" properties of clefts; in particular, property (b) – which is analyzed as a sub-product of a particular kind of focus, the "identificational focus", in Kiss' (1998) influential paper – doesn't seem to be a conventionalized aspect of IS, but instead a product of the interaction between properties (a) and (c) – which are actually "conventionalized" with respect to clefts. As for contrastive topics, this work concentrates on the impact of its IS in discourse structure; more specifically, this paper tries to clarify what is the role of the IS of contrastive topics – and of IS in general – in the establishment of "rhetorical relations" such as "contrast", usually identified with the meaning of conjunctions like *but*. The conclusion is that the IS of contrastive topics, together with the non-marked IS, seems to induce rhetorical relations like "contrast" – independently of elements external to IS, like expressions that, as *but*, induce contrast conventionally. Thus theories that use IS to structure the discourse – like Büring's (2003), for instance – seem to be more adequate to deal with this kind of phenomenon than theories that place much of the descriptive power in rhetorical relations itself, as in Asher & Lascarides (2003).

SUMÁRIO

Prefácio.....09
1 ESTRUTURA INFORMACIONAL.....10
1.0 Introdução.....10
1.1 "Estrutura Informacional".....11
1.2 Dois tipos de "novo/velho".....13
1.3 Tópico, Foco e *Background*.....16
1.3.1 Tópicos e suas propriedades.....17
1.3.2 O "comentário": Foco e Background.....23
1.4 Conclusões.....32
2 PRESSUPOSIÇÃO, EXAUSTIVIDADE E DENEGAÇÃO NAS CLIVADAS.....33
2.1 Introdução.....33
2.2 Clivadas: forma e "significado".....35
2.2.1 Leituras semânticas "predicacionais" e "especificacionais".....37
2.2.2 Caráter "pressuposicional" da oração clivada.....40
2.2.3 Constituinte clivado "contrastivo" e o "efeito de exaustividade".....45
2.2.4 Função "denegadora" da sentença clivada no discurso.....50
2.2.5 Síntese.....52
2.3 Casos de não-exaustividade e de não-denegação.....53
2.3.1 Clivadas sem efeito de exaustividade.....53
2.3.2 Clivadas sem caráter denegador.....60
2.3.3 Síntese.....63

2.4 O caráter da exaustividade nas clivadas.....63
2.4.1 Sobre a suposta "pressuposição de exaustividade".....64
2.4.2 Implicaturas conversacionais e exaustividade.....66
2.5 Conclusão.....71
3 TÓPICOS CONTRASTIVOS E CONTRASTE TEMÁTICO.....76
3.1 Introdução.....76
3.2 Articulação Informacional, Foco e Tópico Contrastivo.....77
3.3 Estrutura temática do discurso.....80
3.4 Contraste Temático e a "Alternância Tópico Contrastivo/Foco-somente.....85
3.5 A semântica dos tópicos contrastivos.....89
3.5.1 A análise de Büring (2003) para TCs.....89
3.5.2 Aplicando a análise de Büring à alternância TC/Foco-somente.....93
3.6 Contraste por *mas* vs. Contraste pela Alternância TC/F-somente.....96
3.7 Conclusões.....101
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....105

PREFÁCIO

O presente trabalho é fruto de um longo período de estudo, que se estende por um intervalo de aproximadamente 4 anos. Em particular, os capítulos 2 e 3 – os dois eixos centrais desta dissertação – são resultados, em grande parte, do trabalho em parceria que eu e meu orientador, Sergio Menuzzi, estabelecemos desde 2005. Nossa pesquisa começou a partir de minha entrada no grupo de estudo liderado pelo prof. Menuzzi, em meados de 2005; continuou durante minha bolsa de iniciação científica, no período de agosto de 2006 a dezembro de 2007, sob sua orientação; e atingiu a forma definitiva no mestrado, iniciado em março de 2008, novamente sob orientação do prof. Menuzzi. Para maiores detalhes sobre as origens de cada um dos capítulos, ver notas † e †† nas páginas iniciais dos capítulos 2 e 3, respectivamente.

1. Estrutura Informacional

1.0. Introdução

Como o título desta dissertação deixa claro, nosso objetivo nela é utilizar algumas das chamadas "estruturas marcadas" do português (brasileiro) como um meio de acesso a questões relacionadas à "estrutura informacional" da frase. Do ponto de vista da presente dissertação, o elemento crucial da "estrutura informacional" é seu caráter eminentemente de *interface* na organização do conhecimento lingüístico. Muito preliminarmente, pode-se dizer que a estrutura informacional é aquele componente de "significado" da frase que diz respeito a distinções como informação velha/informação nova, tópico/comentário, foco/pressuposição, etc. Como veremos, estas distinções não são apenas rótulos para padrões de entoação e forma da frase – não são apenas conceitos para questões de descrição e explicação sintática. Também podem afetar as condições de verdade da frase e, portanto, dizem respeito também à semântica, e obviamente interagem com condições contextuais de uso, atos de fala e estrutura temático do discurso – sendo um dos tópicos fundamentais da pragmática.

Enfim, a estrutura informacional é um dos aspectos centrais da organização da linguagem, estando no centro das interações entre sintaxe, semântica e pragmática. É, por isso, um tópico complexo, e seu estudo, um desafio. Nosso objetivo, nesta dissertação, é procurar contribuir para esclarecer questões que emergem desta complexidade. Especificamente, apresentaremos dois estudos de caso, um sobre a estrutura clivada e outro sobre as construções de tópicos contrastivos, procurando discutir a natureza e a importância dos "efeitos informacionais" associados a estas construções.

No caso do estudo sobre as clivadas (capítulo 2), procuraremos determinar, após estudo cuidadoso das várias propriedades de significado desta construção, aquelas que parecem ser constantes e, possivelmente, associadas convencionalmente com ela. O resultado deste estudo, como veremos, será, num certo sentido, o de um "exercício reducionista", em que argumentaremos que certos "aspectos informacionais" da construção podem, em última análise, ser reduzidos à "semântica" dela: procuraremos mostrar que estes aspectos, tidos como inerentes às clivadas – os chamados "efeitos de exaustividade" – são provavelmente inferências pragmáticas acionadas a estrutura

lógico-semântica destas construções em interação com as máximas conversacionais griceanas.

No segundo estudo, sobre as construções de tópico contrastivo, faremos o inverso, isto é, antes do que "reduzir" efeitos informacionais a outros componentes de significado, procuraremos mostrar neste caso que a estrutura informacional pode ser, por si, responsável por elementos fundamentais da coerência discursiva. Especificamente, procuraremos mostrar que a interação de tópicos contrastivos com padrões não-marcados da estrutura informacional pode ser capaz de veicular o mesmo tipo de conteúdo que conetivos sentenciais como *mas* e *e.* Fundamental para a nossa discussão é que, embora sejam conteúdos do mesmo tipo, *não são iguais*: isso significa que, embora a estrutura informacional possa estabelecer o mesmo *tipo* de relação que *mas*, as relações expressas são diferentes e independentes. Ou seja, a estrutura informacional é responsável por relações de coerência discursiva próprias, não redutíveis a outros elementos da linguagem.

Com os dois estudos acima resumidos, esperamos demonstrar nesta dissertação não apenas a complexidade dos fenômenos da estrutura informacional, mas também sua profundidade e interesse.

No presente capítulo, de introdução, pretendemos apresentar de modo relativamente informal e resumido, conceitos e fenômenos fundamentais no estudo da estrutura informacional – conceitos e fenômenos a partir dos quais procuraremos desenvolver as discussões mais detalhadas dos capítulos 2 e 3.

1.1. "Estrutura Informacional"

No estudo das línguas naturais, é recorrente a observação de que um dado conteúdo proposicional, veiculado por um conjunto fixo de itens lexicais, pode ser apresentado de diversas maneiras – sem que isso afete as condições de verdade da asserção.[1] Este fenômeno pode ser observado em (1) abaixo:[2]

---

[1] A invariabilidade das condições de verdade de uma sentença com diferentes articulações informacionais não é consenso, como veremos mais adiante; ver seção 1.2.2.

[2] Nos exemplos apresentados neste trabalho, usaremos, sempre que isso não criar maiores problemas, o registro mais próprio da fala – procurando, deste modo, a máxima naturalidade do discurso. Em particular, nomes próprios serão precedidos de artigos definidos (i.e. *o* João, *a* Maria etc.); pronomes na função de objeto direto podem aparecer na forma reta (*ele, ela*), etc.

(1) a) O João encontrou a Maria no cinema.
b) A Maria, o João encontrou ela no cinema.
c) O João, ele encontrou a Maria no cinema.

Em (1a-c), o conteúdo proposicional permanece o mesmo, e a forma lógica correspondente é algo como ∃e (ENCONTRAR(e) ∧ Agente(e,João) ∧ Paciente(e,Maria) ∧ LUGAR(e, cinema)). No entanto, parece haver algum aspecto de significado que distingue (1a) e (1c) de (1b): (1a) e (1c) parecem informar algo "sobre" João, enquanto (1b) parece informar algo "sobre" Maria.

Até mesmo (1a) pode ter o seu conteúdo proposicional apresentado de modos diferentes, dependendo da entoação conferida ao enunciado (SMALL CAPS indica o constituinte sobre o qual recai o "acento nuclear" da sentença):

(1') O JOÃO encontrou a Maria no cinema.
(1'') O João encontrou a MARIA no cinema.

Ainda que (1') e (1'') veiculem a mesma proposição, os contextos discursivos em que poderiam figurar não são os mesmos: (1'), por exemplo, seria adequada como uma resposta a *Quem encontrou a Maria no cinema?*, mas não respondendo a uma pergunta como *Quem o João encontrou no cinema?*; (1''), por outro lado, seria adequada justamente no contexto em que (1') não seria, e inadequada no contexto em que (1') seria adequada.

Freqüentemente, estes "modos de apresentação" são atribuídos ao status informacional dos vários elementos que compõem as sentenças. Em particular, diz-se que a variação verificada acima está relacionada com a distinção entre "informação velha" e "informação nova" – ou, mais especificamente, àquilo que o *falante* julga ser "informação nova/velha" para o seu interlocutor. Deste modo, as escolhas prosódicas e estruturais feitas pelo falante dependeriam do conjunto de "crenças" (i.e. proposições) que este atribui ao interlocutor, e do "foco de atenção" do ouvinte/leitor.

O componente lingüístico responsável pelas diferentes manifestações desta distinção nas sentenças é denominado *Estrutura Informacional* (EI); e diz-se que as propriedades de EI presentes em (1a-c) e (1'-1'') determinam diferentes *articulações informacionais*. Assim, em (1b) e (1c), os DPs *a Maria* e *o João*, respectivamente, são

“informação velha”; e os DPs *o João* e *a Maria* em (1’) e (1’’), respectivamente, são “informação nova”.

Nas seções seguintes, iremos estudar com mais cuidado as principais características da EI: primeiro, investigaremos o que se entende por “novo” ou “velho” de modo mais preciso (seção 1.1); depois, estudaremos detidamente os principais conceitos relacionados a EI (seção 1.2) – o “tópico” (seção 1.2.1) e o “foco” (seção 1.2.2).

1.2. Dois tipos de “novo/velho”

Como observamos acima, a EI das sentenças é normalmente associada à distinção entre “informação nova” e “informação velha”. No entanto, é preciso qualificar esta afirmação, pois nem tudo aquilo que é reconhecido como “novo” ou "velho" em uma dada sentença tem este mesmo status no sentido da EI. Os exemplos (3) e (4) abaixo ilustram este caso (Gundel & Fretheim (2004: 177), exs. 3 e 4):

(3) A: Quem ligou?
B: A Maria$_i$ disse que ELA$_i$ ligou.

(4) A: Você pediu o salmão ou a galinha?
B: Foi a GALINHA que eu pedi.

Observe que, em (3), o pronome *ela* é correferencial a *Maria* e, portanto, seu referente é “velho” – ou seja, é “dado”, ou previamente introduzido no discurso. Contudo, o pronome também veicula “informação nova” para os fins da EI: é aquilo que o falante julga ser “novo” para seu ouvinte, relativamente ao conhecimento que este último parece deter – i.e., A sabe que alguém ligou, mas não sabe quem; o pronome *ela* fornece esta "informação nova" para A, embora se refira a um referente já conhecido por A. Analogamente, em (4), o referente correspondente ao DP *a galinha* na fala de B é “velho” discursivamente, pois foi mencionado anteriormente; no entanto, é “novo” informacionalmente, preenchendo uma lacuna de indeterminação introduzida pela fala de A.

Reciprocamente, há circunstâncias em que referentes “novos”, introduzidos pela primeira vez no discurso e novos para o interlocutor, podem estar vinculados ao tipo

de relação identificada nos exemplos (1b) e (1c) acima – a saber, a de a asserção ser "sobre" o referente. Isto pode ser observado no exemplo (5) abaixo (Reinhart (1981), *apud* Gundel & Fretheim (2004: 181), ex. 13):

(5) A: E aí, quais são as novas?
B: [Um vizinho conhecido meu]$_i$, a esposa d[ele]$_i$ faleceu ontem.

O referente correspondente ao DP *um vizinho conhecido meu* certamente é novo para A, e é introduzido pela primeira vez no discurso na fala de B (este tipo de DP indefinido é normalmente chamada de "indefinido específico"). Entretanto, a asserção é entendida intuitivamente como sendo "sobre" este vizinho; em algum sentido, ele é entendido como sendo "velho" informacionalmente – é o "tópico", sobre o qual A deve "armazenar" a "informação nova" sendo veiculada pelo enunciado de B.

Segundo Gundel & Fretheim (2004), estas diferentes intuições sobre o que é "novo" ou "velho" podem ser sistematizadas agrupando-as em duas classes diferentes: a classe dos elementos novos/velhos *referencialmente* (novo/velho REF) e a dos elementos novos/velhos *relacionalmente* (novo/velho REL).

Para Gundel & Fretheim (2004: 176), a classe de elementos novos/velhos REF "envolve uma relação entre uma expressão lingüística e uma entidade não-lingüística correspondente na mente do falante/ouvinte, no modelo discursivo, ou em um mundo real ou possível"; mais especificamente, ela envolveria diferentes "status cognitivos" de representações de entidades, ou maior/menor "saliência" no discurso. Um exemplo representativo desta relação é o do contraste entre formas pronominais e descrições definidas: enquanto pronomes indicariam que determinada entidade permanece "ativa" no discurso, descrições definidas seriam especializadas em ativar referentes que se encontram *inativos* no discurso (mas que contam com alguma representação na memória do ouvinte/leitor).

Por exemplo, em (6) abaixo (Givón (1992: 14), ex. (11a)), o DP *o homem* que inicia o discurso pode ser retomado – depois de um longo período de ausência no discurso, como pode se verificar – por uma outra descrição definida, como em (6a), mas não por uma forma pronominal, como *ele* em (6b).

(6) [O homem]$_i$ terminou o ritual e saiu para verificar suas armadilhas para ursos. O fogo morreu lentamente. Era uma noite fria, e as estrelas brilhavam com

força no firmamento; mas não havia qualquer vento, e o silêncio imperava. Apenas um solitário coiote uivava.

a) Depois de um tempo, [o homem]$_i$ reapareceu ...
b) ??Depois de um tempo, [ele]$_i$ reapareceu ...

O inverso também pode ocorrer, como o demonstra (7) abaixo (Givón (1992: 14), ex. (11c)). Neste caso, o uso da descrição definida para retomar um referente previamente introduzido que se encontra "ativo" soa estranho; por outro lado, o uso da forma pronominal para a retomada anafórica deste mesmo referente é bem-sucedido.

(7) [O homem]$_i$ terminou o ritual. {Ele$_i$/??[O homem]$_i$} apagou a fogueira ...

A propriedade novo/velho REL, por outro lado, sinaliza uma *relação* entre elementos frasais – apesar de poder interagir de modo sistemático com propriedades da relação novo/velho REF. Em particular, ela envolve "a partição das sentenças em duas partes complementares, X e Y, onde X é aquilo sobre o que a sentença predica e Y é o que é predicado sobre X" (Gundel & Fretheim (2004: 177). Assim, X é "dado" em relação a Y, no sentido de ser sobre ele que recai a predicação expressa por Y; e Y (ou parte de Y) é "novo" relativamente a X, no sentido de ser informação nova que é assertada relativamente a X. Elementos oracionais que desempenham o papel de X são usualmente denominados *tópicos*; e os que desempenham o papel de Y são denominados *comentários*.

Por exemplo, em (1b) acima, temos X = 'Maria' e Y = 'João encontrou X no cinema'; e em (1c), X = 'João' e Y = 'X encontrou a Maria no cinema'. Já a análise de (1a) não é tão direta como as anteriores, pois a atribuição de uma EI a ela é mais dependente da realização prosódica (e do contexto) do que os casos de (1b) e (1c). Em particular, se sua prosódia for a apresentada em (1'), seu tópico será provavelmente X = 'Maria', e o comentário será Y = 'O João encontrou X no cinema'; mas se sua prosódia for a de (1''), sua EI será provavelmente X = 'João', e o comentário, Y = 'O João encontrou X no cinema'. (Na seção seguinte, veremos que a partição da sentença em "tópico" e "comentário" é uma simplificação – especialmente no que diz respeito ao "comentário").

Há ainda outra distinção velho/novo REL freqüente na literatura, consagrada por Jackendoff (1972) e Chomsky (1971): a divisão entre "foco" (que corresponderia àquilo que é "novo" e é assertado) e "pressuposição" (que corresponderia àquilo que é "velho" e faz parte conhecimento compartilhado entre os falantes). Por exemplo, (1') acima, nesta perspectiva, poderia ser representado por "Existe um x tal que [$_{\text{pressuposição}}$ x encontrou Maria no cinema] e [$_{\text{asserção}}$ x = João]"; (1''), por seu turno, teria uma representação como "Existe um x tal que [$_{\text{pressuposição}}$ João encontrou x no cinema] e [$_{\text{asserção}}$ x = Maria]". Como veremos na seção 1.2, tanto a divisão em "tópico"/ "comentário" quanto a em "foco"/ "pressuposição" capturam aspectos relevantes da EI das sentenças.

Portanto, a conclusão é de que as distinções novo/velho REF e REL são logicamente independentes. Isto não significa que não haja correspondência alguma entre estas duas noções; e, de fato, o que se verifica é que há correspondências sistemáticas entre elas. Por exemplo, tópicos tendem a denotar entidades familiares ao ouvinte, com maior grau de "ativação" em sua mente (entidades no "foco de atenção"), etc. (ver Givón (1993, 2001), Lambrecht (1994), Gundel & Fretheim (2004) e muitos outros). Em suma, concluímos que "novo/velho REF" e "novo/velho REL" são noções logicamente independentes, ainda que relacionadas de modo relativamente sistemático no uso efetivo da língua.

Apesar de ambas as distinções distinções informacionais serem pertinentes (todas têm a ver, de algum modo, com o fluxo, o processamento e com as condições pragmáticas de uso da informação proposicional), daqui em diante nos interessarão basicamente as distinções informacionais de cunho "relacional" – isto é, aquilo que é "novo ou velho" por causa da relação local com os demais segmentos da frase e com o contexto imediato (i.e. aquilo que, na frase, retoma o contexto e é pressuposto nele, ou que é assertado e o atualiza).

1.3. Tópico, Foco e *Background*

Nesta seção, iremos discutir mais de perto algumas das propriedades que são comumente associadas aos componentes da distinção novo/velho REL mencionados acima. No que diz respeito aos tópicos, por exemplo, veremos que: (i) sua presença nem sempre é necessária; (ii) nem sempre coincidem com o sujeito gramatical; e (iii)

sua ocorrência induz a diferentes "organizações temáticas" do discurso. No que concerne ao comentário, veremos que: (iv) pode ser desdobrado em dois outros componentes, o *foco* e o *background*; (v) o *background* muitas vezes não está presente na sentença – e, portanto, não é um componente definidor do comentário; (vi) o foco, em contrapartida, é indispensável e parece interferir diretamente na interpretação das sentenças. Finalmente, (vii) faremos uma breve apresentação do *framework* formal para a análise do foco, a "semântica de alternativas" de Rooth (1985, 1992, 1996), por sua importância para a discussão que faremos tanto das clivadas e de seu "efeito de exaustividade" (capítulo 2), quanto dos tópicos contrastivos e seu papel no discurso (capítulo 3).

1.3.1 Tópicos e suas propriedades

Na seção anterior, vimos que um modo usual de se analisar o importe informacional das sentenças consiste em dividi-las em dois "segmentos informacionais": o tópico, normalmente associado com a função de "informação velha", e o comentário, normalmente associado à função de "informação nova". A idéia de que a frase apresenta esta segmentação pode sugerir que sempre iremos encontrar tópicos gramaticalmente codificados nas sentenças; entretanto, não é isso o que acontece. Nos exemplos (8) e (9) abaixo, as sentenças como um todo parecem ser um "comentário" – ou seja, elas descrevem uma situação que deve ser inteiramente adicionada ao conhecimento do interlocutor (Smith (2003: 195), exs. (9a) e (9c)):

(8) Está chovendo.
(9) Há pessoas mortas nas ruas.

Sentenças como (8) e (9) são usualmente denominadas "téticas", em oposição às "categóricas", que expressam um julgamento ou predicação sobre um referente (cf. Kuroda (1972)). Observe que tais sentenças são mais adequadas a perguntas como *O que aconteceu?* ou *Qual é o problema?*; isto corresponde à idéia de que, em tais sentenças, "tudo é novo".[3]

---

[3] Vale observar que alguns autores, como Erteschick-Shir (1997, 2007), postulam a existência de

Outra observação importante é a de que sujeitos são tipicamente interpretados como tópicos em sentenças. Intuitivamente, isto faz pleno sentido: como observa Smith (2003: 193), entre muitos outros (Halliday (1967), Givón (1993), Vallduvi (1992)), o sujeito de uma sentença, sendo o primeiro elemento a ser processado pelo ouvinte, liga-se diretamente ao discurso anterior – isto é, é o ponto de partida informacional da sentença. Assim, ele é o candidato ideal para indicar "onde" a informação deve ser armazenada pelo ouvinte – e, em conseqüência, para indicar "sobre o quê" deverá ser a sentença. À guisa de ilustração, considere (10) abaixo, em que o DP *o João* é preferencialmente interpretado como tópico:

(10) O João$_i$ insultou o PEDRO$_j$, e depois [ø$_{\{i/*j\}}$ /ele$_{\{i/?j\}}$] foi EMBORA.

Observe que a interpretação do pronome *ele* como correferencial ao DP objeto *o Pedro* é desfavorecida relativamente ao DP sujeito *o João*; com o sujeito nulo, por sua vez, o DP sujeito é a *único* antecedente disponível. Isto parece indicar, justamente, que o sujeito é mais "tópico" que outras posições gramaticais da oração: o pequeno discurso em (10) é intuitivamente entendido como sendo sobre João, e não sobre Pedro.

Entretanto, isto não significa que todo sujeito gramatical deva ser tópico das sentenças. Por exemplo, considere o diálogo (11) abaixo (Erteschik-Shir (1997), *apud* Smith (2003: 194), ex. (6)):

(11) A: Me fale sobre a Terra. O que você sabe sobre ela?
B: *Ela* é redonda, é um planeta e a Lua gira em torno d[*ela*].

Na terceira oração do enunciado de B, o tópico é o pronome *ela*, e não o DP *a Lua*; note que o próprio contexto sugere esta interpretação, especialmente pelo enunciado de A, que anuncia *a Terra* como o "assunto" (i.e. o "tópico do discurso") sobre o qual tratará o diálogo.

Os exemplos anteriores parecem sugerir uma conexão nada trivial entre tópicos "das sentenças" (i.e. com alguma correspondência com elementos das sentenças) e

---

um "tópico abstrato" em tais casos (*stage topics*), correspondendo à localização espacial e temporal em que o enunciado ocorre.

tópicos "do discurso" (i.e. que correspondem, grosso modo, aos "assuntos" tratados por (macro-)unidades do discurso). E, de fato, alguns autores sugerem que o conceito de tópico deva ser tratado como uma noção discursivo-funcional: para Givón (1983), por exemplo, tópicos são elementos não-discretos, que envolvem variáveis como "preditibilidade", "continuidade", "*backgroundiness*" etc. Todas essas noções são essencialmente discursivas – "preditibilidade", por exemplo, tem a ver com o quão "previsível" é a ocorrência de um dado elemento em um determinado ponto do discurso, "continuidade" é uma medida da "persistência" de um dado elemento no transcorrer do discurso, e assim por diante. Para Givón, a topicalidade de uma expressão é definida em termos de sua "acessibilidade anafórica" (referentes tópicos tendem a ter antecedentes nas orações precedentes) e "persistência catafórica" (referentes tópicos tendem a persistir nas orações subseqüentes).

Apesar de não acreditarmos que a noção de tópico possa ser definida em termos das variáveis introduzidas por Givón (1983) – ao nosso ver, estas são "reflexos discursivos" da noção funcional de tópico, e não seus termos definitórios –, cremos que os tópicos sejam, de fato, intimamente ligados à *organização discursiva* – ou seja, que de alguma forma colaborem para a progressão adequada (ou inadequada) do discurso. Para vermos isso, tomemos o exemplo (12) abaixo (Reinhart (1981), *apud* Smith (2003: 190)):

(12) A: Por que você tem tanta raiva do Pedro?
B: a) O Pedro é um sujeito pretensioso. Nem a Maria consegue suportá-lo.
b) ?? O Pedro é um sujeito pretensioso. A Maria, nem ela consegue suportá-lo.

Em (12), o "tópico do discurso" é intuitivamente entendido como sendo Pedro, como fica claro pela pergunta de A. Gramaticalmente, isso é sinalizado tanto pela função gramatical de sujeito exercida pelo DP *o Pedro* na primeira sentença, quanto pelo pronome átono correferente a este mesmo DP na segunda. E a tentativa de "forçar" um novo tópico para a segunda sentença por meio do deslocamento-à-esquerda em (10B.b) não é bem sucedida: a progressão do discurso em torno do

tópico 'Pedro', neste caso, parece limitar a escolha de novos tópicos na oração subseqüente.[4]

Outra instância interessante de interação entre tópicos e discurso pode ser encontrada nas construções de "tópicos contrastivos" – sobre as quais nos deteremos com mais vagar no capítulo 3. Em (13) abaixo, é oferecido um exemplo típico de tópico contrastivo; observe especialmente os nomes próprios em itálico - os "tópicos" propriamente ditos:

(13) A Sara tem dois filhos, o Jacó e o Isaac. *O Jacó* ela IDOLATRA, e *o Isaac* ela DETESTA.

Segundo Givón (1993), tópicos contrastivos seriam responsáveis pela manutenção de "cadeias temáticas" no discurso (i.e. correspondentes a uma mesma unidade temática), por meio do contraste "local" entre elementos tópicos das sentenças. Teoricamente, isto explicaria o contraste encontrado em (14) abaixo (onde ## indica início de "parágrafo temático"):

(14) ... Então, a mulher fez a poda em todo o jardim, enquanto o homem ficou vadiando o tempo todo.

a) ## Na primavera seguinte, nós vimos a mulher acompanhada por outro homem ...

b) ?? ## Na primavera seguinte, *a mulher* nos vimos acompanhada por outro homem ...

Em (14a), a sentença que se segue à locução adverbial está na ordem direta, e

---

[4] Como observa Sergio Menuzzi (c.p.), é possível que o problema em (12) tenha a ver com o deslocamento-à-esquerda – que, como Givón (1992) observa, pede que Maria já tenha sido um referente do discurso "ativo", ou "tópico". Considere, por exemplo, (i) abaixo:

(i) A: Que você acha de morar aqui/nesta república?
B: Bom, o Pedro é um cara pretensioso. A Maria, por outro lado, é um doce de pessoa.

No exemplo (i) acima, em que não há um sentimento tão forte de falta de naturalidade como em (12B.b) – porque não há o problema com o DE –, o discurso faz sentido se admitirmos que o tópico "inclui" Pedro e Maria.

parece adequada para o início de uma nova unidade temática no discurso – isto é, para uma ruptura de continuidade temática. Já (14b), por seu turno, soa estranha nesse ponto do discurso, o que era esperado: construções com tópicos contrastivos, por sinalizarem a *continuidade* de cadeias temáticas, seriam inadequados em pontos de ruptura discursiva.

Naturalmente, os "tópicos contrastivos" não são o único mecanismo de manutenção de cadeias tópicas. Em (15) abaixo, por exemplo, a cadeia tópica é mantida por meio da *continuidade* de um mesmo "tópico do discurso" (i.e. João); e os mecanismos gramaticais utilizados são basicamente dois: a função gramatical de sujeito e o uso de pronomes (plenos e nulos).

(15) O João$_i$ foi um ótimo aluno. *Ele*$_i$ sempre foi muito estudioso, ø$_i$ adorava escrever e ø$_i$ era o melhor jogador de basquete da escola.

Neste caso, é fundamental observar que (13) e (15) diferem crucialmente no *modo* como mantém a cadeia tópica ativa: em (13), isto se dá pelo *contraste* entre referentes discursivos, enquanto em (15) isto ocorre pela manutenção de um *mesmo referente* como tópico – isto é, sem "contrastar" quaisquer referentes. Como veremos nos capítulos seguintes, a noção de "contraste" é muito importante em diversos fenômenos relacionados à EI, como o da "exaustividade" das clivadas (capítulo 2) e o da interpretação dos tópicos contrastivos (capítulo 3).

Há ainda outra construção "marcada" em que, segundo Givón (1993), tópicos exercem um papel proeminente na organização do discurso – mas, nesse caso, o inverso do exercido por tópicos contrastivos: o chamado "deslocamento-à-esquerda". Já vimos dois exemplos de deslocamento-à-esquerda no começo desse capítulo; abaixo, reproduzo estes exemplos por comodidade. Formalmente, estas construções caracterizam-se pela presença de (i) um elemento tópico na "periferia esquerda" da sentença, normalmente correspondendo a um dos argumentos do predicado da sentença, e (ii) de um "pronome-lembrete" na posição de origem do elemento tópico; prosodicamente, caracterizam-se por uma curva entoacional própria para o elemento da periferia esquerda, freqüentemente seguida de pausa:

(1) b) *A Maria*, o João encontrou *ela* no cinema.
c) *O João*, *ele* encontrou a Maria no cinema.

Segundo Givón (1993: 211), construções de deslocamento-à-esquerda seriam especializadas em retomar elementos mencionados há grandes "distâncias textuais" – especialmente elementos mencionados em unidades temáticas precedentes. Assim, tais construções seriam típicas de "rupturas temáticas", ocorrendo preferencialmente em fronteiras – mais especificamente, no *início* – de novos segmentos temáticos, como, por exemplo, no início de parágrafos. Deste modo, sua ocorrência seria desfavorecida em contextos de *continuidade* temática, como aqueles em que tópicos contrastivos normalmente ocorrem. De fato, parece ser este o caso, como vemos em (16) abaixo:

(16) A Sara tem dois filhos, o Jacó e o Isaac. Ela venera o Jacó; *O Isaac* ela {__/??*o*} amaldiçoa.

Observe que, em (16), a ocorrência da última oração com o pronome átono *o* – o que indicaria que se trata de uma construção de deslocamento-à-esquerda – é mal-sucedida; entretanto, sem o pronome átono – o que, com a prosódia adequada, indicaria um caso de tópico contrastivo –, a sentença é aceitável. Pois este é justamente o resultado esperado, visto que o contexto de (16) é de "cadeia tópica", em que elementos tematicamente relacionados (no caso de (16), os filhos de Sara) são listados e contrastados em seqüência.

Por outro lado, em abertura de "turnos de fala" em diálogos – que, em princípio, corresponderiam a novas unidades temáticas – o deslocamento-à-esquerda é bem-sucedido, como se pode observar em (17) abaixo: note que, em (17B), um novo "assunto" – uma nova unidade temática – é inaugurada pela fala de B.

(17) A: [...] Mas a Maria continuou andando à esmo, perdida na floresta, levando os seus pais ao desespero.
B: E o João, a polícia conseguiu encontrá-lo?

Finalmente, vale voltarmos aqui à observação inicial que fizemos sobre "tópicos" no ínicio deste capítulo: a de que tópicos correspondem à "informação dada". Afinal, os exemplos de tópicos constrastivos e de deslocamento-à-esquerda poderiam sugerir

que, de algum modo, a noção de "tópico" não é tão fortemente vinculada à de "informação velha" – já que, em ambos os casos, há a introdução de referentes "novos" no contexto discursivo local. Entretanto, esta impressão é ilusória: no caso do deslocamento-à-esquerda, os referentes introduzidos são, via de regra, "familiares" ao ouvinte – e, neste sentido, são "dados" (apesar de estarem "inativos" por um longo intervalo de tempo); e, no caso dos tópicos contrastivos, os elementos topicalizados normalmente são "evocados" – direta ou indiretamente – pelo falante *antes* de sua ocorrência na construção (cf. (13) e (16) acima).

1.3.2 O "comentário": Foco e Background

Recorde-se que, na seção 1.1, iniciamos nossa apresentação da EI das sentenças em termos de uma partição binária da sentença: o "tópico" e o "comentário". Na seção anterior, tivemos a oportunidade de analisar algumas das principais propriedades relacionadas ao tópico; agora, iremos nos deter nas propriedades relacionadas ao comentário, o segmento da sentença que "dá informação sobre o tópico" e é, normalmente, associado, à função de "informação nova" da frase. Inicialmente, procuraremos responder à seguinte pergunta: o comentário tem alguma "estrutura interna"? Afinal, do modo como apresentamos a EI das sentenças, parece ser plausível supor, à semelhança dos tópicos, que os comentários são um todo indivisível, sem qualquer estrutura interna. Observe-se que isso faz sentido em se tratando de tópicos, que são normalmente "referentes do discurso" – portanto, normalmente correspondem a unidades sintagmáticas, especialmente DPs e PPs.

Mas uma análise mais cuidadosa dos dados indica que é preciso reconhecer que o comentário possui "estrutura informacional interna". Considere um dos exemplos iniciais deste capítulo – mas agora em um contexto de pergunta-resposta (em (14B), T = Tópico e C = Comentário):

(14) A: Quem o João encontrou no cinema?
B: [O João]$_T$ [encontrou a MARIA no cinema]$_C$.

Observe que, em (14B), parte do comentário é "pressuposta pragmaticamente" (cf. Stalnaker (1974)): tanto A quanto B acreditam que $\exists x,y \in U$ [x encontrou y no

cinema], onde U é o "universo do discurso" (*grosso modo*, U corresponde ao conjunto dos referentes "salientes" ou "relevantes" no diálogo); e, crucialmente, isto é "informação velha" no sentido REL (cf. seção 1.1): é uma proposição que é compartilhada por ambos os participantes do diálogo. Ou, mais precisamente: aquilo que é pressuposto (pragmaticamente) é $\exists x,y \in U$ [x encontrou y no cinema & x = João], sendo que o primeiro conjunto da pressuposição corresponde ao VP, e o segundo, ao tópico.[5] A contribuição decisiva de B para o diálogo está no DP *a Maria*: se este DP fosse substituído por um indefinido como *uma pessoa* ou *alguém*, a resposta de B não seria interpretada como uma contribuição informativa para o diálogo, mas sim como alguma brincadeira, cf. (14') abaixo:

(14) A: Quem o João encontrou no cinema?
B: ??[O João]$_T$ [encontrou {ALGUÉM / uma PESSOA} no cinema]$_C$.

Portanto, o componente do comentário materializado por *Maria* em (14B) parece ter um status especial; em particular, é ele que normalmente recebe o acento principal da sentença e que é entendido com "novo" pelo ouvinte – ou seja, como a "contribuição declarada" do falante para o "fundo comum" da conversação. Tal elemento recebe o nome de "foco da sentença", ou simplesmente "foco"; o restante do comentário é, por vezes, denominado de "background", ainda que este termo não seja consensual na literatura.[6]

Diante do que foi dito acima, resta saber como interpretar essa divisão teoricamente. Afinal, qual seria o papel do *background*? Ele não estaria se

---

[5] É importante observar que a pressuposição ligada ao foco não é "pressuposição lógica" ou "semântica" – por isso a insistência em qualificá-la como "pragmática" acima. Isso fica claro ao compararmos as pressuposições associadas ao "foco prosódico" (i.e. as que se valem apenas do acento principal para sinalizar o foco) com as clivadas, construções em que a pressuposição é "convencional" (ver discussão do capítulo 2). Compare, por exemplo, (ia) com (ib) abaixo (Rooth (1999: 241), ex.34):

(i) A: Por acaso alguém pegou emprestada a minha bola de futebol?
B: a) Eu não sei. Se [o João]$_F$ pegou, você pode desistir de recebê-la inteira.
b) ??Eu não sei. Se foi [o João]$_F$ que pegou, você pode desistir de recebê-la inteira.

Em (iB.a), a "pressuposição" associada ao foco – a saber, $\exists x$ [x pegou a bola] – não é "projetada" através do antecedente condicional – que, como é bem sabido, é um contexto típico de projeção de pressuposições (cf. Karttunenn (1973)); já em (iB.b), a pressuposição (cuja forma lógica é a mesma da do "foco prosódico") é "projetada", resultando na estranheza da fala de B – o que era de se esperar, visto que seu conteúdo é incompatível com a fala inicial de B, *eu não sei*.

[6] Para uma discussão sobre a variedade de termos utilizados pela literatura em EI, ver Vallduví & Engdahl (1996).

sobrepondo ao do tópico?

Uma solução interessante para estes problemas é a proposta por Vallduví (1992): para ele, a divisão da EI em "tópico", "foco" e "comentário" reflete, em realidade, diferentes modos de "empacotar" a informação veiculada pelas sentenças, instruindo o ouvinte a armazenar de modo adequado em sua "base de dados" (i.e., no conjunto de proposições que caracterizam a sua "representação do mundo") o conteúdo proposicional comunicado pelo falante; deste modo, a EI das sentenças, quando interpretadas pelo ouvinte, forneceriam instruções para "desempacotar" o significado.[7]

O foco, por exemplo, é definido como a instrução que sinaliza ao ouvinte qual é a "contribuição original" da sentença, no entender do falante. O tópico e o *background* – chamados por Vallduví de *link* e *tail*, respectivamente – formam, em conjunto, o *ground*, que seria o responsável por indicar ao falante como a atualização do seu "banco de dados" deve ser realizada. *Links* indicariam "onde" a atualização deve ocorrer – ou seja, relativamente a qual entidade mental a informação deve ser armazenada; *tails*, por seu turno, indicariam "como" a informação veiculada pelo foco deve ser armazenada. Mais especificamente, *tails* sinalizariam que, no entender do falante, o modo de atualização deve ser *nondefault* – isto é, que o foco não deve ser armazenado em seu "estado bruto", mas sim por meio do conteúdo veiculado pelo *tail*. A representação da EI resultante é apresentada esquematicamente em (15) abaixo (Smith (2003: 210), ex. (32)):

(15) Sentença = {Foco, (Ground)}
Ground = {Link, Tail}

Uma conseqüência interessante desta "tripartição" da EI é que ela consegue capturar o "melhor de ambos os mundos" da caracterização da EI: a distinção "tópico/comentário" e a distinção "foco/pressuposição". O "ground", por exemplo, pode ser analisado como sendo tudo aquilo que não é "foco" – e, neste caso, obtemos a divisão clássica de Jackendoff (1972) e Chomsky (1971) em "foco" e "pressuposição"; e a combinação do "tail" com o "foco", tomada como um todo em

---

[7] O termo "empacotamento informacional" (ing. *informational packaging*) foi introduzido originalmente por Chafe (1976).

oposição ao “link”, corresponderia à divisão tradicional da sentença em “tópico” e “comentário”.

Vejamos como o sistema de Vallduví funciona em um exemplo concreto. Em (16) abaixo, o enunciado de B é apresentado tanto em sua forma superficial quanto com a segmentação correspondente a seu “empacotamento informacional”:

(16) A: O que o presidente acha de chocolate?

B: a) O presidente DETESTA chocolate.

b) $\{(\text{o presidente – chocolate})_{\text{Ground}}\ (\text{detesta})_{\text{Foco}}\}$

$\{((\text{o presidente})_{\text{Link}}\ (\text{chocolate})_{\text{Tail}})_{\text{Ground}}\}$

Em (16Bb), o “ground” é o material descontínuo *o presidente—chocolate* e o foco é *odeia*; o “ground”, por seu turno, é decomposto no “link” *o presidente* e no “tail” *chocolate*. Informalmente, pode-se descrever o conjunto de instruções veiculados pela EI do enunciado de B do seguinte modo: o “link” instrui A a atualizar a representação mental (ou o “arquivo”) correspondente ao DP *o presidente* de acordo com as condições especificadas pelo “tail” *chocolate* com a informação veiculada pelo foco *odeia* – ou seja, no “arquivo” correspondente ao presidente, a informação relativa à sua relação com o chocolate deve ser atualizada pela relação de detestar. Como A tem como informação que "O presidente tem algum juízo sobre chocolate", mas não que juízo é esse (como fica claro pelo contexto), o foco em *detesta* tem como resultado final, na mente de A, a mudança da proposição anterior para “O presidente detesta chocolate”. Como foi dito anteriormente, esta é uma apresentação informal do sistema de Vallduví; a implementação formal deste sistema pode ser encontrada em Vallduví (1992).

O exemplo (16) acima ilustra um caso de *updating non-default* – isto é, em que há alguma informação prévia, armazenada no arquivo correspondente a um dado referente, que deve ser atualizada. No entanto, nem sempre há algum de “registro” a ser modificado num dado arquivo: pode-se simplesmente registrar informação nova *diretamente* no arquivo, ou seja, fazer o que Vallduví & Engdahl (1996) denominam *default updating* – que corresponde ao caso em que o comentário é todo focal. Neste caso, a EI da sentença que desencadeia a atualização não conta com um “tail” – e, portanto, não instrui o ouvinte a buscar, no arquivo correspondente ao “link”, alguma proposição a ser atualizada. Isso pode ser ilustrado pelo exemplo (17) abaixo

(Vallduví & Engdahl (1996), ex. (17)):

(17) O presidente tem uma fraqueza. [Ele detesta CHOCOLATE]$_F$.

A primeira sentença em (17) é responsável por "abrir" o arquivo correspondente ao DP *o presidente*, anunciando que este tem uma fraqueza. O que vem em seguida é armazenado inteiramente no arquivo que se encontra aberto; e o pronome *ele*, na segunda sentença, não conta como um "link", pois sua função aqui é apenas a de "manter aberto" o arquivo, e não de abrir outro. Observe que, neste caso, a noção de "tópico" sobre a qual falamos anteriormente não é equivalente a de "link" – visto que, na seção 1.2.1, pronomes sujeito como os da segunda sentença de (17) foram analisados como instâncias de tópico.

Apesar de seu apelo intuitivo, a proposta de Vallduví não foi adotada por muitos lingüistas – especialmente porque outra proposta, que lidava de modo mais natural com alguns fenômenos semânticos cruciais na literatura em semântica, ganhou corpo na década de 80 e 90: a chamada "semântica de alternativas" de Rooth (1985, 1992, 1996). O fenômeno semântico em questão é o dos "advérbios associados ao foco", que, desde Jackendoff (1972), tornaram-se o "calcanhar de Aquiles" de boa parte dos trabalhos em EI.

O exemplo clássico de "advérbio associado ao foco" é o do advérbio *somente*. Observe o exemplo (18) abaixo, adaptado de Rooth (1996: 272): em uma situação em que João tenha apresentado Pedro e Marcelo para Maria e nenhuma outra apresentação tenha ocorrido, (18a) é falsa e (18b) é verdadeira (sintagmas focalizados são indicados por um "F" subscrito).

(18) a) O João somente apresentou [o PEDRO]$_F$ para a Maria.
b) O João somente apresentou o Pedro para [a MARIA]$_F$.

Exemplos como os em (18) levantam imediatamente problemas para um tratamento não-semântico da EI, isto é, um tratamento em que as funções da EI não afetam o conteúdo proposicional – isto é, as condições de verdade – veiculado pela frase – como é o caso da abordagem de Vallduví, em que as funções da EI dizem respeito simplesmente ao modo como um certo conteúdo proposicional deve ser processado, e não à própria representação deste conteúdo.

O grande *insight* de Rooth foi o de perceber que a principal função semântica do foco em casos como os de (18) acima é a de *evocar alternativas* – ou, mais precisamente, conjuntos de proposições – que restringem o domínio quantificacional de advérbios como *somente*. Os detalhes da implementação da idéia de Rooth para a análise dos advérbios são um tanto técnicos, e não são imediatamente relevantes para o presente trabalho, embora no capítulo 3 nós apresentemos um tratamento semântico dos tópicos contrastivos – o de Büring (2003) – que é parcialmente um desenvolvimento das idéias de Rooth; para maiores detalhes, o leitor interessado pode consultar Rooth (1992, 1996). Para os nossos fins, basta que tenhamos uma idéia mais precisa do que Rooth entende por "foco".

Rooth (1992) adota uma semântica "bidimensional", que distingue dois tipos de valores semânticos: o valor semântico "ordinário" de uma expressão E, com notação $||E||^o$, e o valor semântico "focal" de E, com notação $||E||^F$. A diferença fundamental entre os dois tipos de valores é que, dada uma sentença S, $||S||^o$ corresponde a uma proposição (i.e. ao conjunto de mundos possíveis para os quais S é verdadeira), enquanto $||S||^F$ corresponde a um *conjunto* de proposições (i.e., a um conjunto de conjuntos de mundos possíveis). À guisa de ilustração, considere o exemplo (19) abaixo e seus valores ordinário e focal em (19a-c) (Büring (2007: 450), exs. (8) e (9); W é o conjunto de todos os mundos possíveis, E é o conjunto de todos os indivíduos):

(19) a) O João votou no [LULA]$_F$.
b) [O JOÃO]$_F$ votou no Lula.

(20) a) $||(19a)||^o = ||(19b)||^o = \{w \in$ W: João votou em Lula$\}$

b) $||(19a)||^F = \{\{w \in$ W: João votou em x em $w\}: x \in E\}$
$\approx$ o conjunto das proposições expressas por sentenças da forma "João votou em *x*", onde *x* é um indivíduo

c) $||(19b)||^F = \{\{w \in$ W: x votou em Lula em $w\}: x \in E\}$
$\approx$ o conjunto das proposições expressas por sentenças da forma "*x* votou em Lula", onde *x* é um indivíduo

No que se segue, as glosas para o valor focal das sentenças serão escritas em uma notação mais compacta: por exemplo, a glosa correspondente a $||(19a)||^F$ fica {João votou em *x*: *x* um indivíduo}; e a de $||(19b)||^F$ fica {*x* votou em Lula: *x* um indivíduo}.

Um ponto que deve ser ressaltado é que o valor focal, por si só, não é responsável por evocar as alternativas "relevantes" para um dado contexto. Observe que, se o contexto de (19a) for o do segundo turno da eleição presidencial de 2006, então o conjunto de alternativas evocadas contextualmente será {o João votou no Lula, o João votou no Alckmin}; por outro lado, se o contexto do enunciado (19a) for o do primeiro turno da mesma eleição, então o conjunto de alternativas evocado contextualmente será, provavelmente, {o João votou no Lula, o João votou no Alckmin, o João votou no Cristovão Buarque, o João votou na Heloísa Helena etc.}. Uma pergunta natural, neste caso, é: o valor focal associado ao enunciado "muda" em cada um dos contextos? E a resposta, segundo Rooth, é *não*: o valor focal permanece o mesmo; o que ele faz, em ambos os contextos, é restringir a *forma* das proposições evocadas – ou seja, ele exige, no caso de (19a), que as proposições evocadas sejam da forma "João votou em *x*" tal que *x* seja um indivíduo, mas não que o domínio de *x* esteja circunscrito ao conjunto de candidatos a presidente em 2006. É a pragmática que, ao fim e ao cabo, determina o conjunto "relevante" de indivíduos a ser evocado.

Além disso, é fundamental observar que, segundo a análise standard da semântica das perguntas (cf. Hamblin 1973, Kartunnen 1977), o valor semântico *ordinário* de uma *pergunta* é, como o valor *focal* de uma *sentença declarativa*, um conjunto de proposições; especificamente, o conjunto de proposições que são suas "respostas potenciais" (intuitivamente: saber o significado de uma pergunta é saber que sentenças seriam, lingüisticamente, respostas adequadas a ela; dar uma resposta particular a uma pergunta é justamente assertar uma destas sentenças). No caso de perguntas-QU, o conjunto de proposições pertinente é formado, obviamente, de modo análogo ao valor focal de frases declarativas:

(21) a) Em que candidato o João __ votou? (cf. (19a))

b) $||(21a)||^o = \{\{w \in W\text{: João votou em } x \text{ em } w\}: x \in U \subseteq E\}$

$\approx$ {João votou em *x* : *x* um candidato}

(22) a) Quem votou no Lula? (cf. (19b))

b) $||(22a)||^o = \{\{w \in W: x \text{ votou em Lula em } w\}: x \in U' \subseteq E\}$

$\approx \{x \text{ votou em Lula} : x \text{ uma pessoa}\}$

Observe, em particular, que $||(21a)||^o \subseteq ||(19a)||^F$ e $||(22a)||^o \subseteq ||(19b)||^F$ – i.e., que o conjunto de proposições que corresponde ao valor *ordinário* da pergunta (21a), por exemplo, é igual ou está contido no conjunto de proposições que corresponde ao valor *focal* de (19a). E isto não é uma coincidência: em geral, o sintagma-QU das perguntas deve corresponder ao foco de suas respostas potenciais; assim, o valor semântico *focal* de uma resposta deve conter o valor semântico – *ordinário* – das perguntas correspondentes. Em suma, limitando temporariamente a análise semântica da função de "foco" aos contextos em que o foco corresponde à "informação nova" solicitada por uma pergunta, pode-se, com a semântica proposta por Rooth, formular a seguinte condição de adequação no uso de sentenças declarativas – uma condição sobre a boa-formação de pares pergunta-resposta (Büring (2007: 451), ex. (11)): [8,9]

(23) *Condição de Congruência entre Pergunta e Resposta* (CPR)
Uma sentença R é uma resposta apropriada a uma pergunta P se e somente se $||P||^o \subseteq ||R||^F$.

Note que a CPR não exige que a correspondência entre os valores das perguntas e das respostas seja perfeita (i.e., que se tenha $||P||^o = ||R||^F$), pois perguntas podem muitas vezes ser mais específicas que suas respectivas respostas: por exemplo, se $||\text{João}||^o = ||\text{Filho de Lula}||^o$, então (19b) acima pode responder tanto a (22a) quanto a (22') abaixo.

(22') [Qual dos filhos de Lula] votou no Lula?

---

8 Na verdade, o problema é um pouco mais complicado, especialmente por causa do fenômeno da "projeção do foco" (cf. Selkirk (1984, 1995)). Na formulação original de Büring (2007) para a CPR, há uma condição adicional para dar conta desta lacuna. Por razões de espaço e de relevância, esta complicação será ignorada.

9 No capítulo 3, veremos que a "abordagem QUD" para a estrutura do discurso (isto é, baseada em *questions-under-discussion*, ou "questões sob discussão") é um modo de estender esta semântica para discursos que não envolvem pares explícitos de pergunta-resposta – como no caso de um discurso expositivo.

Observe que $||(22')||^o$ = {*x* votou em Lula: *x* um filho de Lula}; além disso, tem-se que $||(19b)||^F$ = {*x* votou em Lula: *x* um indivíduo} – o que acarreta que $||(22')||^o \subset ||(19b)||^F$, ou seja, que $||(22')||^o$ é um subconjunto *próprio* de $||(19b)||^F$ (i.e., existe ao menos um $p \in ||(19b)||^F$ tal que $p \notin ||(22')||^o$). Não há, portanto, nenhuma violação da CPR, ainda que o valor ordinário de (22') e o valor focal de (19b) não coincidam.

Os exemplos (24) e (25) abaixo mostram como a CPR restringe a correspondência entre perguntas e respostas:

(24) A: Quem votou no Lula?

B: [O JOÃO]$_F$ votou no Lula. $||(24A)||^o \subseteq ||(25B)||^F$

(25) A: Em que candidato o João votou __?

B: # [O JOÃO]$_F$ votou no Lula. $||(25A)||^o \not\subset ||(24B)||^F$

Em (24B) e (25B), o valor focal das sentenças é o conjunto {*x* votou no Lula: *x* um indivíduo}. O valor semântico ordinário de (24A) é {*x* votou no Lula: *x* uma pessoa}, que é um subconjunto de {*x* votou no Lula: *x* um indivíduo} – daí a boa-formação do diálogo em (24). No entanto, o valor ordinário de (25A) é o conjunto {João votou em *x*: *x* um candidato} – diferente, portanto, do conjunto de proposições correspondente ao valor focal de (24B). Logo, o diálogo (25) é incoerente: ele viola a CPR.

Para finalizar, vale a pena compararmos as duas abordagens para a EI vistas nesta seção: a de Vallduví e a de Rooth. Na primeira, a EI é concebida apenas como um conjunto de procedimentos que permitem atualizar uma "representação do discurso" com a representação do conteúdo proposicional veiculado por um enunciado; a segunda, entretanto, é uma teoria do próprio "significado" da EI – ela diz que o foco possui efeitos para a computação das condições de verdade da frase. Esta última teoria é o que permite explicar o papel do foco em frases como (18) – fenômeno para o qual uma teoria como a de Vallduví não possui uma explicação apropriada. Além disso, a teoria de Rooth permite também tratar de fênomenos que a concepção "processual" da EI procura explicar – por exemplo, as condições de adequação contextual de uso de certas articulações informacionais; é justamente isso o que a

CPR expressa. Portanto, uma teoria como a de Rooth permite uma certa unificação de fenômenos semânticos e pragmáticos não antecipada por teorias que separam completamente a semântica (isto é, representação das condições de verdade) da pragmática (isto é, do uso de enunciados em certos contextos particulares).

1.4. Conclusões

Neste capítulo, procuramos apresentar vários elementos fundamentais no estudo da estrutura informacional, elementos que ilustram o domínio empírico e as questões teóricas que emergem neste estudo. Procuramos, em particular, centrar a discussão em torno das noções de "informação nova"e "informação velha", tal como se apresentam quando relacionadas às noções de "tópico", "comentário", "foco" e "pressuposição como *background*". Vimos, por exemplo, que (i) as intuições sobre o que é "novo" e "velho" podem ser distintas, dependendo do ponto de vista: podem ser noções de natureza cognitiva ("novo/velho REF"), ou de natureza lingüística ("novo/velho REL"). Também vimos que (ii) a noção do que é "velho" relacionalmente envolve o conceito de tópico – que, apesar de não ser uniforme, parece desempenhar um papel importante na EI. Vimos ainda que (iii) a noção de "comentário" não é indiferenciada, mas tem estrutura interna, e que (iv) a noção fundamental para o comentário – e, de modo geral, para qualquer asserção – é o conceito de foco. Finalmente, discutindo a noção de foco, fizemos uma breve exposição de um dos frameworks de maior influência no estudo do foco e, de modo mais geral, da EI: a "semântica de alternativas" de Rooth (1985, 1992). Como veremos nos capítulos a seguir, a idéia da existência de "conjuntos contextuais de alternativas" está no cerne do estudo tanto dos aspectos semânticos inerentes à estrutura informacional quanto da contribuição da estrutura informacional para a organização do discurso.

2. Pressuposição, Exaustividade e Denegação nas Clivadas[†]

2.1. Introdução

Neste capítulo, dedicado ao estudo das clivadas, nosso objetivo é basicamente ilustrar a discussão sobre que aspectos da EI podem ser convencionalmente ligados às estruturas marcadas, e que aspectos podem ser efeito da interação dos traços convencionais da estrutura com outros elementos do contexto de uso da construção. Em particular, procuraremos mostrar que as clivadas exemplificam um caso "misto", em que a EI é por vezes determinante para a ocorrência de certos efeitos de significado, mas que em outras circunstâncias, ela não é tão decisiva – a despeito das aparências.

Segundo a literatura (Atlas & Levinson (1981); Declerck (1988); Delin (1992, 1995); Delin & Oberlander (1995); Givón (1993); Kiss (1998); Lambrecht (2001), entre outros), as sentenças clivadas estão associadas com quatro propriedades "de significado": (a) leituras "especificacionais" ou "predicacionais" da sentença como um todo; (b) caráter de "foco contrastivo", incluindo o "efeito de exaustividade", do constituinte focalizado; (c) caráter "pressuposicional" da oração clivada; e (d) caráter "contra-pressuposicional" – ou "denegador" – da sentença clivada como um todo dentro do discurso (exemplos traduzidos e/ou adaptados da fonte citada). Estas quatro propriedades podem ser ilustradas pelo exemplo em (1) abaixo:

(1) "O presidente mentiu ao povo americano quando afirmou que a falta de ação do Congresso impediu a aprovação desta legislação", disse Waxman. "*Na verdade, foi o presidente que obstruiu a votação no Congresso.*"

(Prince (1978: 895), (36a))

Observa-se em (1) que: (a) o constituinte clivado (o DP *o presidente*) denota uma entidade que especifica o valor de uma variável x no predicado "x obstruiu a votação

[†] Este capítulo se origina de um artigo começado por mim que, posteriormente, foi desenvolvido em parceria com Sergio Menuzzi e apresentado, em uma versão preliminar, no VIII encontro do CELSUL em 2008, sob o título "Pressuposição, Exaustividade e Denegação nas Clivadas"; esta versão foi, ainda, finalmente desenvolvida por mim (especialmente da seção 2.3 em diante, em que foram introduzidas as discussões sobre a interação entre a semântica das clivadas e a do advérbio *somente* e a análise da exaustividade das clivadas em termos de pressuposição e implicatura), resultando na versão que aparece na presente dissertação.

no congresso", expresso pela oração clivada; (b) além disso, o DP clivado é "contrastado" com o DP *o Congresso* e interpretado "exaustivamente" – ou seja, como a única expressão, entre as duas consideradas no contexto, que satisfaz a variável x no predicado mencionado acima; (c) o conteúdo proposicional correspondente à oração clivada é "pressuposto": Waxman discorda da afirmativa do presidente, mas toma como verdade parte dela – a proposição "alguém obstruiu a votação no congresso", que é expressa pela oração clivada; (d) Waxman rejeita, ou denega, parte da proposição "a falta de ação do Congresso impediu a aprovação desta legislação", afirmada pelo presidente: para Waxman, contrariamente ao que diz o presidente, não é a falta de ação do Congresso, mas o próprio presidente o referente que satisfaz a predicação "x obstruiu a votação no Congresso".

Embora as quatro propriedades de significado ilustradas por (1) sejam bem conhecidas da literatura, curiosamente não se encontra tentativas de relacioná-las entre si, muito menos de procurar identificar se uma delas poderia ser o "elemento mais fundamental" de significado das clivadas. Esta é, precisamente, a questão principal que procuraremos discutir neste capítulo. Especificamente, nossos objetivos são os seguintes:

(i) empiricamente, procuraremos mostrar que o "efeito de exaustividade" e o "caráter denegador" no discurso, embora freqüentes, não são necessários e podem não aparecer em certos contextos; por outro lado, tanto o caráter "pressuposicional" da oração clivada – quando apropriadamente compreendido (cf. Prince (1978) e Delin (1992, 1995)) – quanto a leitura semântica "especificacional" (com algumas qualificações, como veremos abaixo) parecem ser propriedades relativamente estáveis da sentença clivada;

(ii) com base nisso, nossa conclusão teórica será a de que o "componente convencional", ou a "contribuição semântica" específica, das sentenças clivadas está ligado ao caráter pressuposicional do conteúdo proposicional da oração clivada (seguindo Prince (1978), Delin (1992, 1995), Lambrecht (2001), e muitos outros) e à leitura especificional (cf. Declerck (1988)), e não ao caráter "contrastivo" e/ou exaustivo do constituinte clivado (cf. Kiss (1998) e outros). Argumentaremos que a exaustividade e a denegação são inferências pragmáticas da construção, ainda que normalmente associadas aos contextos mais comuns de uso dela.

Este capítulo está organizado da seguinte forma: na seção 2.2, faremos uma breve exposição das características comumente atribuídas às sentenças clivadas – "leitura especificacional" (seção 2.2.1), a "pressuposição lógica" da oração clivada (seção

2.2.2), a “exaustividade” do constituinte clivado (seção 2.2.3) e o caráter “denegador” da sentença como um todo (seção 2.3.4); na seção 2.3, discutiremos alguns exemplos problemáticos para a idéia de que exaustividade e denegação são propriedades inerentes às construções clivadas; e na seção 2.4, apresentamos algumas sugestões preliminares de possíveis soluções para os problemas expostos na seção anterior.

2.2. Clivadas: Forma e "Significado"

De forma preliminar, faz-se necessário esclarecer que os termos “construção clivada” ou "sentença clivada" serão utilizados num sentido restrito, referindo-se apenas a uma das formas que compõem o conjunto mais amplo de "construções clivadas" identificado na literatura (ver, por exemplo, Declerck (1988), Lambrecht (2001) e Delahunty (2001); para o Português Brasileiro, ver Modesto (2001), Mioto & Negrão (2007), entre outros): chamaremos de "clivadas" apenas as sentenças da forma em (2a) abaixo, ignorando, especialmente a partir da seção 2.2.2, as formas que aparecem em (2b) e (2c); estas últimas, entretanto, desempenharão um papel importante na argumentação que faremos na seção final deste capítulo (a terminologia utilizada é a de Prince (1978)):[9]

(2) a) *Clivadas*: **É X [$_{CL}$ que ...]**

b) *Pseudo-clivadas*: **[$_{CL}$ Quem/O que ...] foi X**

c) *Clivadas-QU*: **É X [$_{CL}$ quem/o que ...]**

em que “X” é o constituinte clivado e “CL” é a oração clivada.

---

[9] Assumimos como dado que os diferentes tipos de clivadas listados em (2) devem diferir entre si por algum componente de sua “representação de significado” (no sentido que esclarecemos logo a seguir) – afinal, todas são “especializadas” e ocorrem em contextos diferentes. Apenas para ilustrar, considere o seguinte contraste entre pseudo-clivadas e clivadas (exemplo adaptado de Prince (1978:887), (12)):

(i) Tens razão, não há dúvida sobre o que eles querem: *o que eles querem* é algum dedo duro. Alguém que diga quem estava lá naquele dia. Alguém como o João ou Maria, é claro.

(ii) ?? Tens razão, não há dúvida sobre o que eles querem: é algum dedo duro *que eles querem*. Alguém que diga quem estava lá naquele dia. Alguém como o João ou Maria, é claro.

Para uma discussão mais detalhada das diferenças entre os diferentes tipos de clivadas, ver Prince (1978), Declerck (1988), Lambrecht (2001), Givón (1993), entre outros.

Naturalmente, a caracterização oferecida em (2) acima é meramente descritiva e serve, neste capítulo, apenas para fins de identificação. Obviamente, seria possível oferecer uma descrição sintática mais "fina" destas construções – e, de fato, a literatura oferece uma infinidade de análises. Por exemplo, no âmbito da gramática gerativa chomskiana, há propostas segundo as quais clivadas como (2a) são IPs (*Inflectional Phrases*) em que a oração clivada (marcada com o subscrito "CL" acima) é um CP (*Complementizer Phrase*) encaixado, em que o núcleo C^0 é ocupado pelo complementizador *que* e a posição [Spec(*ifier*), CP] é "vazia"; em (2b), por outro lado, o constituinte marcado com "CL" seria um CP com [Spec, CP] ocupado por um sintagma-QU (cf. Mioto e Negrão (2007: 166)). Já as clivadas-QU – que, na literatura gerativa, são conhecidas como "pseudo-clivadas invertidas" – seriam formadas pela extraposição (i.e. movimento para a direita) da oração clivada a partir de (2b).

Certamente há muitas sutilezas envolvidas em tais análises: movimento da cópula, problemas de "conectividade" (relacionados ao licenciamento de reflexivos e itens de polaridade negativa; ver Heycock & Kroch (2002: 143-144)), movimento "focal" de constituintes, etc. Entretanto, para os nossos propósitos neste capítulo, não será necessário nos aventurarmos nestas complicações; as descrições oferecidas em (2) serão suficientes.[10]

Para a caracterização do "significado" das clivadas (no sentido adotado aqui para este termo), vale esclarecer que a noção de "significado" deve ser entendida em sentido lato, isto é, como incluindo não apenas os aspectos que tradicionalmente fazem parte do "conteúdo proposicional" – isto é, das condições de verdade representadas na forma lógica da sentença (tais como as relações de predicado-argumento e de escopo de operadores lógicos) –, mas também os aspectos da significação lingüística cuja representação em termos de condições de verdade não é consensual – por exemplo, a articulação informacional da frase, os atos de fala, a organização do discurso em termos de "relações retóricas", etc. Apresentamos, a seguir, as "propriedades de significado" – neste sentido amplo – que a literatura tem associado às clivadas.

[10] O leitor interessado no histórico das análises sintáticas das clivadas (no âmbito das propostas gerativistas "chomskianas"), pode consultar Hedberg (2000) e Modesto (2001).

2.2.1 Leituras semânticas predicacionais e especificacionais

Uma das propriedades de significado que freqüentemente a literatura, especialmente a partir de Akmajian (1970), associa às construções clivadas como um todo (ou seja, aos três tipos de clivadas em (2a-c) acima) é a de possuírem duas interpretações semânticas básicas: uma em que um DP especifica o valor de uma variável em uma proposição aberta, e outra em que uma propriedade é predicada sobre um DP. Ao primeiro tipo de interpretação, dá-se o nome de "especificacional", e ao segundo, de "predicacional"[11,12]. Por exemplo, a sentença (3) abaixo é ambígua entre duas interpretações – uma em que aquilo que João é (por exemplo, um político corrupto) é considerado horrível (leitura predicacional), e outra em que o próprio João é considerado horrível (leitura especificacional). Isto pode ser ilustrado pelas perguntas (3a) e (3b) abaixo, que correspondem à primeira e à segunda leituras, respectivamente:

(3) O que o João é é HORRÍVEL$_F$.

a. [Contexto: João é um político corrupto.] O que você acha do que o João é?

b. A Maria eu já sei que é maravilhosa. E quanto ao João, o que é que ele é?

Note que, no caso da interpretação representada pela pergunta (3b), o adjetivo focalizado funciona intuitivamente como um valor que satura uma variável aberta P em um predicado de predicados do tipo λP.[João é P] – ou seja, temos uma interpretação como "Existe um P tal que P é horrível, e P = [o que João é]". Já no caso de (3a), temos justamente o contrário: o adjetivo focalizado exerce a função de um predicado cuja variável *x* é saturada pela denotação da relativa livre, ou seja, temos algo como λx.[x é

---

[11] O rótulo de leitura "predicacional" dado às clivadas que predicam sobre um DP parece ser relativamente estável na literatura; entretanto, o termo "especificacional" não parece ser uma unanimidade (ver Declerck (1988: 1-4) para um breve histórico). Em particular, veremos, mais adiante, que o que Kiss (1998) chama de "interpretação identificacional" coincide parcialmente com que o que denominamos de "interpretação especificacional".

[12] Aparentemente, não há consenso na literatura sobre a classe a que pertencem sentenças como (3) com leitura predicacional: para alguns (Higgins (1973), Modesto (2001), Heycock & Kroch (2002)), tais construções são sentenças copulares simples (já que o sujeito destas sentenças se comportam como um DP referencial); para outros (Declerck (1988), Boscovic (1997), Mioto & Negrão (2007)), são legítimas pseudo-clivadas. No presente capítulo, adotamos a última posição; no entanto, essa decisão é imaterial para o que será discutido em seguida, pois o que realmente nos interessa aqui é a distinção semântica estabelecida entre as diferentes leituras.

horrível](||o que o João é||) – isto é, obtemos uma interpretação como "Existe um x tal que x é horrível, e x = João".[13]

Entretanto, nem sempre a ambigüidade semântica entre as duas leituras se faz presente. Um caso óbvio em que a interpretação é inequivocamente identificacional consiste em contextos em que adjetivos na posição pós-cópula são semanticamente incompatíveis com a propriedade denotada pelo constituinte-QU: por exemplo, em *O que o João é é orgulhoso*, a única leitura plausível é aquela que atribui a João a propriedade de ser orgulhoso, e não àquilo que João é (Boskovic (1997: 235)). Outro contexto de leitura não-ambígua é aquele em que a gramática se encarrega de desambigüizar as leituras; mais especificamente, contextos em que a flexão de gênero especifica o tipo de leitura envolvida. Como observam Mioto & Negrão (2007: 167), os adjetivos, em português, exibem flexão de gênero (em oposição ao Inglês, que não conta com tal mecanismo gramatical), o que permite diferenciar explicitamente as leituras predicacionais das especificacionais. À título de ilustração, consideremos os exemplos (4a-b) abaixo (Mioto & Negrão (2007:167), (19a-b)):

(4) a. O que a Maria é é escandaloso.
b. O que a Maria é é escandalosa.

Em (4a), temos uma pseudo-clivada predicacional; isto é indicado formalmente pela flexão de gênero masculino, que concorda em gênero com a própria relativa livre – isto é, com o predicado que ela denota – e não com *Maria*. Já em (4b), a flexão de gênero do adjetivo concorda com *Maria*, o sujeito da relativa livre, o que indica, neste caso, que estamos diante de uma pseudo-clivada especificacional.

A observação crucial, no que concerne às clivadas *stricto sensu* – que é a construção que nos interessa aqui –, é o fato de que elas são "inerentemente especificacionais" (Modesto (2001:36)), ou seja, elas não admitem leituras predicacionais. Uma das evidências mais fortes para esta afirmação, no Português Brasileiro, vem novamente da flexão de gênero, como é ilustrado por (5) abaixo (Mioto & Negrão (2007: 168), (21a-

[13] As representações formais oferecidas aqui para as leituras especificacionais e predicacionais certamente não fazem jus às complicações envolvidas na semântica das pseudo-clivadas, e devem ser entendidas apenas como um recurso para explicitar algumas as intuições semânticas. Por exemplo, um conhecido problema da semântica das pseudo-clivadas é o de se determinar os tipos semânticos dos adjetivos e das orações-QU em tais construções, já que ambos os elementos parecem atuar ora como argumentos (de tipo *e*), ora como predicados (de tipo <*e*,*t*>). Ver Boscovic (1997: 238) e referências lá citadas.

b)): como o demonstra (5b), a concordância com a relativa (i.e., a contraparte formal da leitura predicacional) é simplesmente inaceitável – portanto, agramatical; por outro lado, a concordância com o sujeito da relativa (i.e., a contraparte formal da leitura especificacional) é relativamente aceitável – portanto, gramatical.

(5) a. É escandalosa que a Maria é.
b. *É escandaloso que a Maria é.

Outra evidência para o contraste entre as leituras semânticas das pseudo-clivadas e das clivadas vem dos contextos de pergunta e resposta: enquanto perguntas clivadas como (6A) abaixo induzem respostas especificacionais, perguntas pseudo-clivadas como (7A) induzem respostas predicacionais (Mioto & Negrão (2007: 168), (22-23)):

(6) A: O que é que a Maria é?
B: (Eu acho que ela é) {Escandalosa/*Escandaloso}

(7) A: O que a Maria é é o quê?
B: (Eu acho que o que ela é é) {*Escandalosa/Escandaloso}

Em suma, temos o seguinte quadro: pseudo-clivadas admitem tanto leituras especificacionais quanto predicacionais; clivadas, por seu turno, admitem somente leituras especificacionais – e isto é verdade não apenas para o português, como também para o inglês (cf. Declerck (1988)). Dito de outro modo: clivadas são "convencionalmente" especificacionais – aparentemente, isto é parte da "gramática" destas construções, tanto em português quanto em inglês. [14]

Agora, vejamos outra "dimensão" de significado associada às clivadas: a dimensão pragmática/ informacional.

---

[14] Aliás, contrariamente ao que afirmam Mioto & Negrão (2007: 168), clivadas-QU (ou "pseudo-clivadas invertidas") admitem não apenas leituras predicacionais, mas também especificacionais. Mioto & Negrão apresentam (i) abaixo como evidência de que clivadas-QU não admitem leituras especificacionais; entretanto, o exemplo (ii) – uma construção com leitura especificacional – parece-nos, salvo melhor juízo, perfeitamente aceitável:

(i) *É escandalosa o que a Maria é.
(ii) Foi o João quem o Paulo encontrou ontem.

Aparentemente, clivadas-QU (ao menos em Português Brasileiro) não admitem a especificação de valores para variáveis superficialmente localizadas no interior da relativa livre. Infelizmente, não temos, no momento, uma explicação para este contraste.

2.2.2 Caráter "pressuposicional" da oração clivada

Freqüentemente, a noção de “pressuposição” é associada àquilo que é “dado no contexto”, isto é, que o falante assumiria ser “conhecimento compartilhado” entre os interlocutores (cf. Stalnaker (1974)), como ilustrado no diálogo em (8) para as clivadas:

(8) A: A Maria encontrou o João ontem no cinema.
B: Não, foi o Pedro que ela encontrou no cinema ontem.
Pressuposição compartilhada: Maria encontrou alguém ontem no cinema.

Além de serem compartilhados contextualmente, conteúdos pressupostos como os em (8) também possuem certas “propriedades lógicas”: especificamente, sua inferência é mantida mesmo quando estão no escopo de operadores semânticos que normalmente cancelam conteúdos acarretados (Chierchia & McConnell-Ginet (2000: 350)). (9) abaixo mostra que conteúdos acarretados são cancelados quando estão no escopo da negação, do operador de possibilidade, do operador interrogativo e do antecedente de um condicional; (10) mostra que o conteúdo pressuposicional de (8) é preservado em todos estes mesmos contextos (conteúdos inferidos são sinalizados por "→"; inferências canceladas são sinalizadas por "→ˡ"):

(9) a) *Negação*
Não é verdade que João saiu e Maria entrou.
→ˡ Maria entrou.

b) *Modalidade*
É possível que João tenha saído e Maria tenha entrado.
→ˡMaria entrou.

c) *Interrogação*
É verdade que João saiu e Maria entrou?
→ˡ Maria entrou.

d) *Condicional*

Se a Maria entrou e o João saiu, então o João matou a Maria.

→' Maria entrou.

(10) a) *Negação*

Não é verdade que foi o Pedro que Maria encontrou ontem.

→Maria encontrou alguém ontem no cinema.

b) *Modalidade*

É possível que tenha sido o Pedro que Maria encontrou ontem.

→Maria encontrou alguém ontem no cinema.

c) *Interrogação*

É verdade que foi o Pedro que Maria encontrou no cinema?

→Maria encontrou alguém ontem no cinema.

d) *Condicional*

Se foi o Pedro que Maria encontrou no cinema, então o filme deve ser péssimo.

→ Maria encontrou alguém ontem no cinema.

Prince (1978) e Delin (1992, 1995) sustentam, entretanto, que é preciso distinguir as duas noções de pressuposição ilustradas acima: nem sempre aquilo que é uma "pressuposição lógica" é "conhecimento compartilhado" ou "dado no contexto". Por exemplo, em (11) abaixo, a oração clivada veicula uma "pressuposição lógica" (infere-se que é verdade que "Henry Ford nos deu o fim de semana em algum momento"); mas essa pressuposição não é "dada no discurso": a oração encontra-se em início de texto (o que é indicado com ##) e é, na verdade, tida como informativa – o texto é um "filler" de jornal (isto é, uma matéria curta inserida em espaço não-preenchido pela matéria principal). Isto é, a única leitura pragmaticamente possível é aquela em que a "pressuposição" em (11) é entendida como uma informação *nova* para o leitor. É o que Prince (1978) denomina de "pressuposição informativa":

(11) ## *Foi apenas há 50 anos que Henry Ford nos deu o fim-de-semana*. No dia 25 de setembro de 1926, em um decisão incomum para aqueles tempos, ele

decidiu estabelecer a semana de trabalho de 40 horas, dando aos seus empregados dois dias de folga ao invés de um.

(Prince (1978: 898), ex.(41a))

Como Prince observa, a disjunção entre "pressuposição lógica" e "conhecimento compartilhado" fica mais evidente ao analisarmos a interação entre "proeminência prosódica" (ou acento focal) e pressuposição em orações clivadas. Aqui, é preciso lembrar que o acento principal, ou elemento de maior proeminência prosódica, é o que está normalmente associado à informação que o falante assume ser nova para o ouvinte no discurso corrente. Considere, agora, (12) abaixo: em (12a), o principal acento prosódico da frase recai sobre um dos constituintes da oração clivada, que sinaliza, neste caso, que este constituinte veicula a informação nova (portanto, não-compartilhada); já em (12b), o principal acento prosódico recai sobre o constituinte clivado e, portanto, é este elemento que é sinalizado pelo falante como a informação nova no discurso:

(12) A: [Olhando para uma transcrição feita por B de uma sessão experimental com um sujeito:] O sujeito realmente cometeu esse erro?

B: a) Isso não é um erro de verdade. Sou eu que não sei DIGITAR.

b) Isso não é um erro de verdade. ?? Sou EU que não sei digitar.

(adaptado de Delin (1995), ex.(32))

Note-se que o conteúdo proposicional da oração clivada é novo no contexto – o que é adequadamente sinalizado pela entoação de (12a). De fato, a entoação em (12b) sugeriria que há a pressuposição contextual de que alguém não sabe digitar – mas isso *não* é parte do contexto, é o que nele se afirma. Isso explica por que a entoação em (12b) é menos aceitável. (É importante que a entoação de (12b) seja a mesma de uma clivada normal – como do enunciado (12b) pronunciado como resposta a "Que é que não sabe digitar?".) Em outros termos: a relação que há entre o elemento com maior proeminência prosódica e a "informação nova" no discurso explica o contraste em (12) – e revela que a oração clivada pode, na verdade, veicular informação nova, não compartilhada no contexto.

Neste ponto, vale observar que fenômenos semelhantes aos ilustrados acima são bem conhecidos da literatura em pragmática – especialmente para gatilhos pressuposicionais lexicais, como determinantes possessivos e descrições definidas. Um caso ilustrativo é o de (13) abaixo, em que o DP *minha irmã* desencadeia a pressuposição de que B tem uma irmã. Note que, em tal contexto, é perfeitamente possível que A não compartilhe a pressuposição de que B tem uma irmã (Stalnaker (1974), nota 3):

(13) A: E aí, vamos sair para almoçar?
B: Não vai dar, tenho que pegar <u>minha irmã</u> no aeroporto.

Em tais casos, é comum recorrer-se ao mecanismo de *acomodação* (cf. Lewis (1979)): ao enunciar a expressão sublinhada, o falante A "indiretamente" adiciona a pressuposição ao conjunto de proposições compartilhadas pelos falantes A e B no diálogo. Diante disso, a pergunta natural é: não seriam os exemplos (11) e (12) simples casos de acomodação? A resposta, me parece, é negativa: os falantes (ou, no caso de (11), o "narrador") não apenas pressupõem o conteúdo veiculado pela orações clivadas, mas também o informam ao ouvinte. Claramente, esta última característica separa exemplos como (13) de outros como (11) e (12).[15]

Assim, concluímos, com Prince e Delin, que o conteúdo da oração clivada é "pressuposto" no sentido lógico, isto é, é assumido como verdadeiro por algum dos participantes do contexto, mas não necessariamente no sentido de ser uma "verdade compartilhada" – ou "informação dada" no contexto.[16,17] (Para uma discussão mais

---

[15] Uma questão ortogonal à nossa discussão, mas profundamente interessante, é a da natureza do *common ground* (o "fundo comum" do diálogo, ou CG) e de sua relação com a pressuposição. Uma das formulações mais conhecidas (e aceitas) deste conceito é a formulada por Stalnaker (1978): o CG seria o conjunto de proposições compartilhadas pelos falantes engajados em uma conversação, e a pressuposição, por sua vez, seria simplesmente toda proposição que o falante supõe que faça parte do CG. Como exemplos como (13) acima o demonstram, esta formulação é problemática – e, não por acaso, foi reformulada recentemente por Stalnaker (2002). Neste último artigo, Stalnaker estende a noção de CG para pressuposições que, previamente ao enunciado, não fazem parte das crenças do interlocutor; em última análise, Stalnaker incorpora a noção de acomodação ao CG. Nas palavras de Stalnaker:

> I have argued that, in general, if it is common belief that the addressee can come to know from the manifest utterance event both that the speaker is presupposing that ϕ, and that ϕ is true, that will suffice to make ϕ common belief, and so a presupposition of the addressee as well as the speaker. (Stalnaker (2002: 710)).

Contudo, mesmo esta última versão do CG apresenta problemas, especialmente diante de exemplos como (11) e (12). Para uma discussão detalhada, ver Abbott (2008) e a resposta de Stalnaker (2008).

[16] Há, é claro, contextos em que conteúdos pressupostos (inclusive o das orações clivadas) podem ser "cancelados" – sem serem, portanto, compartilhados por nenhum dos participantes do discurso. Por exemplo, em (i) abaixo, o conteúdo da oração clivada não é entendido como "compartilhado pelos falantes":

detalhada, ver Delin (1995).) Portanto, quando lidamos com a "pressuposição" de um oração clivada, estamos lidando com uma noção de "pressuposição" que está correlacionada, mas não equivale à "pressuposição" no sentido da estrutura informacional – isto é, à "pressuposição" correspondente a segmentação foco/pressuposição de Chomsky (1971) e Jackendoff (1972) (ver seção 1.2.2 aqui). Finalmente, é importante observar que, tendo caracterizado o status semântico-pragmático da oração clivada, Prince e Delin em momento algum procuram relacioná-lo seja com a leitura identificacional das clivadas, seja com os efeitos de exaustividade do constituinte clivado, seja, ainda, com o uso denegador das clivadas. Assim, fazem uma descrição parcial das propriedades de "significado" das clivadas.

(i) Se alguém pagou o conta telefônica, então foi o Pedro (que pagou a conta).

Tais contextos são conhecidos de longa data em pragmática (ver parte 2 de Kadmon (2001)), e estão relacionados ao "problema da projeção" para as pressuposições. Para os nossos fins, isso não invalida a conclusão geral de que a pressuposição da clivada é um aspecto estável do significado: em contextos como (i) acima, a pressuposição é "acomodada" em um contexto local (o do antecedente), mas, em certo sentido, permanece presente (cf. Karttunen (1974)).

[17] No contexto da "pragmática radical", Atlas & Levinson (1981: 18-24) se opõem à idéia de que as clivadas veiculam uma pressuposição de existência, e defendem a hipótese de que a inferência pressuposicional existencial pode ser reduzida à interação da forma lógica das clivadas com as máximas griceanas e o chamado "Princípio da Informatividade" formulado pelos próprios autores (p. 40-41). Mais especificamente, a pressuposição seria apenas um acarretamento das clivadas, e a sua sobrevivência em contextos de negação resultaria do fato de a negação incidir somente sobre a porção da forma lógica correspondente ao valor da variável focal. Assim, a "pressuposição" resultante de (i) abaixo teria como origem a forma lógica (ii) (Atlas & Levinson (1981: 55), ex. (143)):

(i) Não foi o João que a Maria beijou.
(ii) $\lambda x[x \neq \text{João}](\gamma x\text{Beijou}(\text{Maria}, x))$

Em (ii) acima, o argumento que satura o operador-λ – *grosso modo*, um termo singular que denota uma coletividade (por meio do "operador de coleção" γ, cf. Atlas & Levinson (1981: 54) – corresponde à "pressuposição" da clivada, e permanece intocado pela negação. Daí a impressão de que o conteúdo veiculado pela oração clivada é "projetado".

Apesar de elegante, esta proposta parece carecer de um sério problema: ao se adotar este tipo de representação lógica em substituição à noção de pressuposição, perde-se a capacidade de se distinguir acarretamentos de pressuposições em contextos que visivelmente exigem tal distinção. Considere, por exemplo, o diálogo (iii) abaixo: segundo a hipótese de Atlas & Levinson, tanto em (A.a) quanto em (A.b) os complementos de *disseram* acarretam $\exists x(\text{Beijou}(\text{Maria}, x))$; entretanto, somente (A.a) é bem sucedida.

(iii) A: A Maria beijou alguém?
B: Não sei. Por que a pergunta?
A: a. Porque me disseram que a Maria beijou o JOÃO.
b. ??Porque me disseram que foi o JOÃO que beijou a Maria.

Com auxílio das pressuposições, podemos explicar isto com facilidade, já que o que diferenciaria, neste caso, (A.a) de (A.b) seria a pressuposição de que $\exists x(\text{Beijou}(\text{Maria}, x))$ e incompatibilidade desta pressuposição com o contexto, que expressamente *não* conta com tal proposição. Por outro lado, a proposta de Atlas & Levinson parece ser insuficiente para explicar este contraste, justamente por dissolver a diferença entre o que é acarretado e o que é pressuposto.

2.2.3 Constituinte clivado "contrastivo" e o "efeito de exaustividade"

Segundo Kiss (1998), para compreender a semântica das clivadas, é necessário estabelecer-se uma distinção entre dois tipos de foco: o *foco informacional* e o *foco identificacional*. O primeiro corresponde ao que se costuma chamar de "informação nova no discurso"; o segundo, por sua vez, não só veicularia "informação nova" (ou "não-pressuposta"), mas também a "identificação exaustiva" do constituinte focalizado. Nos termos de Kiss:

(14) *Foco Identificacional*:

Um "foco identificacional" representa um subconjunto do conjunto contextualmente dado de elementos aos quais o predicado de uma asserção pode potencialmente se aplicar; é identificado como o subconjunto exaustivo ao qual o predicado realmente se aplica.

(adaptado de Kiss (1998: 245), ex.(1))

Nas clivadas, a interpretação do constituinte clivado seria a de foco identificacional – seria, portanto, caracterizada pelo "efeito de exaustividade" descrito em (14).[18] Note que a definição dada por Kiss coincide parcialmente com a de "interpretação especificacional" discutida em 2.2.1 acima para as clivadas. A diferença crucial entre as duas definições está na exaustividade dos elementos aos quais se aplicam a predicação: para Kiss, a especificação dos elementos é necessariamente "exaustiva", enquanto a noção de "interpretação especificacional" não exige a exaustão.

Pode-se ilustrar este efeito típico de "identificação por exclusão" da clivada num contexto como o seguinte:

(15) A: Qual dos rapazes encontrou a Maria, o João ou o Paulo?
B: Acho que *foi o João* (*que a encontrou*).

[18] Posição semelhante é adotada por Delin & Oberlander (1995: 469), segundo os quais a exaustividade do constituinte clivado é "relativamente incontroversa". No entanto, ao contrário de Kiss (1998), Delin & Oberlander não oferecem nenhuma evidência empírica para justificar o caráter exaustivo do constituinte clivado.

O “efeito de exaustividade” proposto por Kiss e exemplificado em (15) acima pode ser expresso formalmente por meio da seguinte representação lógica do constituinte clivado (cf. Wedgwood (2007:215), ex. (5)):

(16) $\lambda x\ [\lambda P[\ P(x)\ \&\ \forall y\ [P(y) \rightarrow y{=}x]]]$

A representação lógica em (16) fornece ao constituinte clivado a mesma interpretação que Russell atribuiu às descrições definidas: é a única entidade que satisfaz a predicação – neste caso, expressa pela oração clivada. (Por outro lado, observe-se que a representação em (16) não expressa um outro elemento de sentido assumido por Kiss: não expressa a idéia de "identificação por exclusão" de outros referentes contextuais.)[19]

A fim de identificar quando se está diante de uma interpretação exaustiva de constituintes focalizados – e, portanto, diante de “foco identificacional” –, Kiss (1998: 250 – 251) faz uso de dois “testes de exaustividade”. No primeiro deles, formulado originalmente por Szabolcsi (1981), considera-se a relação de inferência que há entre proposições acerca de um conjunto de referentes e acerca de um subconjunto deste conjunto. No caso normal – em que os referentes não são "focalizados" – aquilo que se asserta de um conjunto é verdadeiro dos membros do conjunto, como em (17) abaixo, em que de (17a) se pode inferir (17b):

(17) a) Maria encontrou o João e o Pedro ONTEM.

b) → Maria encontrou o João ONTEM.

A inferência permanece no caso de o conjunto ser "foco informacional" apenas, como em (18); entretanto, no caso das clivadas, a inferência parece ser suspensa, como indica (19) – por causa do "efeito de exaustividade", segundo Kiss:

---

[19] De fato, para Kiss (1998: 268-269), a interpretação que realça o *complemento* do conjunto ao qual se aplica o foco identificacional (ou seja, a interpretação “contrastiva”) estaria ligada a um traço [±contrastivo], que poderia assumir tanto valores positivos – desencadeando, neste caso, a saliência do conjunto complementar ao do foco – quanto valores negativos – em conseqüência, sem a leitura constrastiva; por outro lado, o traço [+exaustivo] seria obrigatório para o foco identificacional do húngaro e do inglês. Um corolário desta hipótese é a de que a exaustividade é parte integrante da representação semântica das clivadas – o que, como veremos mais adiante, parece não ser verdade, ao menos para o português (brasileiro).

(18) a) A Maria encontrou o JOÃO e o PEDRO ontem.

b) → A Maria encontrou o JOÃO ontem.

(19) a) Foi o JOÃO e o PEDRO que a Maria encontrou ontem.

b) ↛ Foi o JOÃO que a Maria encontrou ontem.

Pode-se, talvez de modo mais intuitivo, adaptar o teste procurando expressar as inferências pertinentes por meio de enunciados condicionais, como em (20):

(20) a) Se a Maria encontrou o JOÃO e o PEDRO ontem, então a Maria encontrou o JOÃO ontem.

b) ?? Se a Maria encontrou o JOÃO e o PEDRO ontem, então foi o JOÃO que a Maria encontrou ontem.

De fato, um condicional cujo antecedente asserte de um conjunto soa perfeitamente aceitável com o conseqüente assertando de um dos membros do conjunto, se o conseqüente é uma construção de foco informacional apenas, como em (20a); se o conseqüente é uma clivada, entretanto, o condicional torna-se bastante estranho, confirmando a observação de Szabolcsi e Kiss.

O segundo teste utilizado por Kiss, que o atribui a Donka Farkas, consiste em verificar a relação pragmática que há entre um enunciado que asserte de um constituinte focalizado, e a qualificação deste enunciado, por outro falante, pela adição de um novo referente ao conjunto de elementos aos quais a predicação se aplica. Este tipo de situação é ilustrado em (21) e (22) abaixo:

(21) A: A Maria encontrou o PAULO ontem.

B: a) Sim, e ela encontrou o PEDRO também.

b) * Não, ela encontrou o PEDRO também.

(22) A: Foi o PAULO que a Maria encontrou ontem.

B: a) ?? Sim, e ela encontrou o PEDRO também.

b) Sim, mas ela encontrou o PEDRO também.

c) Não, ela encontrou o PEDRO também.

Em (21), em que o constituinte do qual o falante A asserta é simplesmente foco informacional, a adição, pelo falante B, de mais um referente ao conjunto de referentes ao qual a predicação se aplica não pode ser introduzida pela negação. Isso indica que foco informacional não envolve a asserção de exaustividade: ao focalizar *Paulo* em (21), o falante A *não* assertou que Paulo é o único referente que Maria encontrou; por isso, não faz sentido B sinalizar seu enunciado como uma denegação do enunciado de A.[20]

Considere-se agora (22), em que o constituinte do qual o falante A asserta é o constituinte clivado – sendo, portanto, segundo Kiss, um foco identificacional. Neste caso, soa estranha uma continuação como (22B.a): nela, o falante B adiciona mais um referente ao conjunto ao qual a predicação se aplica e, simultaneamente, caracteriza sua asserção como mera confirmação da asserção de A. É de esperar a falta de naturalidade do diálogo se a clivagem envolve, em algum sentido, a asserção de exaustividade. Com efeito: o diálogo se torna natural quando o falante B caracteriza, de algum modo, sua adição como estando *em contraste* com a asserção de A – seja por meio de *mas*, como em (22B.b), seja por meio de um ato de fala denegador, como em (22B.c). Ou seja, a asserção de adição de um referente por parte de B em (22) *deve* ser caracterizada como rejeitando a asserção de A – isto é, a clivada enunciada pelo falante A em (22) de fato envolve um efeito de exaustividade como o sugerido por Kiss.

Deste modo, pelo menos duas características das clivadas parecem sustentar o efeito de exaustividade observado por Kiss: (i) a impossibilidade de inferir uma clivada cuja predicação valha para x a partir da asserção da predicação como valendo para um conjunto contendo x, cf. (17)-(20); e (ii) o fato de que asserções de inclusão contam como denegações para clivadas, cf. (21)-(22).

Kiss oferece ainda como evidência para o efeito de exaustividade a distribuição de quantificadores universais e existenciais e de advérbios "de adição", como *também* e *até* (Kiss 1998: 251 – 253). Segundo Kiss, teríamos a seguinte distribuição: (i) sentenças

---

[20] Entretanto, como observa Wedgwood (2007, seção 3), sentenças de foco informacional podem exibir características "exaustivas" dependendo do contexto. Por exemplo, em (ib) abaixo (adaptado de Wedgwood (2007:223), ex. (14)), o foco prosódico é interpretado exaustivamente, cf. (ic):

(i) A: Vejo que a Maria finalmente resolveu se agasalhar: ela pegou um casaco, um cachecol e um par de luvas.
B: ... Já a Joana pegou um GORRO.
C: Não, ela pegou um CASACO, também.

O que isto parece indicar é que, no que diz respeito à exaustividade, "foco informacional" e "foco identificacional" podem não ser completamente "complementares" como sugere Kiss (1998).

em que um DP quantificacional ou modificado por um advérbio de adição é clivado seriam agramaticais; por outro lado, sentenças em que o mesmo DP permanece na ordem canônica, sendo apenas marcado como foco informacional, seriam gramaticais (exemplos adaptados de Mioto & Negrão (2007: 180):

(23) a) *Foi toda BOLSA que a Maria comprou naquela loja
b) ?? Foi também uma BOLSA que a Maria comprou naquela loja.
c) ?* Foi até uma BOLSA que a Maria comprou naquela loja.
d) *Foi alguma COISA que a Maria comprou naquela loja.

(24) a) A Maria comprou uma BOLSA naquela bolsa.
b) A Maria comprou também uma BOLSA naquela loja.
c) A Maria comprou até uma BOLSA naquela loja.
d) A Maria comprou alguma COISA naquela loja.

Segundo Kiss, "se o conjunto relevante sobre o qual a quantificação universal opera é aquele especificado pelo seu restritor, a quantificação universal realiza uma identificação sem exclusão" – portanto, sem identificação exaustiva, o que seria exigido para o uso da clivada. De modo similar, DPs quantificados existencialmente também não seriam capazes de expressar exclusão – já que as condições de verdade de um operador existencial podem ser satisfeitas por *qualquer* referente. Adicione-se que, exatamente pela mesma razão, operadores existenciais também não *identificam* um referente. Raciocínios similares revelariam que advérbios aditivos como *também* e *até* também são incompatíveis com a noção de exaustividade caracterizada por Kiss.

Embora o conjunto de fatos apontando para a interpretação exaustiva do constituinte clivado seja considerável – sugerindo que Kiss estaria justificada em incluí-lo na representação lógica das clivadas –, veremos adiante que fatos adicionais complicam o quadro. Por exemplo, mostraremos na seção 2.3.1 que julgamentos de aceitabilidade como os apresentados em (23) podem ser atenuados sob certas condições contextuais.

Para encerrar, observe-se que, assim como Delin e Prince não procuram relacionar o caráter pressuposicional das clivadas a seus efeitos de exaustividade, do mesmo modo Kiss apenas se concentra neste último – e não o associa seja ao caráter pressuposicional da clivada, seja a seu uso denegador, que discutiremos na seção seguinte.

2.2.4 Função "denegadora" da sentença clivada no discurso

Givón (1993: 177 e ss.) inclui as sentenças clivadas entre o que chama de "instrumentos de acento contrastivo forte", cuja função seria sinalizar algum grau de "contra-expectativa" no discurso. São particularmente interessantes, neste contexto, as diferenças que Givón observa entre o uso de topicalização contrastiva e o uso de clivadas. Considere (25) abaixo: num contexto em que há alguma contra-expectativa, mas ela não é necessariamente compartilhada pelo ouvinte (em (25), é apenas induzida pela orientação do discurso do falante), o uso de tópico contrastivo é suficiente, cf. (25c); mas o da clivada é inadequado, cf. (25d):

(25) a) Você não conhece os irmãos da Maria? Ela tem dois, o João e o Paulo. Ela gosta muito do JOÃO e admira a inteligência do PAULO.

b) Você não conhece os irmãos da Maria? Ela tem dois, o João e o Paulo. Ela gosta muito do JOÃO mas/??e não suporta o PAULO.

c) Você não conhece os irmãos da Maria? Ela tem dois, o João e o Paulo. Ela gosta muito do JOÃO; *o Paulo* ela não SUPORTA.

d) Você não conhece os irmãos da Maria? Ela tem dois, o João e o Paulo. Ela gosta muito do JOÃO; ?? é O PAULO que ela não suporta.

(adaptado de Givón (1993: 181), ex. (19))

(26) abaixo mostra que, ao contrário, a clivada se torna perfeitamente aceitável quando rejeita claramente alguma proposição do contexto, seja ela uma asserção do interlocutor (26a), seja ela introduzida de algum outro modo no contexto (26b); nestes contextos, a topicalização contrastiva não parece ser a melhor escolha:

(26) a) A: A Maria? Ela não suporta o PAULO.
B: Não, é o JOÃO que ela não suporta.
??Não, *o João* ela não suporta.

b) Sabe a Maria? {Andam dizendo/Às vezes parece} que ela não suporta o PAULO. Na verdade, é o JOÃO que ela não suporta/?? *o João* ela não SUPORTA.

Exemplos como (26) sugerem que o falante pode utilizar a articulação informacional da clivada – a combinação do "caráter pressuposicional" da oração clivada com o caráter "contrastivo" do constituinte clivado – para rejeitar ou denegar alguma proposição assertada e, portanto, "lutando" por se estabelecer como uma pressuposição contextual. Mais especificamente, nos exemplos em (26), o falante compartilha com a "proposição em disputa" o conteúdo da oração clivada – eis o famoso "caráter pressuposicional" da clivada. Mas rejeita o valor específico que a "proposição em disputa" reclama para uma variável da pressuposição:

(27) a) Proposição P em disputa em (26): $\exists x$ [Maria não suporta x & x = Paulo]

b) Conteúdo de P compartilhado: $\exists x$ [Maria não suporta x]

c) Conteúdo de P denegado: [x = Paulo]

Uma breve verificação dos vários exemplos textuais encontrados na literatura (especialmente, nos detalhados trabalhos de Prince (1978) e Delin (1992, 1995)), revela que muitas das ocorrências de clivagem são "denegadoras" no sentido percebido por Givón. Este é o caso de (1) acima, bem como dos casos abaixo:

(28) a) Assim, eu aprendi a costurar os livros. Eram livros realmente bons. *Eram só as capas que estavam estragadas.* (Prince (1978:896), ex. (38a))

b) Eles não sabem como me tratar. Se eu tivesse cabelo curto, vestisse calças e falasse grosso, seria mais aceitável. *É quando eu transcendo os rótulos deles que eles não sabem o que fazer.* (Prince (1978:899), ex. (42a))

c) (...) Para isso a resposta dada é a de que no verso que trata de Boaz não há prova de aprovação divina, apenas de que Boaz usou esta forma de saudação. Mas *no segundo verso é o anjo que usa esta forma de saudação* e, então, há evidência de aprovação divina. (Delin (1992, ex. (13))

d) Duplicar o espaço de venda em 700 metros quadrados não era a maior despesa. *Eram as novas instalações e mobília para preencher este espaço que seriam realmente dispendiosos.* (Delin (1992), ex. (15))

Entretanto, também há ocorrências em que não é plausível propor-se que a sentença clivada tenha caráter "denegador". Um exemplo disso é o caso em (29), em que a clivada é utilizada em um enunciado performativo:

(29) *É com grande prazer que anuncio nosso conferencista desta noite*, o Prof. Carlos Franchi.

(adaptado de Prince (1978: 902), ex. (49))

Sendo um enunciado performativo, (29) evidentemente é não-assertivo e, portanto, não pode ser denegador – a verdade de seu conteúdo proposicional não está em questão (razão pela qual também não pode ser "conhecimento compartilhado"; ainda assim, comporta-se como uma pressuposição lógica, cf. *Não é com prazer que anuncio a falência de nossa empresa.*).

Entretanto, a julgar pelos contextos em que as clivadas normalmente figuram na literatura, parece que a "denegação" é uma característica *default* destas construções – e, como vimos, Givón acredita que esta propriedade é definidora do importe discursivo, pragmático, da construção. De fato, é importante notar que, nos usos denegadores das clivadas acima apresentados, encontramos também as duas outras propriedades de significado apontadas pela literatura – isto é, em todos os casos o caráter pressuposicional da oração clivada e a exaustividade do constituinte clivado são elementos importantes para o uso denegador da sentença. Isso sugere que há relação entre as três propriedades.

2.2.5 Síntese

Vimos que as sentenças clivadas estão freqüentemente associadas com quatro "propriedades de significado": (i) a interpretação "especificacional" do constituinte clivado; (ii) o "efeito de exaustividade" que caracteriza os constituintes clivados; (iii) a "pressuposição lógica" que é veiculada pelas orações clivadas; e (iv) o caráter "denegador" das clivadas, relativamente a proposições estabelecidas previamente no discurso. A discussão até aqui também indica que as propriedades (i) e (iii) – a primeira, eminentemente semântica, e a segunda, de natureza pragmática (ou semântico-pragmática) – são indissociáveis das clivadas, e que há boas razões para se acreditar que

(ii) e (iv) também o são; ademais, vimos que a propriedade (ii), a valer a análise de Kiss (1998), deve-se à semântica das clivadas, e que a propriedade (iv), segundo Givón (1993), é declaradamente pragmática. O que nos interessará, a partir daqui, é a relação entre estas diferentes "propriedades de significado"; mais precisamente: todas são constantes, ou pode-se argumentar que há uma "mais fundamental" que as demais?

2.3. Casos de não-exaustividade e de não-denegação

Nesta seção, serão apresentados exemplos de usos das clivadas que revelam que tanto o "efeito de exaustividade" quanto o "efeito denegador" não são condições necessárias para o uso adequado das clivadas. Começaremos pelos usos não exaustivos, procurando mostrar que existe uma certa correspondência entre o "efeito de exaustividade" das clivadas e seu "caráter denegador", ainda que a correspondência não seja necessária; em conseqüência, nossa conclusão será a de que a exaustividade não pode ser apenas resultado da semântica das clivadas – seja por fazer parte da "forma lógica", seja por ser um acarretamento da mesma. Depois, veremos que o "caráter denegador" também não pode ser intrínseco às clivadas.

2.3.1 Clivadas sem efeito de exaustividade

Um primeiro conjunto interessante de usos de clivadas que não são "exaustivas" é o seguinte:

(30) Quando eu vi o Hitler discursando na TV, eu tive vontade de cuspir nela. *E foi isso que eu fiz – além de chutá-la e jogá-la pela janela.*

(31) *É com grande prazer que anuncio nosso conferencista desta noite*, o Prof. Carlos Franchi. (adaptado de Prince (1978: 902), ex. (49))

(32) Quem fez este molde? *Foram os professores (que o fizeram)*? *Foram os alunos*? (adaptado de Prince (1978: 897), ex. (39))

Em (30)-(32), parece-nos claro que não há qualquer assunção por parte do falante de que o constituinte clivado é "contextualmente exaustivo". No caso de (30), isso é

expresso pela própria frase. No caso de (31), pode-se corroborar esta intuição adaptando-se o "teste da negação" de Farkas, como em (33):

(33) *É com grande prazer que anuncio nosso conferencista desta noite*, o Prof. Carlos Franchi.

a) Sim, eu o anuncio com prazer e também com muita admiração.

b) ?Não, eu o anuncio com prazer e também com muita admiração.

No caso de (32), por adaptação semelhante: a resposta positiva não exclui os valores interrogados de modo alternativo – o que poderia reforçar o caráter de exclusão da clivagem, mas aparentemente não o faz:

(34) Quem fez este molde? *Foram os professores (que o fizeram)*? *Foram os alunos*?

a) Sim, foram os professores e os alunos.

b) ?Não, foram os professores E os alunos.

Nos três casos acima ilustrados, encontramos um fator pragmático comum: nenhum deles é um "uso denegador" da sentença clivada.

No caso discurso (30), a clivada encerra a narrativa do falante *confirmando* algo que seu discurso anterior já sugeria (por meio da escala de Horn <*conseguir V-r*, *tentar V-r*, *ter vontade de V-r*>; cf. Levinson (1983: 134)); portanto, não há, aparentemente, qualquer aspecto "denegador". Este uso "não-denegador" pode ser visto com mais clareza em (30') abaixo, em que o uso da adversativa *mas* é mal-sucedido[21]:

(30') ?? Quando eu vi o Hitler discursando na TV, eu tive vontade de cuspir nela.

<u>Mas</u> foi isso que eu fiz – além de chutá-la e jogá-la pela janela.

No caso de (31), como já foi mencionado antes, estamos diante de um enunciado performativo do tipo declarativo, que – quando executado em contexto e de modo

[21] Talvez se pudesse dizer que há a negação da expectativa de senso comum de que, mesmo que sintam vontade de cuspir na TV por causa de um programa, as pessoas normalmente não fazem isso. Entretanto, não se poderia apelar para este tipo de (contra-)expectativa num contexto como: *Cheguei em casa morrendo de fome e fiquei com vontade de comer um sanduíche. E foi isso que eu fiz*.

apropriados (ver Austin (1962), Searle (1969)) – torna seu próprio conteúdo proposicional verdadeiro. Não se trata de um enunciado de caráter assertivo – e, portanto, não se trata de "rejeitar" a verdade de algum conteúdo proposicional previamente assertado.

Finalmente, no caso (32), a construção clivada está no escopo da interrogação – portanto, novamente é parte de um enunciado não-assertivo. De fato, neste caso o falante *não* (assume que) sabe o valor da variável que torna verdadeira a pressuposição expressa pela oração clivada; portanto, o enunciado não pode ter um caráter denegador. Em aparente concomitância com isso, o enunciado é compatível pragmaticamente com uma leitura não-exaustiva – de onde a aceitabilidade da resposta confirmatória em (34a) (em particular, em comparação com a resposta negativa (34b), que é menos natural).

Em resumo, o que os exemplos em (30)-(32) sugerem, ao menos aparentemente, é que a ausência de "caráter denegador" da clivada elimina a necessidade de uma interpretação exaustiva do constituinte clivado. Ao nosso ver, isso tem uma certa lógica: no uso denegador, em geral, o falante rejeita justamente o valor da variável correspondente ao constituinte clivado; para rejeitar este valor, o falante deve ter conhecimento do valor correto; pela máximas griceanas da quantidade e da relevância, ele deve fornecer precisamente este valor correto, implicando portanto a exclusão de valores incorretos. Casos como (30)-(32) sugerem que algo como este tipo de inferência pragmática está em jogo na obtenção do efeito de exaustividade ao menos em alguns casos – e que, portanto, a exaustividade pode não ser uma parte integrante da representação semântica das clivadas (ou um acarretamento desta representação).

Outro conjunto de exemplos interessantes, neste caso porque as clivadas possuem claramente um caráter "denegador", mas não o "efeito de exaustividade" observado por Kiss, são os seguintes:

(35) A: Quem veio ao seminário ontem?
B: a) ?? Foi TODO MUNDO (que veio ontem).
b) *Ontem* foi TODO MUNDO (que veio).

(36) A: Quem foi que roubou os doces que estavam aqui?
B: Eu não fui.
C: Nem eu.
A: Bom, foi ALGUÉM (que roubou), porque eles não iam sair andando.

(37) A: Onde foram parar os doces que estavam aqui?
B: Alguém roubou, mas não fui eu (que roubei).
C: Nem eu.
A: Bom, se não foi você nem ele, foi QUEM, então (, que roubou)?!

Como vimos, para Kiss a noção de "exaustividade" é definida em termos de um "subconjunto S de um conjunto contextual C de elementos" para os quais a predicação da oração clivada potencialmente poderia se aplicar; S é "exaustivo" por excluir o complemento de C. Vimos também que Kiss deriva desta concepção geral o fato de que clivadas são, geralmente, pouco aceitáveis quando o constituinte clivado é quantificado universalmente ou é indefinido – no primeiro caso, a identificação não seria por exclusão; no segundo, não só não haveria exclusão como também não haveria identificação. Entretanto, o contexto (35) permite a clivagem de um quantificador universal, e (36) e (37) permitem a clivagem de indefinidos. Por quê?

Considere-se (35). A falta de naturalidade de (35B.a) ilustra mais um exemplo da restrição bem conhecida à clivagem de DPs universais. Mas compare-se com (35B.b): o que faz este enunciado ser mais aceitável? Parece-nos que a diferença está associada à topicalização contrastiva de *ontem*: esta aciona uma pressuposição contextual que não está presente no caso de a resposta de B ser (35B.a) – a de que nos encontros anteriores do seminário, alguém tinha vindo, *mas não todo mundo*. É justamente esta última parte da pressuposição contextual que a clivada em (35B.b) está denegando: desta vez, não apenas *alguém* veio; desta vez, *todos* vieram. Isto é, (35B.b) melhora em relação a (35B.a) porque é um uso claramente denegador. Mas não é exaustivo.

No caso de (36) e (37), o contexto inicial do diálogo veicula a pressuposição de que *alguém* roubou os doces (em (36), por meio da oração clivada na fala de A; em (37), por meio da fala de B). Em ambos os contextos, entretanto, o falante A *não* sabe o valor que identifica este alguém. As falas subseqüentes nos dois discursos, por outro lado, parecem induzir a uma conclusão *contrária* à proposição pressuposta inicialmente (de que alguém roubou os doces). Em ambos os contextos, o falante A procura restabelecer esta proposição como pressuposta – daí o caráter "denegador" do enunciado e o uso da clivada (apesar de o enunciado ser interrogativo). Mas note-se: como o falante não sabe o valor da variável aberta na pressuposição, cliva um indefinido. Se Kiss está certa em assumir que quantificadores universais e existenciais não são "exaustivos" no sentido

característico das clivadas, então os exemplos em (35)-(37) atestam, novamente, casos de não-exaustividade.

Finalmente, considere o diálogo (38) abaixo: neste contexto, temos novamente um caso de denegação *sem* exaustividade, já que claramente o falante B procura corrigir apenas um dos valores que se aplicam ao predicado λx.[viajar(Pedro,x)]. Note que a sentença que se segue à clivada serve como uma espécie de "mecanismo de cancelamento", pois indica que a substituição do valor da variável deve incidir apenas sobre um dos elementos contextuais (i.e. sobre *Pelotas*), e não sobre todo o conjunto de referentes discursivos:

(38) A: O Pedro viajou para Jaguarão, Pelotas e Ijuí.
B: Não, foi para RIO GRANDE que ele viajou, e não para Pelotas.

Contudo, é possível que o leitor considere alguns dos exemplos elencados acima um tanto suspeitos. Afinal, em (30), por exemplo, o único elemento do "conjunto contextualmente dado" (para usar os termos de Kiss (1998)) pode ser o evento denotado pela primeira sentença – ou seja, o conjunto contextual poderia ser unitário e, portanto, a interpretação seria trivialmente exaustiva (ainda que a adição de novos elementos à predicação permaneça, neste caso, um mistério). Mais ainda: em (31), o cético poderia argumentar que este é um caso excepcional de "leitura semântica predicacional" (contra o que afirmamos em 2.2.1), e que a exaustividade nem entra em questão em tais contextos (como afirma Declerck (1988)).

Apesar destas reservas, cremos que ainda há boas razões para se acreditar que a exaustividade freqüentemente encontrada nas clivadas não é um aspecto de sua representação semântica – especialmente ao comparar o comportamento das clivadas com o do advérbio *somente*, que codifica em sua semântica algo muito próximo da exaustividade. Vejamos, inicialmente, quais inferências normalmente estão associadas a esta expressão:

(39) Somente [o JOÃO]$_F$ entende a Maria.
a) O João entende a Maria.
b) Ninguém distinto do João entende a Maria.

Parece ser consenso entre os lingüistas que (39b) faz parte do conteúdo assertado por (39), ou seja, tem-se que é assertado que $\neg\exists y$ ($y \neq$ João $\wedge$ Py). Note que esta é justamente uma das inferências definidoras da exaustividade nas clivadas: se é verdade que *foi X que P*, então tem-se – necessariamente, segundo Kiss (1998) – que $\neg\exists y$ ($y \neq$ ||X|| $\wedge$ Py). Por incrível que pareça, a verdadeira natureza da inferência (39a) é relativamente controversa, sendo alvo de acalorados debates na literatura (ver, por exemplo, Atlas (1993) e Horn (1996)). Para os nossos fins, basta admitirmos que (39b) faz parte do conteúdo semântico assertado de (39); deixemos de lado, portanto, (39a).[22]

Voltemos nossa atenção, agora, à comparação das clivadas com sentenças modificadas por *somente*. Um exemplo particularmente importante, formulado originalmente por Horn (1981) (*apud* Wedgwood (2007: 214), exs. (8a-b)), sugere que é precisamente o fato de que não há exaustividade numa clivada – e, conseqüentemente, não há um caráter "exclusivo" na predicação – o que torna certos discursos incoerentes. Como podemos observar em (40) abaixo, se a clivada veiculasse diretamente em sua semântica a exaustividade, (40a) deveria ser um enunciado perfeitamente coerente; entretanto, apenas com o advérbio *somente* (que expressa diretamente, convencionalmente, a exclusão de alternativas) o enunciado torna-se aceitável:

(40) a) ?? Eu já sabia que a Maria havia comido uma pizza, mas eu só fui descobrir agora que foi uma PIZZA que ela comeu.[23]

b) Eu já sabia que a Maria havia comido uma pizza, mas eu só fui descobrir agora que foi SOMENTE uma pizza que ela comeu.

---

[22] Uma das evidências mais interessantes para essa "assimetria" entre (39a) e (39b) vem de exemplos como (i)-(iii) abaixo (Horn (1996: 2), exs. (3a-c)):

(i) Somente o Pedro pode passar no teste, e é possível que nem mesmo ele consiga.
(ii) ?? Somente o Pedro pode passar no teste, {e/mas} é possível que alguém mais consiga.
(iii)?? Todos passaram no teste, mas é possível que alguém não tenha passado.

O exemplo (i) mostra que é possível cancelar a inferência de que Pedro pode passar no teste com o uso de operadores epistêmicos, enquanto (ii) mostra que o mesmo não vale para a inferência de que ninguém mais além de Pedro pode passar no teste. Note que, de modo análogo a (ii), não é possível cancelar em (iii) a inferência de que nenhum aluno não passou no teste – reconhecidamente um acarretamento – por meio do operador epistêmico. Evidentemente, este é um assunto que vai muito além do escopo deste trabalho; para maiores detalhes, ver Horn (1996), van Rooij & Schulz (2007) e referências lá citadas.

[23] Para Sergio Menuzzi (c.p.), (40a) torna-se aceitável com acento em *uma* no constituinte clivado (i.e., [...] *eu só fui descobrir agora que foi* UMA *pizza que ela comeu*). Ainda que concorde que a aceitabilidade do enunciado melhore um pouco com o acento, ainda assim o enunciado me parece um tanto ruim – especialmente em comparação com (40b).

Há ainda outro contexto em que o advérbio *somente* contrasta claramente com a clivada: quando a clivada está encaixada em um "verbo de dizer", como em (41a) abaixo, o falante pode ignorar a inferência de exaustividade; no caso de *somente*, no entanto, isto não parece ser possível, como o demonstra (41b).

(41) a) A Maria disse que foi o Pedro que comprou um carro novo, e de fato, Pedro e o Paulo compraram um carro novo.

b) ?? A Maria disse que foi <u>somente</u> o Pedro que comprou um carro novo, e de fato, Pedro e o Paulo compraram um carro novo.

Novamente, o que parece ser crucial aqui é o caráter convencional da exclusão de alternativas em sentenças modificadas por *somente* – e, por contraposição, o caráter *não*-convencional da exaustividade nas clivadas. Afinal, só se poderia esperar a possibilidade de cancelamento em casos de inferências de natureza pragmática, e não semântica.[24] De fato, em contextos análogos ao de (41), podemos verificar que as implicaturas escalares desencadeadas por DPs com determinantes numerais podem ser canceladas; no entanto, a presença do advérbio *somente* bloqueia este cancelamento:

(42) a) A Maria disse que o Pedro tem três filhos, e de fato, ele tem cinco filhos.

b) ?? A Maria disse que o Pedro tem <u>somente</u> três filhos, e de fato, ele tem cinco filhos.

A seguir, consideremos um exemplo semelhante a (41), mas com o contexto "invertido" – isto é, um contexto em que o número de referentes do discurso que satisfaz a um dado predicado supera tanto o dos referentes correspondentes ao constituinte clivado (o exemplo (43a)) quanto o dos correspondentes aos DPs modificados por *somente* (o exemplo (43b)):

[24] Como aponta Sergio Menuzzi (c.p.), talvez uma análise mais adequada de (41) não devesse adotar a idéia de *cancelamento*, mas sim a de *concordância*: em (41a), o falante concordaria com o que Maria disse porque *não* é necessariamente parte do que ela literalmente disse, ao proferir a clivada, a presumida exclusão de outros (que não Pedro) do conjunto de pessoas que compraram um carro novo. Por outro lado, em (41b), ao enunciar que concorda com Maria, o falante estaria comprometido com a exaustividade expressa literalmente por *somente*.

(43) a) % A Maria e o Pedro comeram o bolo, pois eu vi a Maria comendo uma fatia e o Paulo afirma que <u>foi o Pedro que comeu o bolo</u> (pois também o viu comendo uma fatia).

b) ?? A Maria e o Pedro comeram o bolo, pois eu vi a Maria comendo uma fatia e o Paulo afirma que <u>somente o Pedro comeu o bolo</u> (pois também o viu comendo uma fatia).

Em (43), o falante introduz no discurso dois referentes que satisfazem o predicado λx.[comer(x, bolo)]; entretanto, nas sentenças sublinhadas, apenas um referente satisfaz esse mesmo predicado. Apesar de haver certa variação nos julgamentos de (43a), o contraste entre os dois exemplos é relativamente claro: a exclusão veiculada convencionalmente por *somente* parece ser, em (43b), mais resistente ao cancelamento do que a inferência de exaustividade presente em (43a) por meio da clivada.

Nossas conclusões até aqui, portanto, são basicamente três: (a) a exaustividade não parece fazer parte da representação semântica das clivadas ; (b) a ausência de caráter denegador da clivada parece, em alguns casos, suspender o efeitos de exaustividade; (c) é possível encontrar casos em que a clivada possui caráter denegador, mas não o "efeito de exaustividade" (por identificação) proposto por Kiss. Note-se, no entanto, que (c) parece confirmar a idéia sugerida por (b), qual seja, a de que o "caráter denegador" da clivada é mais básico que seu "efeito de exaustividade" e que, em alguns casos, este último depende do primeiro. Veremos, entretanto, que isso nem sempre é verdade, e que nem sempre as clivadas têm caráter denegador.

2.3.2 Clivadas sem caráter denegador

Na verdade, já vimos casos de clivadas sem caráter denegador – os casos em (30)-(32) acima, cuja ausência de caráter denegador coincide com a ausência de efeito de exaustividade. Por comodidade, repito os exemplos abaixo:

(30) Quando eu vi o Hitler discursando na TV, eu tive vontade de cuspir nela. *E foi isso que eu fiz – além de chutá-la e jogá-la pela janela.*

(31) *É com grande prazer que anuncio nosso conferencista desta noite*, o Prof. Carlos Franchi. (adaptado de Prince (1978: 902), ex. (49))

(32) Quem fez este molde? *Foram os professores (que o fizeram)*? *Foram os alunos*? (adaptado de Prince (1978: 897), ex. (39))

Como vimos, (31) e (32) são enunciados não-assertivos; portanto, poder-se-ia explicar a ausência de denegação por incompatibilidade com o ato de fala sendo executado. Isto é: seja qual for a razão pela qual a clivada é compatível com atos de fala não-assertivos, o resultado é que, nestes casos em particular, poder-se-ia esperar a suspensão de seu caráter denegador.

Mas esta explicação não pode ser estendida ao caso em (30): neste exemplo, o enunciado é assertivo. Tanto é assertivo que a informação como um todo é nova – de fato, a informação veiculada pela oração clivada *não é informação compartilhada* e está sendo assertada como nova para o ouvinte. Isto é, (30) é um exemplo do uso que Prince chamou de "clivada com pressuposição informativa". Observe que, embora seja "informativa", a oração clivada continua sendo uma "pressuposição lógica", como se vê pela ligeira modificação em (30') – em que permanece a pressuposição de que o falante fez algo:

(30') Quando eu vi o Hitler discursando na TV, eu tive vontade de cuspir nela. *Mas não foi isso que eu fiz* – o que eu fiz foi chutá-la e jogá-la pela janela.

O que (30) indica, então, é que nem mesmo o uso assertivo das clivadas, em si, é suficiente para assegurar seu caráter denegador. Por outro lado, poder-se-ia justamente sustentar que, no caso de (30), embora a clivada contenha uma "pressuposição lógica", essa pressuposição não corresponde a nenhuma pressuposição compartilhada no contexto, ou assertada por outrem – portanto, não corresponde a uma proposição sendo assertada no contexto e cuja asserção o falante procura rejeitar.

Ou seja: também no caso de a oração clivada – ainda que expressando uma "pressuposição lógica" – não expressar alguma "pressuposição enquanto proposição compartilhada, ou assertada por outrem", poderíamos esperar que o caráter denegador fosse suspendido. Mas a situação é mais complexa: considere o seguinte exemplo:

(44) A: Então, quem é a Bárbara?

B: Te lembra a última vez que nos encontramos? *Era a Bárbara que estava comigo*.

(adaptado de Prince (1978: 897), ex. (40))

(44) pode ser tido como um exemplo canônico de "uso identificacional" da clivada: o elemento clivado identifica o valor da variável aberta na oração clivada, e exclui outros valores possíveis. Note-se: há aqui exaustividade; mais que isso, o ato de fala é assertivo, e a oração clivada é uma "pressuposição contextual", isto é, é "parte do conhecimento que o falante presume que o ouvinte tem". Temos todos os elementos necessários para um uso denegador da clivada. Mas não é este o caso de (44): neste diálogo, não há qualquer proposição sendo rejeitada.

Por outro lado, pode-se novamente demonstrar que a clivada veicula não apenas uma "pressuposição contextual", mas também uma "pressuposição lógica" em (44). Considere (45) abaixo:

(45) A: O Paulo me mostrou uma moça que ele disse que estava com você ontem. Era a Bárbara? Puxa, que gata ela, hein?

B: *Não era a Bárbara que estava comigo ontem*.

Embora B pudesse, na verdade, rejeitar a proposição de que uma moça tivesse estado com ele, não é isso o que ele faz enunciando (45B). Isto é: a pressuposição lógica da clivada em (45B) é preservada, apesar da negação e das condições favoráveis à sua rejeição, em (45B).

Voltando às conseqüências do exemplo (44), concluímos que, mesmo no caso de usos assertivos em que a oração clivada é uma "pressuposição contextual", podemos não ter um uso denegador. Isso indica que o "caráter denegador", encontrado freqüentemente nos usos mais comuns da clivada, não é uma propriedade essencial, "convencional", desta construção. Em outros termos, clivadas não estão convencionalmente associadas com o ato de fala de denegar.

2.3.3 Síntese

Vimos nesta seção que nem o efeito de exaustividade do constituinte clivado, nem o uso denegador das sentenças clivadas, parecem ser propriedades completamente imunes ao contexto; por outro lado, a "leitura especificacional" e o "caráter pressuposicional" da oração clivada parecem "sobreviver" à diferentes condições contextuais (cf. seção 2.2).[25] Isso indica que, das quatro propriedades de significado, as duas últimas são as candidatas mais fortes a fazerem parte do "significado convencional" das sentenças clivadas.

2.4. O caráter da exaustividade nas clivadas

Como vimos na seção anterior, a exaustividade não parece ser um aspecto do "significado convencional" das clivadas. Com isso, queremos dizer – e assumimos – que não é parte da "semântica" das construções clivadas – não é codificada estruturalmente em forma lógica, não é parte das condições de verdade associadas às expressões que nela aparecem, nem é um acarretamento de qualquer uma das duas. Assim, concluímos que os efeitos de exaustividade das clivadas, quando existem, são inferências pragmáticas desta construção. Mas, ainda que sendo "apenas" inferências pragmáticas, devem ter algum estatuto privilegiado de associação com a construção: afinal, são extremamente constantes – como também o uso denegador das clivadas –, a ponto de terem sido analisadas como parte de sua forma lógica ou acarretamentos dela. Procuremos mostrar, ainda, que uma outra possibilidade – a de que o caráter denegador fosse um "componente convencional" das clivadas e os efeitos de exaustividade fossem dele derivados pragmáticos – também não se mantém. Diante deste quadro, cabe a questão: qual é, mesmo, o estatuto dos efeitos de exaustividade, e, sendo inferências pragmáticas, a que classe de inferências pertencem?

São duas as possibilidades: ou os efeitos de exaustividade são pressuposições das clivadas, ou são implicaturas delas. No primeiro caso, seriam uma pressuposição veiculada pela própria construção, a ser acomodada no contexto do discurso; no

[25] No caso da pressuposição, a situação é um pouco mais complicada; ver nota 16.

segundo, seriam possivelmente fruto da interação entre máximas conversacionais griceanas e o conteúdo convencionalmente associado às clivadas.

Começamos esta seção investigando a primeira possibilidade: a da origem pressuposicional da exaustividade. Nossa conclusão será a de que é improvável que o efeito de exaustividade tenha sua origem em uma pressuposição. Depois, veremos que há boas razões para se acreditar que implicaturas conversacionais estejam envolvidas na exaustividade das clivadas – ainda que o quadro possa ser um pouco mais complicado do que parece à primeira vista.

2.4.1 Sobre a suposta "pressuposição de exaustividade"

No que se segue, mostraremos que é difícil sustentar a hipótese de que a exaustividade do constituinte clivado tenha sua origem em uma "pressuposição de exaustividade". A essência do argumento – um típico *reductio ad absurdum* – encontra-se em Atlas & Levinson (1981: 24-30).

Tomemos como ponto de partida a clivada (46) abaixo:

(46) Foi o João que a Maria beijou.

Neste caso, qual seria a "pressuposição de exaustividade"? Bem, suponhamos que a pressuposição seja (47) – que é a união das duas pressuposições de (46), quais sejam, a reconhecida ("alguém beijou Maria", ou "existe um x tal que x beijou Maria") e a hipotética (a de que João é a única pessoa que satisfaz a clivada, ou "não há y tal que y tenha beijado Maria e y seja diferente de João").

(47) O João foi a única pessoa a beijar Maria.

Ora, se fosse essa a pressuposição, então o contexto interrogativo em (48) deveria preservá-la, assim como preserva a pressuposição de que alguém beijou Maria; mas este claramente não pode ser o caso, pois se assim fosse, a pressuposição faria com que a única resposta compatível com ela fosse "sim" – o que é um absurdo. Dito de outro modo: a clivada ficaria sem asserção, já que tudo nela seria pressuposto.

(48) Foi o João que beijou a Maria?

Enfraqueçamos um pouco a nossa hipótese: vamos supor que a pressuposição seja algo como (49):

(49) A Maria beijou uma, e somente uma, pessoa.

Se fosse este o caso, então o contexto negativo deveria preservá-la, como preserva a pressuposição de que alguém beijou Maria, cf. (50a) abaixo; compare-se com (50b), em que a "expressão de retificação" *na verdade*, permite mais naturalmente o cancelamento da pressuposição. No entanto, nenhuma expressão de retificação é necessária para o cancelamento de (49), como se vê em (50c) abaixo: a sentença que se segue à clivada contradiz a suposta "pressuposição", como em (50a), mas neste caso sem maiores problemas:

(50) a) Não foi o João que a Maria beijou na festa – ??ela não beijou ninguém.
b) Não foi o João que a Maria beijou na festa – na verdade, ela não beijou ninguém.
c) Não foi o João que a Maria beijou na festa – ela beijou o Pedro e o Paulo.

Nem mesmo enfraquecendo ainda mais a pressuposição, modificando-a para "a Maria beijou no máximo uma pessoa", podemos manter a hipótese de que a exaustividade é uma pressuposição: neste caso, o exemplo (50c) acima deveria ser anômalo – o que, como podemos constatar, não ocorre. Além disso, note que tampouco a clivada pressupõe um "limite inferior" para o número de elementos que potencialmente podem satisfazer à predicação da oração clivada, como o demonstra (51) abaixo – em cujo caso, a pressuposição requereria que o limite inferior fosse de "pelo menos dois indivíduos":

(51) Não foi o Pedro e o Paulo que a Maria beijou – ela beijou o JOÃO.

Observe que outros contextos que permitem a projeção da pressuposição, como os modais e os condicionais, também não projetam qualquer limite para a cardinalidade dos constituintes clivados:

(52) É possível que tenha sido o João que a Maria beijou.

(53) Se foi o João que a Maria beijou, então meu mundo acabou.

Em (52) e (53), não parece haver qualquer tipo de "pressuposição de exaustividade" projetada; em particular, entre o conjunto de mundos que o falante de (52) e (53) considera compatíveis com estas duas sentenças, parece ser perfeitamente possível que existam mundos em que Maria tenha beijado mais de uma pessoa. Por exemplo, (52) poderia ser seguida de "..., como é possível que ela tenha beijado muitas pessoas, menos o João"; do mesmo modo, (53) poderia ser seguida de "...; se foi qualquer outro rapaz, ou mesmo todos os demais rapazes, então eu posso continuar tranqüilo". *Mutatis mutandis*, pode-se verificar facilmente que o mesmo vale para o limite inferior da cardinalidade de constituintes clivados. Em outras palavras: em contextos que permitem a projeção de pressuposições, uma sentença como *Foi DP que P* não impõe nenhum limite inferior (ou superior) para $|X|$ tal que $X \in C$ e $||P(X)||=1$, onde X é $||DP||$, $|X|$ é a cardinalidade de X, e C é o conjunto contextual de referentes do discurso.

Diante do que foi exposto acima, o que restaria como "pressuposição", como observam Atlas & Levinson (1981: 29), seria algo como "A Maria beijou *n* pessoas, *n* um inteiro qualquer tal que $1 \leq n$"; mas esta nada mais é do que a pressuposição de existência veiculada pelas clivadas (isto é, de que alguém beijou Maria). Logo, conclui-se que não há qualquer "pressuposição de exaustividade" nas clivadas. Resta-nos, portanto, investigar se as implicaturas podem iluminar o funcionamento dos "efeitos de exaustividade".

2.4.2 Implicaturas conversacionais e exaustividade

Vejamos se é possível confirmar a conclusão que a discussão até aqui aponta: a de que os efeitos de exaustividade são, na verdade, implicaturas conversacionais das sentenças clivadas. Antes de começarmos, no entanto, descartemos um tipo de implicatura que certamente *não* está envolvida: as chamadas "implicaturas convencionais".

Sabe-se que as implicaturas convencionais (daqui em diante, ICs) estão associadas ao menos a duas propriedades (cf. Potts (2005: 11), ex. (2.10)): (i) ICs são

"direcionadas ao falante", ou seja, seu conteúdo é atribuído àquele que enuncia a sentença; (ii) ICs dão origem a acarretamentos – e, portanto, não podem ser "canceladas". O exemplo (54) abaixo (Potts (2005: 18), ex. (2.20)) ilustra estas propriedades:

(54) [*contexto*: Maria vai à casa de Pedro, seu amigo, e este lhe diz que acha todos os seus (i.e., de Pedro) vasos vermelhos feios e que só acha os azuis bonitos. Ele diz a Maria que ela pode levar um dos vermelhos para casa. Maria acha esses vasos adoráveis; ela escolhe um deles e retorna para casa para dizer ao seu marido:]

Maria: O Pedro disse que eu poderia ficar com um de seus <u>adoráveis</u> vasos!

Segundo Potts (2005), adjetivos como *adoráveis* (chamados de "adjetivos expressivos" por Potts) veiculam implicaturas convencionais, justamente por exibirem as propriedades (i) e (ii) acima. De fato, observe que: (i) o juízo a respeito dos vasos expresso por *adoráveis*, no enunciado em (54), refere-se a Maria – isto é, não é atribuído a Pedro este juízo de valor (já que, se assim o fosse, então ele estaria dando os casos azuis, e não os vermelhos); e (ii) infere-se, do que disse Maria, que ela acha que os vasos de Pedro são adoráveis – e essa inferência não pode ser cancelada, como o testemunha (54') abaixo (Potts (2005: 28), ex. (2.32); o contexto permanece o mesmo):

(54') O Pedro disse que eu poderia ficar com um de seus adoráveis vasos. ?? Mas eles são todos tão feios!

Já vimos que a exaustividade parece não satisfazer a cláusula (ii), visto que a exaustividade da clivada pode ser "cancelada" (cf. seção 2.3.1). No que concerne à (i), é fácil ver que a exaustividade não é direcionada ao falante: em (55), por exemplo, a inferência de exaustividade só pode ser atribuída a Paulo, e não àquele que enuncia (55).

(55) O Paulo disse que foi a Maria que bateu no Pedro.

Assim, concluímos que a exaustividade das clivadas não é um caso de IC. Por eliminação, resta considerar a hipótese de que a exaustividade das clivadas é uma *implicatura conversacional* – isto é, que resulta da interação das máximas griceanas com o conteúdo convencional veiculado pelas clivadas e com o contexto de uso (Grice (1975)). Com efeito, há fortes indícios de que a exaustividade das clivadas está vinculada a implicaturas conversacionais – especialmente se considerarmos as características que normalmente estão associadas a estas. Vejamos que características são essas (Levinson (2000: 15)):

(56) a) *Cancelamento*: a propriedade de uma inferência poder ser cancelada pela adição de premissas.

b) *Não-descolamento*: qualquer outra expressão com o mesmo conteúdo codificado tende a veicular as mesmas implicaturas.

c) *Calculabilidade*: a derivação mais ou menos transparente da inferência a partir de um conjunto de premissas que inclui a assunção de uma atividade conversacional racional (cooperativa).

d) *Não-convencionalidade*: a natureza não-codificada das inferências e sua dependência parasitária ao que é codificado.

Anteriormente, pudemos constatar que o "efeito de exaustividade" é, em uma série de circunstâncias, cancelável (cf. 2.3.1); desta sorte, podemos afirmar com segurança que (56a) é aplicável à exaustividade das clivadas.[26]

Com respeito à (56b), é preciso estabelecer que "conteúdo codificado" estaria vinculado às implicaturas. Lembre-se que, na seção 2.2.1, chegamos à conclusão de que o conteúdo "convencional", semântico, das clivadas era a "leitura especificacional" – ou seja, faria parte do conteúdo assertado pelas clivadas a especificação de valores para os predicados correspondentes à oração clivada. Em outras palavras, a "forma lógica" básica para as clivadas seria algo como $\exists x\ [[x = \mathrm{i}] \wedge [\mathrm{P}(x)]]$, em que "i" é um referente do discurso, "$\exists$x [P(x)]" é uma pressuposição a ser feita contextualmente, e "[x = i]" é a asserção e corresponde ao "conteúdo especificacional" da clivada. Além disso, vimos que as "outras" clivadas – isto é, as pseudo-clivadas e as clivadas-QU – são ambíguas

[26] Ver, entretanto, as considerações sobre o cancelamento de implicaturas conversacionais "típicas" e sua comparação com o cancelamento da exaustividade nas clivadas mais adiante.

entre a leitura especificacional e a predicacional. Já na seção 2.2.2, vimos que o conteúdo da oração clivada é uma “pressuposição lógica” – e que, de certo modo, esta "pressuposição lógica" também é “convencional”, pois parece estar diretamente ligada à forma da sentença, sendo constante e "destacável". De fato, está tão associada à forma das clivadas – à oração clivada, em particular – que encontramos a mesma propriedade nas pseudo-clivadas e as clivadas-QU: em ambos os casos, a relativa livre é pressuposicional, como exemplificado em (57) abaixo:

(57) a) *Quem mentiu para a Maria* (não) foi o Paulo. [Pseudo-clivadas]
→ Alguém mentiu para Maria.

b) (Não) Foi o Paulo *quem mentiu para a Maria*. [Clivadas-QU]
→ Alguém mentiu para Maria.

Ora, se (a) a leitura especificacional for o “conteúdo convencional” das sentenças clivadas, resultante da combinação da "asserção da identidade do valor da variável" expressa pela oração contendo o "juízo de identidade" (isto é, *ser* + constituinte clivado) e do caráter *backgrounded* da proposição expressa pela oração relativa/clivada, respectivamente, e se (b) este conteúdo for o que dispara as implicaturas, então as pseudo-clivadas e as clivadas-QU, na leitura especificacional, devem também apresentar o efeito de exaustividade encontrado nas clivadas. E, de fato, é isso que verificamos ao aplicarmos um dos testes de Kiss (1998) a estas duas construções, como podemos observar em (58) abaixo:

(58) a) ?? Se a Maria encontrou o JOÃO e o PAULO, então quem a Maria encontrou foi o JOÃO.

b) ?? Se a Maria encontrou o JOÃO e o PAULO, então foi o JOÃO quem a Maria encontrou.

Mesmo para simples sentenças copulares, como (59) abaixo, podemos constatar o mesmo efeito – contanto que nelas tenhamos também uma "leitura especificacional", isto é, uma "asserção de identidade de valor de uma variável" presente em um predicado *backgrounded* – como no exemplo abaixo, em que o predicado é expresso por uma descrição definida, *os responsáveis pela matança*:

(59) ?? Se o JOÃO e a MARIA são os responsáveis pela matança, então o JOÃO é o responsável pela matança.

Em resumo, o que estamos argumentando aqui é que, onde encontramos uma "leitura especificacional" – sendo esta leitura o "conteúdo convencional", ou semântico, resultando da conjunção de uma "asserção da identidade de valor de uma variável" com um "predicado *backgrounded*" –, teremos como implicatura conversacional um "efeito de exaustividade". Assim, parece razoável afirmar que a cláusula (56b) também é satisfeita.

Quanto à (56c), parece-nos que, nos vários contextos em que vimos o uso das clivadas acionar a inferência de exaustividade do constituinte clivado, poderíamos assumir uma dedução como a proposta por Declerck (1988: 30):

> The Maxim of Quality prescribes that the speaker should specify the correct value for the variable; the Maxim of Quantity ('Make your contribution as informative as required') prescribes that the speaker should give a complete (exhaustive) list of the values that satisfy the variable. If the speaker is taken to be co-operative (i.e. abiding by the Maxims) the listener has a right to conclude that there are no values satisfying the variable apart from those listed in the focus of the specificational sentence.

Em outras palavras: a exaustividade das clivadas seria uma *implicatura de quantidade*; e, a julgar pela sua natureza recorrente – que pode ser expressa, inclusive, pela "regra de dedução" proposta por Declerk –, seria uma *implicatura generalizada*.

Finalmente, temos a cláusula (56d). Aqui, podemos nos valer da distinção estabelecida por Kiss (1998) entre o "foco identificacional" das clivadas e o "foco informacional" das sentenças não-marcadas: neste último caso, estamos diante de uma estrutura que não veicula convencionalmente uma "leitura especificacional" – e, portanto, não desencadeia a inferência de exaustividade; no segundo caso, temos uma estrutura que veicula convencionalmente a "leitura especificacional" e, conseqüentemente, desencadeia a inferência de exaustividade. Argumento análogo vale

para as pseudo-clivadas e as clivadas-QU em sua leitura especificacional.[27] Deste modo, parece que (56d) também pode ser satisfeita.

Assim, concluímos que a exaustividade associada ao constituinte clivado pode ser analisada proveitosamente como uma implicatura conversacional (generalizada) de quantidade.

2.5. Conclusão

Lembremos: as clivadas são construções fundamentais para o estudo das distinções e do papel da articulação informacional justamente porque seu principal importe de "significado", aparentemente, é o de "rearticular informacionalmente" o conteúdo proposicional da oração não-marcada correspondente. Vimos neste capítulo que, de acordo com a literatura, clivadas estão regularmente associadas com quatro "traços de significado" – que, portanto, poderiam estar associados a esta "rearticulação informacional": a "leitura especificacional"; a "pressuposição lógica" da oração subordinada; o "foco identificacional" e, portanto, exaustividade do constituinte clivado; e o caráter "denegador" da sentença clivada como um todo no discurso. Meu objetivo aqui foi o de tentar identificar quais destes traços são, plausivelmente, parte do significado convencional, "inerente", da construção clivada, quais podem ser alocados à interação deste conteúdo convencional com condições contextuais de uso.

Investigamos várias possibilidades de correlação entre estes traços, e a discussão aponta para algumas conclusões:

(i) A exaustividade do constituinte clivado freqüentemente é suspensa em casos em que o caráter denegador da sentença também não está presente. E (ii) é possível encontrar casos em que a sentença tem caráter denegador, mas não efeito de

---

[27] No caso das pseudo-clivadas e das clivadas-QU, nossa presunção é a de que elas ou são dotadas de estruturas sintáticas distintas das clivadas – estruturas que originariam a ambigüidade entre as leituras especificacionais e as predicacionais, ou a de que elas são, de algum modo, semanticamente "subespecificadas" no que diz respeito à distinção entre "leitura especificacional" e "leitura predicacional". Neste último, caso, seria possível argumentar que a especificação não é propriamente "codificada", mas sim "inferida". Mesmo sob esta segunda hipótese, acreditamos que é possível falar em uma "semântica especificacional codificada"; o único detalhe seria que, antes do cálculo da implicatura, as subespecificações semânticas devem ser plenamente "preenchidas".

Esse é um ponto particularmente delicado, porque envolve questões relativas à interação entre semântica e pragmática de que não trataremos aqui. Por exemplo, para a "Teoria da Relevância" (cf. Sperber & Wilson (1995)), o tipo de raciocínio esboçado no parágrafo acima é fundamentalmente equivocado, por estabelecer uma hierarquia entre semântica e pragmática (i.e., a semântica como um *input* para a pragmática). Para uma exposição extremamente didática das motivações (e problemas) da Teoria da Relevância e sua ligação com a teoria da gramática, ver Wedgwood (2005), capítulo 2.

exaustividade. As observações (i) e (ii), juntas poderiam indicar que o efeito de exaustividade é dependente do caráter denegador da clivada; mas (iii) isso não é verdade, já que também há casos de exaustividade sem caráter denegador.

Além disso, vimos que (iv) a ausência de caráter denegador às vezes está associada a atos de fala não-assertivos, e às vezes ao fato de que a oração clivada não expressa uma "pressuposição contextual". Mas estas não são condições necessárias para a ausência de denegação na clivada, e (v) é possível encontrar casos em que o constituinte clivado é "foco identificacional", exaustivo, o ato de fala é assertivo, e a oração clivada é uma "pressuposição contextual" – e ainda assim a sentença não é uma denegação.

Em todas as circunstâncias discutidas, (vi) aparentemente os únicos traços contínuos, encontrados em todas, são o caráter de "pressuposição lógica" (no sentido de Prince e Delin) da oração clivada – que tem correlação, mas não coincide necessariamente com a noção de "pressuposição" enquanto "informação compartilhada contextualmente" – e a "leitura especificacional" da sentença como um todo; (vii) os demais traços apontados na literatura – exaustividade e denegação –, ainda que sejam inferências comuns das clivadas, aparentemente não são parte de seu significado convencional – isto é, são inferências que dependem de traços adicionais do contexto. No caso da exaustividade, em particular, concluímos que (viii) não pode ser uma pressuposição (lógica) – e, por conseguinte, que (ix) a exaustividade do constituinte clivado parece ser uma implicatura conversacional generalizada.

Assim, nossa conclusão é a de que:

(a) o significado convencional das clivadas corresponde ao da "leitura especificacional" associada a elas, cuja forma lógica seria aproximadamente $\exists x_1,x_2,...,x_n\ [[x_1 = i_1 \wedge x_2 = i_2 \wedge ... \wedge x_n = i_n] \wedge [P(x_1) \wedge P(x_2) \wedge ... \wedge P(x_n)]]$, onde "i" é um referente do discurso, "$\exists x_1,x_2,...,x_n\ [P(x_1) \wedge P(x_2) \wedge ... \wedge P(x_n)]$" é uma pressuposição feita contextualmente e "$[x_1 = i_1 \wedge x_2 = i_2 \wedge ... \wedge x_n = i_n]$" corresponde à asserção do falante ao proferir a clivada;

(b) o "efeito de exaustividade" é, em realidade, uma "implicatura de exaustividade", cujo cálculo correspondente é, resumidamente, o seguinte: (i) o falante assume que seu interlocutor sabe que ele (o falante) está sendo cooperativo e, portanto, às máximas conversacionais (cf. Grice (1975)); (ii) em particular, supõe-se que o

falante está sendo sincero em sua asserção (i.e., está obedecendo à "máxima da qualidade") e que, portanto, a asserção de identidade [x = i] corresponde aos "fatos" (ou àquilo que o falante acredita que sejam os "fatos"); e, finalmente (iii) o falante está identificando todos aqueles que satisfazem à pressuposição de que $\exists x[P(x)]$ – pois, caso contrário, estaria omitindo uma informação importante, não sendo cooperativo (estaria violando uma das "máximas de quantidade" – i.e., "seja tão informativo quanto seja requerido pela troca conversacional"). Além disso, esta implicatura seria *generalizada*, dada sua ocorrência sistemática no uso das clivadas;

(c) Contudo, é importante ressaltar que não oferecemos uma explicação sistemática para o caráter denegador das clivadas – ou seja, não explicitamos de que modo a "implicatura de exaustividade" mencionada acima interagiria com o "ato de fala" denegador. Em particular, não nos parece claro se o efeito denegador seria simplesmente um subproduto da implicatura esboçada acima, ou se seria um efeito independente desta implicatura, conspirando para tornar o "efeito de exaustividade" ainda mais resistente ao cancelamento.

A lacuna na discussão do efeito denegador das clivadas nos permite encerrar este capítulo com uma breve identificação de alguns problemas remanescentes. Um deles é, precisamente, fornecer uma explicação adequada para o caráter denegador das clivadas. Um outro problema óbvio é o da formalização da sugestão de análise a que chegamos no presente capítulo. Há ainda, evidentemente, problemas empíricos, dos quais gostaríamos de mencionar e discutir um.

Apesar de todas as evidências levantadas acima, há um problema para a hipótese de que a exaustividade das clivadas seja uma implicatura generalizada de quantidade. Com efeito, comparando o comportamento usual das implicaturas generalizadas escalares com a exaustividade das clivadas, como em (60) abaixo, constatamos uma diferença crucial: implicaturas escalares como as de (60a) podem ser suspensas, mesmo que diretamente assertadas pelo falante; já as inferências de exaustividade, como as de (60b), não.[28]

[28] Por outro lado, como observa Sergio Menuzzi (c.p.), o contraste fica bem mais atenuado (ou até mesmo desaparece) substituindo, em (60B.b), *de fato* – que é uma "expressão de confirmação" – por *na verdade* ou *para ser exato* – que são "expressões de retificação". Isto ilustra outro ponto em aberto no

(60) a) A: É verdade que o João tem três filhos?
B: Sim, o João têm três filhos; de fato, ele tem 5 filhos.

b) A: É verdade que foi o João que comprou um carro novo?
B: ?? Sim, foi o João que comprou um carro novo; de fato, o João e o Pedro compraram um carro novo.

Neste trabalho, não nos aventuraramos a tentar explicar esta assimetria. Contudo, acreditamos que há alguns dados que, se explorados mais a fundo, podem oferecer uma solução para este enigma.

Recentemente, Wedgwood (2005), em um estudo detalhado sobre o foco no húngaro, reavaliou muitas das afirmações de Kiss (1998) sobre a posição pré-verbal nesta língua, especialmente as que dizem respeito à correspondência desta posição com asserções exaustivas. Segundo Kiss, a posição pré-verbal codificaria a exaustividade, introduzindo um "operador de exaustividade" que atuaria sobre os elementos que ali se encontram. Surpreendentemente (ao menos para os lingüistas que estudam o húngaro!), a conclusão de Wedgwood foi a de que esta posição *não* codifica exaustividade, mas sim que esta última é uma inferência pragmática. Posteriormente, Wedgwood (2007) constatou que a equivalência de significado que Kiss (1998) estabelece entre as "*it*-clefts" (as clivadas do inglês) e o foco pré-verbal do húngaro é falsa, e que, na verdade, as *it*-clefts são exaustivas "convencionalmente" – diferentemente do caso do húngaro, que é subespecificado quanto à exaustividade, e diferente do português (brasileiro), a julgar pelas conclusões a que chegamos aqui.

Outra observação importante feita por Wedgwood é a de que as *it*-clefts contam com um elemento que é estranho ao húngaro – e ao português: o "*it* expletivo", que deve sempre estar presente nas clivadas do inglês. Este elemento tornaria a construção mais rígida para fins de inferências pragmáticas, especialmente por ocupar uma posição sintática que é prototípica de elementos referenciais. Ora, como dissemos, o português brasileiro não conta com este tipo de "pronome expletivo" nas clivadas; portanto, a valer a hipótese da "rigidez pragmática", as clivadas do português brasileiro seriam mais flexíveis para fins pragmáticos – mas, ainda assim, menos do que os DPs com

---

presente trabalho: a interação entre "operadores de enunciados", como os mencionados anteriormente, e o "efeito de exaustividade" das clivadas.

determinados numerais. E isto faz algum sentido, já que as clivadas são "mais marcadas" gramaticalmente (a ordem de palavras não é a canônica, o foco é "gramaticalizado" (cf. Lambrecht (2001)), etc.). Assim, o português seria um caso intermediário entre as *it*-clefts (com exaustividade mais convencional) e o foco pré-verbal do húngaro (com exaustividade mais inferencial). Daí a assimetria entre contextos em que as clivadas estão diretamente ligadas à asserção e aqueles em que a relação entre as clivadas e a asserção é mediada por operadores que reportam a fala de outrem, como ilustrado em (61) abaixo:

(61) a) ?? Foi o João que comeu o bolo – e, de fato, o João e o Pedro comeram o bolo.

b) A Maria disse que foi o João que comeu o bolo – e, de fato, o João e o Pedro comeram o bolo.

c) ?? A Maria finalmente percebeu que foi o João que comeu o bolo – e, de fato, o João e o Pedro comeram o bolo.

Os exemplos (61a-b) ilustram justamente essa idéia: a de que a implicatura de exaustividade da clivada em português é um caso intermediário, "mais forte", de implicatura. Ou ainda, utilizando uma analogia da sintaxe: se a implicatura é imediatamente dominada pelo operador de asserção, ela não pode ser suspendida, ao contrário de suas "irmãs" escalares; a implicatura de exaustividade das clivadas é a "prima pobre" das implicaturas generalizadas de quantidade. Note, em particular, que a aceitabilidade de (61) piora sensivelmente se adicionarmos um verbo epistêmico, como em (61c); isto não é uma surpresa, já que, neste caso, o conteúdo da clivada torna-se "pressuposto" – e, portanto, passa a se ligar diretamente à asserção do falante.

Fica aqui, portanto, a sugestão para estudos trans-lingüísticos que se detenham com mais cuidado sobre o tipo de "efeito de exaustividade" que estudamos aqui.

3. Tópicos Contrastivos e Contraste Temático[††]

3.1. Introdução

No capítulo anterior, o impacto da EI sobre as construções marcadas foi analisado no âmbito da sentença; em particular, vimos que a tentativa de reduzir certos aspectos do significado a elementos da EI pode levar a alguns problemas empíricos. Mais especificamente, vimos que reduzir o "efeito de exaustividade" à semântica de um tipo particular de foco – o "foco identificacional" de Kiss (1998) – não parece ser a explicação ideal para este fenômeno; e que a explicação adequada envolveria possivelmente a interação entre a EI e outros componentes da linguagem e de seu uso – como, por exemplo, máximas griceanas. Neste capítulo, voltaremos a tratar da interação entre EI e estruturas marcadas, mas agora a partir de outro ângulo: o do impacto da EI sobre a estrutura do discurso. De modo mais específico, procuraremos investigar o papel da construção marcada chamada de "tópico contrastivo" na estrutura do discurso; para isso, procuraremos explorar de modo detalhado a contribuição desta construção no seguinte texto (adaptação de um exemplo de Prince (1983), discutido por Lambrecht (1994:160):

(1) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. *Ciências* eu achava um SACO. *Matemática* eu DETESTAVA. Eu ia bem em HISTÓRIA e até gostava das aulas de REDAÇÃO.

Procuraremos demonstrar que as propriedades do discurso em (1) revelam que a articulação informacional da frase, tal como codificada na construção de tópicos contrastivos em interação com estruturas de foco não-marcado, pode ser responsável por relações temáticas do discurso de modo independente de outras fontes – como, por exemplo, nexos como a conjunção *mas*. Em particular, procuraremos demonstrar que o discurso (1) fornece,

[††] Este capítulo se origina de um artigo de Sergio Menuzzi, apresentado no IV Congresso Internacional da ABRALIN, em fevereiro de 2005. Em 2008, eu e Sergio Menuzzi expandimos este artigo, introduzindo a discussão comparando as abordagens SDRT e QUD, o que resultou em um novo artigo apresentado no VII Workshop on Formal Linguistics, realizado em Curitiba em agosto de 2008. Finalmente, este último artigo sofreu novas modificações, realizadas novamente por mim e Sergio Menuzzi (especialmente a seção final) entre o fim de 2008 e início de 2009, resultando em um artigo que apresentamos no Colóquio "Debatendo Semântica Formal com Rodolfo Ilari", realizado na Unicamp, em abril de 2009. O presente capítulo é uma versão ligeiramente corrigida deste último artigo, sem alterações substantivas.

de vários modos, evidência para uma análise semântica da função de "tópico contrastivo" como a proposta por Büring (2003) – ainda que, como será observado, esta análise precise de reajustes. O ponto fundamental que gostaríamos de acentuar, de saída, é o seguinte: é por recorrer à hipótese de que "tópicos contrastivos" respondem, em discursos articulados, a "perguntas-tópicas" implícitas – especificamente, a perguntas-QU múltiplas – que a teoria de Büring é particularmente adequada para lidar com as propriedades temáticas do discurso (1).

3.2. Articulação Informacional, Foco e Tópico Contrastivo

Recordemos em termos gerais o que vimos na introdução (capítulo 1) desta dissertação. A "articulação informacional" de um enunciado é a codificação pela qual o falante sinaliza como ele acredita que seu interlocutor deva receber e processar as informações veiculadas pelo enunciado. Assim, normalmente se atribui à "articulação informacional" distinções do tipo: que parte da mensagem é "informação nova", que parte é "informação velha"; que parte indica um referente "proeminente ou ativo" no discurso, que parte sinaliza um "referente não-proeminente ou inativo"; que parte sinaliza o referente "mais importante", ou "do qual se fala", que parte indica o que se diz deste referente, etc.

Das distinções mencionadas, a mais básica é a distinção entre "informação nova" e "informação velha", que utilizaremos aqui para apresentar de modo mais detalhado as duas funções informacionais pertinentes à discussão, as funções de "foco" e "tópico contrastivo". Como mencionei no capítulo 1, a distinção entre "informação nova" e "informação velha" é normalmente ilustrada por diálogos de pergunta-resposta, como no exemplo (2) abaixo: os segmentos do enunciado de B que simplesmente retomam segmentos do enunciado de A veiculam "informação velha" ("ele encontrou ... na festa"); e o segmento do enunciado de B que fornece a informação pedida por A veicula a "informação nova" ("a irmã de Maria"):

(2) A: E quanto ao João? Quem ele encontrou na festa?
B: Ele encontrou [a irmã de MARIA]$_F$ na festa.

Chama-se de "foco" (não-contrastivo, ou foco informacional) precisamente os segmentos do enunciado que veiculam "informação nova", isto é, que respondem a um elemento interrogativo numa pergunta, como *quem* no enunciado de A. Portanto, *a irmã de Maria* é o foco do enunciado de B em (2).

Como foi observado no capítulo 1, o foco normalmente é codificado prosodicamente pelo acento principal do enunciado, sinalizado aqui pelo uso de SMALL CAPS; no enunciado de B, por exemplo, o acento principal recai sobre *Maria*. Isso mostra que é preciso distinguir a "função informacional" de foco de sua "exponência" ou "codificação lingüística": o segmento que veicula informação nova em (2B) é *a irmã de Maria*, mas a "marca" desta função – o acento principal do enunciado – recai sobre uma das palavras deste segmento, *Maria* (efeito chamado de "projeção do foco", cf. Selkirk (1984) e muitos outros desde então).

A segunda função informacional que nos interessará aqui é a de "tópico contrastivo". Tal como o foco, o "tópico contrastivo" também é sinalizado por um dos acentos principais do enunciado – segundo Ilari (1992), um "acento secundário" que precede o "acento focal" e que recai sobre o sujeito ou sobre algum constituinte deslocado para à esquerda do sujeito. Nos exemplos abaixo, este acento é sinalizado por itálico:

(3) A: Com quem o Paulo vai sair amanhã?
B: [O *Paulo*]$_{TC}$ eu não SEI. [O *João*]$_{TC}$ vai sair com a ROSA.

(4) A: Quem vai sair amanhã com a Maria?
B: [Com a *Maria*]$_{TC}$ eu não SEI. [Com a *Sílvia*]$_{TC}$ vai sair o CARLOS.

Como se vê nos exemplos, um "tópico contrastivo" pode corresponder a um segmento que é parte da "informação velha" veiculada pelo enunciado – nisso diferindo do foco. Além disso, o outro traço que caracteriza a função dos tópicos contrastivos no discurso é a existência de um conjunto alternativo de elementos que "contrastam" ou "se opõem", em algum sentido, ao segmento marcado como TC. Isso é ilustrado pela presença explícita de "termos de contraste" nos exemplos em (3) e (4) acima. Mas a presença destes termos não é necessária; quando não ocorrem, o tópico contrastivo *evoca* ou *pressupõe,* apenas implicitamente, tais termos. Assim, no exemplo abaixo, pode-se inferir do enunciado de B que alguém *não* fez seu tema de casa:

(5) A: O João fez o tema de casa?
B: [O *João*]$_{TC}$ [FEZ]$_{F}$. [Inferência: Alguém não fez.]

Além de serem segmentos que, prosodicamente, contêm os acentos principais do enunciado, há outra característica comum a focos e tópicos contrastivos: um tópico

contrastivo também pode, num certo sentido, ser “informação nova”, já que também pode responder a um elemento interrogativo. Especificamente, tópicos contrastivos podem ser usados em respostas de tipo “lista” a "perguntas múltiplas" – isto é, perguntas com dois ou mais elementos interrogativos, como no exemplo abaixo:

(6) [Contexto: retorno de sacoleiros de viagem ao Paraguai.]
A: Quem trouxe o que desta vez?
B: *O Paulo* trouxe uma sacola de RELÓGIOS; *o José*, dez VIDEOCASSETES, etc.

Como se vê, enquanto o foco do enunciado de B responde a um dos elementos interrogativos – *o que* –, o tópico contrastivo responde a outro – *quem*. Note-se que, neste caso, o conjunto de alternativas com o qual o tópico contrastivo de uma sentença “contrasta” é explícito – como nos exemplos (3) e (4) acima. Além disso, observe-se que, neste mesmo contexto, também há "contraste" entre os focos das sentenças. Por outro lado, o uso isolado de um foco não evoca – ao menos, não de modo ostensivo – um conjunto de "termos de contraste" implícito: compare-se (2) com (5).

Assim, embora foco e tópico contrastivo sejam ambos marcados pelos acentos principais da frase e tenham funções semelhantes em contextos como (6), ainda assim é preciso reconhecê-los como funções diferentes da articulação informacional. De fato, é importante notar que, quanto à forma, são caracterizados por curvas entoacionais diferentes. Como observa Ilari (1992: 47 e ss.), seguindo Cagliari (1980), no foco, a curva é *descendente*, enquanto que no tópico contrastivo a curva é de *descida-subida* (as curvas entoacionais são semelhantes em inglês, cf. Büring (2003, 2007) e outros):

(7) A: Quem encontrou a Maria?

B: o PAULO (encontrou a MARIA).

o *Paulo* (encontrou a MARIA).

(8) A: Quem o Paulo encontrou?

B: # o PAULO encontrou a MARIA.

O Paulo encontrou a MARIA.

A diferença entre as duas curvas entoacionais não é apenas de forma, mas de função: como o exemplo (7) mostra, a entoação de tópico contrastivo é incompatível com um contexto onde a única função possível é a de foco (isto é, se não houver contraste envolvido, como há em perguntas múltiplas); e o exemplo (8) mostra que a entoação de foco é incompatível com elementos que pertençam à "informação velha" da sentença.

Assim, é preciso concluir que, embora as funções de foco e tópico contrastivo possam ser contextualmente similares, não são idênticas. No que segue, exploraremos bastante a interação entre as duas funções, razão pela qual o leitor precisa estar atento à diferença entoacional caracterizada acima.

3.3. Estrutura temática do discurso

A fim de encetar o estudo que temos em mente da contribuição da articulação informacional – em particular, das função de tópico contrastivo – em discursos conexos, precisamos também de uma idéia geral do que é a estrutura temática do discurso. A apresentação que se segue não tem qualquer pretensão de exaustividade no que diz respeito às questões pertinentes à estrutura temática do discurso; aqui, será suficiente uma primeira aproximação.

A "organização temática" do discurso corresponde à sua segmentação em "unidades de assunto": as sentenças que compõem o discurso são agrupadas em subconjuntos de sentenças, ou "segmentos" de texto, cada segmento dando alguma contribuição específica à progressão do texto; estes segmentos podem, por sua vez, ser compostos de "subsegmentos", isto é, conjuntos de sentenças com alguma contribuição específica dentro do segmento; assim, a organização temática forma uma "estrutura hierárquica".

E, de fato, sabe-se que diversos processos interagem de forma sistemática com a estrutura hierárquica do discurso (cf. Asher (1993), Asher & Lascarides (2003), Kamp & Reyle (1993) e muitos outros). Por exemplo, considere o discurso em (9) abaixo: sua estrutura hierárquica intuitiva é expressa em (10) (uma representação em SDRT adaptada, cf. discussão mais adiante); e suas possíveis continuações em (9a-d) mostram como a hierarquia em (9) restringe a interpretação de *isso* em [S6].

(9) [**S1**] Os testemunhos foram tanto a favor quanto contra o suspeito. [**S2**] O chefe do departamento declarou que ele sempre foi um profundo admirador do

presidente da empresa. [**S3**] Teria sido por isso que ele fora transferido para o departamento. [**S4**] Entretanto, uma colega disse que havia visto o suspeito ter uma explosão de raiva depois da visita do presidente ao departamento. [**S5**] Outro colega afirmou que havia visto uma foto do presidente na gaveta do suspeito – seu rosto estava marcado por uma rasura vermelha. [**S6**] *Isso* comprometeu o suspeito.

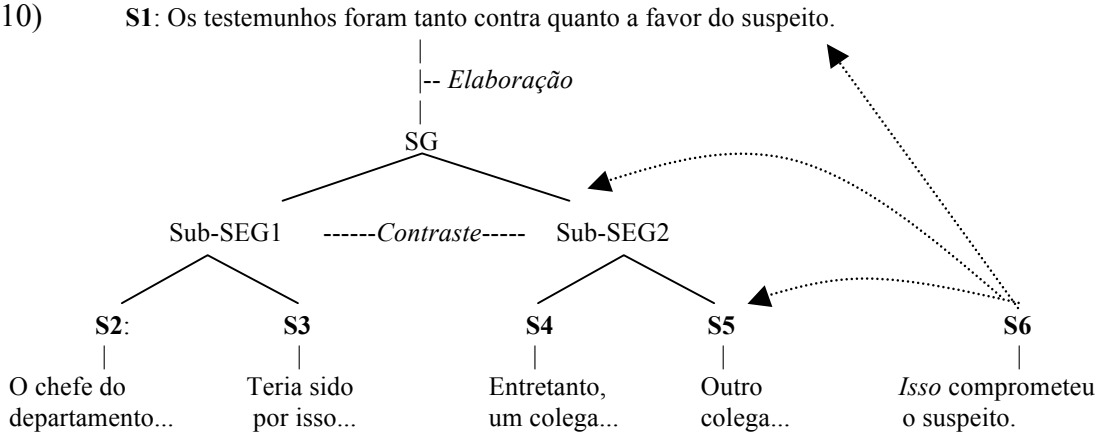
a) Isso sugeria que ele havia galgado intencionalmente os cargos da empresa para que pudesse se aproximar do presidente e tramar o seu assassinato.

b) A foto foi encontrada alguns dias depois na lixeira do prédio.

c) # A explosão de raiva foi gravada por câmeras de segurança.

d) A explosão de raiva foi gravada por câmeras de segurança, e a foto foi encontrada alguns dias depois na lixeira do prédio.

(10)



Como exemplo acima mostra, a estrutura hierárquica do discurso atua de modo a restringir as possibilidades de relações anafóricas entre expressões lingüísticas – o pronome *isso* em (9), por exemplo, só pode ter a sua referência estabelecida a partir de elementos que se encontram na "fronteira direita" do discurso.[29] Assim, *isso* em S6 pode tomar como referência o evento denotado por S1 (i.e., o evento de haver evidências tanto a favor quanto contra o suspeito) – e, neste caso, a continuação (9a) é licenciada; *isso* pode também fixar sua referência com base no Sub-SEG2, que corresponde ao conjunto de evidências que depõe contra o suspeito – e, deste modo, a continuação (9d) é licenciada; e, finalmente, *isso* pode

[29] O tratamento adequado das restrições sobre dependências anafóricas no discurso é um assunto complexo, dependente de vários fatores relacionados à estrutura do discurso e, em particular, à restrição da "fronteira direita" mencionada acima. Este é um problema que vai além do escopo deste trabalho; para um modelo formal da resolução anafórica discursiva, calcado no *framework* da SDRT, ver Asher & Lascarides (2003).

obter sua referência a partir de S5, que denota apenas uma das evidências contra o suspeito (i.e., a foto do presidente marcada com tinta vermelha) – e, neste caso, a continuação (9b) é licenciada. O pronome *isso* em S6 só não pode ter acesso, para fins de anáfora, a S4 – e, por isso, a continuação (9c) torna o discurso incoerente. Como fica evidente pelo gráfico em (10), todos os casos bem-sucedidos de continuação para o discurso em (9) estão na "fronteira direita" da árvore que corresponde à estrutura hierárquica do discurso (9). Desta forma, temos uma evidência clara de que a estrutura do discurso (9) – representada pelo diagrama em (10) – é decisiva para a resolução da referência de do pronome *isso* em S6.

Há diferentes modos de caracterizar a estrutura hierárquica do discurso; na presente discussão, faremos menção a somente dois deles. O primeiro modo corresponde ao tipo de análise proposto pela SDRT (*Segmented Discourse Representation Theory*, cf. Asher (1993), Asher & Lascarides (2003)), e o segundo é o proposto pela abordagem baseada em "QUDs" (*Questions-under-Discussion*, cf. van Kuppevelt (1995), Roberts (1996), Büring (2003)).

Na perspectiva da SDRT, o discurso que aqui nos interessa receberia a seguinte análise, aproximadamente:

(11) S1: **Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO.**

|
|-- *Elaboração*
|
SG

SSG1 ----------*Contraste*---------- SSG2

S2: ***Ciências* eu achava um SACO.** S4: **Eu ia bem em HISTÓRIA**

|-- *Paralelo* |-- *Paralelo*

S3: ***Matemática* eu DETESTAVA.** S5: **e até gostava das aulas de REDAÇÃO.**

Como a representação em (11) ilustra, o principal instrumento de descrição e análise que a SDRT utiliza para caracterizar a estrutura temática do discurso são as chamadas "relações retóricas" entre segmentos discursivos. A idéia é que cada nova sentença S em um discurso deve ter alguma "finalidade retórica" com respeito a algum segmento SG prévio: S pode, por exemplo, ser uma *elaboração* de SG, especificando um tema introduzido pelo segmento; ou pode estar em *contraste* com SG, em cujo caso desenvolve um tema que, de algum modo, se opõe ao tema de SG; etc. Estas relações retóricas – *elaboração, contraste, paralelo,* etc. – são

os elementos que conectam sentenças e segmentos de texto entre si, definindo a hierarquia temática do texto.[30,31]

Na abordagem baseada nas QUDs (*Questions-under-Discussion*), por outro lado, a estrutura temática do discurso resulta da tentativa do falante de responder satisfatoriamente a uma "pergunta tópica", que pode estar implícita ou explícita no discurso. Ou seja, todo discurso – diálogo ou não – é concebido como uma sucessão de pares de pergunta-resposta, sendo que a pergunta é o que determina o "assunto" do discurso – e, portanto, da resposta. Quanto à hierarquia temática, resultaria do fato de que, para "responder satisfatoriamente" a uma "pergunta principal", o falante pode precisar responder a um certo número de *subperguntas* mais específicas; deste modo, a segmentação do discurso emergiria de uma *hierarquia* de "perguntas tópicas".

Exemplifiquemos a abordagem QUD com o mesmo discurso acima, que poderia receber a seguinte análise em termos de QUDs (em negrito aparece o material explícito do discurso; em colchetes angulados, o material implícito; uso "P" para pergunta, "SP" para subpergunta, e "R" para resposta):

(12) <P1> <Como você se saiu no ensino secundário?>
<R1> S1: **Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO.**
<SP1> <Por quê? Como você se dava com cada disciplina?>
<SP1.A> <Qual era o problema com as disciplinas em que você ia mal?>
<SP1.A.i> <Por exemplo, qual era o seu problema com ciências?>
<R 1.A.i> S2: ***Ciências* eu achava um SACO.**

---

[30] O conjunto de relações retóricas admitidas pela SDRT é limitado, mas não há nenhum princípio geral que estabeleça este limite e o inventário tem sido determinado empiricamente, abarcando pouco mais de 20 relações na literatura atual (cf. Asher & Lascarides 2003, p.145).

[31] É importante observar aqui que a postulação de "relações retóricas" não é motivada apenas por intuições sobre a estrutura de alguns discursos: há também algumas evidências empíricas que sugerem que tais relações são relevantes para as condições de verdade do discurso. Com efeito, considere (i) e (ii) abaixo (Asher & Lascarides (2003: 6), ex. (5-6)):

(i) [**S1**] João caiu. [**S2**] Pedro o levantou.
(ii) [**S1**] João caiu. [**S2**] Pedro o empurrou.

Intuitivamente, (i) e (ii) têm estruturas temporais diferentes: em (i), os eventos descritos pelas duas sentenças ocorrem na ordem em que são apresentados no texto; em (ii), por outro lado, a ordem temporal não corresponde à ordem textual. Como a flexão de tempo em cada um dos verbos e a classe aspectual a que pertencem é a mesma em (i) e (ii), a semântica composicional das sentenças não é suficiente para explicar as diferenças encontradas. Por meio das relações retóricas, é possível explicar de modo natural estas diferenças: em (i), a relação retórica é de *Narração*, e tal relação exige que, se *Narração*(**S1**, **S2**) (i.e., se há uma relação retórica de *narração* entre S1 e S2), então o evento descrito por **S1** antecede o descrito por **S2**; em (ii), a relação retórica é de *Explicação*, e esta relação exige que, se *Explicação*(**S2**, **S1**) (i.e., '**S2** *explica* **S1**'), então o evento descrito por **S1** deve suceder o descrito por **S2**. Para outros fenômenos que motivem a existência de relações retóricas, ver seção 1.2 de Asher & Lascarides (2003).

<SP1.A.ii> <E qual era o seu problema com matemática?>
<R 1.A.ii> S3: ***Matemática* eu DETESTAVA.**
<SP1.B> <Com que disciplinas você não tinha problemas?>
<SP1.B.i> <Isto é, em que disciplina você ia bem?>
<R 1.B.i> S4: **Eu ia bem em HISTÓRIA,**
<SP1.B.ii> **E** <de que disciplina você até gostava?>
<R 1.B.ii> S5: <eu> **até gostava das aulas de REDAÇÃO.**

Pode-se descrever o procedimento para a formação de perguntas ilustrado acima do seguinte modo (cf. van Kuppevelt 1995, Büring 2003): (a) a cada ponto do discurso, há um conjunto de possíveis continuações – ou seja, um conjunto de proposições – que correspondem, semanticamente, ao significado de uma pergunta (cf. Kartunnen 1977); (b) tal "pergunta" é "induzida" por "lacunas de indeterminação" em um enunciado precedente; (c) o enunciado seguinte deve, portanto, ser uma "resposta" à "pergunta" induzida pelo enunciado precedente; (d) para ser uma "resposta" a tal pergunta, ele deve ser "congruente" com a pergunta, isto é, deve ser uma proposição informacionalmente apropriada (seu foco deve corresponder a um elemento interrogativo da pergunta, etc.); e (e) a resposta pode tanto responder satisfatoriamente à pergunta, encerrando o "tópico" (por exemplo, S2 com respeito à pergunta que a domina imediatamente), ou ela pode não responder satisfatoriamente à pergunta, mantendo, conseqüentemente, o "tópico" aberto (por exemplo, também S2, mas em relação a pergunta que domina a sua pergunta imediata, isto é, em relação à "Qual era o problema com as disciplinas em que você ia mal?"); (f) neste último caso, uma nova pergunta, subordinada à pergunta insatisfatoriamente respondida irá surgir (no caso do exemplo anterior, a pergunta que surge é: "Qual seu problema com matemática?").

O procedimento esboçado acima oferece um modo de caracterizar a noção de "continuidade discursiva": um discurso é "contínuo" quando há uma relação de subordinação entre suas perguntas tópicas, isto é, quando uma pergunta tópica é sucedida por (um conjunto de) subperguntas que procuram respondê-la satisfatoriamente; um discurso termina quando todas as "perguntas implícitas" foram adequadamente respondidas, e é impelido a prosseguir quando ainda restam perguntas implícitas a serem respondidas. Vale enfatizar: os elementos que "conectam" os enunciados no discurso são, nesta visão, "perguntas implícitas" induzidas por um dado enunciado, em conjunção com pressuposições do contexto.

Ambas as abordagens da estrutura temática do discurso acima esboçadas têm sido exploradas de modo intenso recentemente, mas não temos a intenção de discuti-las aqui – uma vez que não poderíamos fazer jus à literatura corrente em ambas. Nosso intuito é mais

modesto: desejamos demonstrar que, embora haja similaridades entre certas relações retóricas e o modo como QUDs expressam conexões entre segmentos textuais, ainda assim é possível distinguir os dois modos de conexão discursiva. Especificamente, mostraremos que há muitos elementos em comum entre a relação retórica de "contraste temático" tal como expressa convencionalmente pela conjunção *mas,* e a relação retórica de contraste tal como expressa pela articulação informacional no discurso em (1) acima. Entretanto, também mostraremos que é possível distinguir os dois tipos de "contraste"; e mais: que as principais propriedades da relação temática expressa pela articulação informacional podem ser capturadas por uma abordagem como a análise QUD esboçada em (12) – portanto, independentemente de uma análise baseada em "relações retóricas". Ao nosso ver – e é esta a conclusão principal que pretendemos apontar neste estudo – isso indica que a estrutura informacional é, ela própria, um dos meios de organizar a estrutura temática, hierárquica, do discurso; e este modo de organização é independente daquele veiculado pelo significado convencional de conetivos como *mas*.

Passemos, então, à discussão empírica que aqui nos interessa.

3.4. Contraste Temático e a "Alternância Tópico Contrastivo/Foco-somente"

Comecemos por demonstrar que a análise em SDRT proposta em (11) para o discurso que aqui nos interessa é bem motivada. As duas relações retóricas cruciais para nossos fins são as de *Paralelo* e de *Contraste*.

Tal com analisadas pela SDRT, estas duas relações juntam segmentos textuais a fim de comparar "elementos estruturalmente similares"; mas há uma diferença fundamental: *Paralelo* trata estes elementos como "similares do ponto de vista semântico", enquanto que *Contraste* os trata como semanticamente dissimilares (cf. Asher & Lascarides (2003: 152-155, 168-169; para a definição de "(dis)similaridade semântica", ver Asher (1999)).[32] O requisito de "similaridade estrutural", às vezes, se reflete inclusive na articulação informacional dos segmentos, como o ilustra (13) abaixo: neste exemplo, os segmentos

[32] Mais especificamente: segundo Asher & Lascarides (2003: 168), dadas duas estruturas E_1 e E_2, E_1 pode estar relacionada retoricamente a E_2 por intermédio de *Paralelo* ou *Contraste* – ou seja, pode-se ter *Paralelo* (E_1, E_2) ou *Contraste* (E_1, E_2) – somente se (i) existir uma isomorfia formal (i.e., não-semântica) *parcial* entre E_1 e E_2 e houver "algum grau" de (dis)similaridade semântica entre E_1 e E_2. Assim, *Paralelo* e *Contraste* são relações *escalares*: quanto maior for a isomorfia formal entre E_1 e E_2 e maior for a (dis)similaridade semântica entre elas, mais "forte" serão as relações entre as estruturas.

presentes nas respostas dadas em (13B.a) e (13B.b) devem ter uma estrutura informacional similar.

(13) A: A única língua que meus orientandos falam é o inglês. Mas ouvi dizer que os seus falam várias línguas. É verdade?

B: a) [Relação retórica: *Paralelo*]
Sim. O *João* fala FRANCÊS, e o *Paulo*, ALEMÃO.
Sim. O *João* fala FRANCÊS, e ? *alemão*, o PAULO

b) [Relação retórica: *Contraste*]
Mais ou menos. O *João* fala FRANCÊS e ALEMÃO, mas o *Paulo*, só ALEMÃO.
Mais ou menos. O *João* fala FRANCÊS e ALEMÃO, mas ?? só *alemão*, o PAULO.

Observe-se que os exemplos acima ilustram não apenas o caráter geral das relações de *Paralelo* e *Contraste*, mas também apontam os seus principais reflexos formais: as conjunções *e* e *mas*, respectivamente.[33]

Retornemos à estrutura temática do discurso (1) tal como analisada em (11) acima: de acordo com esta análise, os SSG1 e SSG2 guardam entre si uma relação de *Contraste* e, internamente, estabelecem uma relação de *Paralelo* entre suas sentenças componentes. De fato, (a) eles comparam, não apenas internamente mas também entre si, elementos similares (disciplinas escolares) por meio de predicações similares (o modo como o falante se sentia com respeito a cada disciplina); mas (b) os elementos comparados são tratados de maneira semanticamente *dissimilar* em SSG1 e SSG2: em SSG1, são atribuídas a eles predicações "negativas", e em SSG2, predicações "positivas"; daí estar SSG2 em "contraste" com SSG1.

Assim, a análise em (11) parece ter apelo intuitivo. E, de fato, há um argumento óbvio para ela: apenas o *mas* "contrastivo" pode ser usado entre SSG1 e SSG2; e apenas o *e* "paralelo" pode ser usado internamente a SSG1 e SSG2:

[33] Embora contextos como os acima sugiram que certos contextos possam exigir "similaridade informacional" dos termos contrastados, é bem sabido que este não é um requisito destas relações retóricas. Para a relação de *Contraste*, em particular, isso foi explicitamente apontado por Umbach (2004).

(14) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. *Ciências* eu achava um SACO. (E/??Mas) *Matemática* eu DETESTAVA. (Mas/??E) eu ia bem em HISTÓRIA e até gostava das aulas de REDAÇÃO.

Com isso, concluímos que, embora no discurso original em (1) não esteja presente a conjunção *mas*, ainda assim há boas razões para dizer que a "relação temática" que une os segmentos SSG1 e SSG2 é uma relação como a convencionalmente expressa por *mas* – isto é, é uma relação de *Contraste Temático*.

Note-se, agora, que a única expressão formal da relação temática de *Contraste* no discurso (1) reside na articulação informacional das sentenças que compõem os segmentos SSG1 e SSG2. A pergunta que nos interessa, neste ponto, é o quanto a identificação da relação temática de *Contraste* é dependente desta sua "expressão informacional". E a observação fundamental, neste sentido, é a de que há uma correlação entre a presença ou a ausência da conjunção *mas* em (1), e a articulação informacional exigida para as sentenças nos segmentos SSG1 e SSG2. Mais especificamente: na ausência de *mas*, a interpretação de "contraste" entre SSG1 e SSG2 é inaceitável caso os dois segmentos sigam o mesmo padrão informacional. Isso acontece no caso em que as sentenças seguem um padrão uniforme de [TC + F] – padrão informacional a que passaremos a nos referir com "padrão TC", simplesmente – como o mostra o exemplo (15) abaixo:

(15) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. *Ciências* eu achava um SACO. *Matemática* eu DETESTAVA. ?? *Em história* eu ia BEM e *das aulas de redação* eu até GOSTAVA.

E o mesmo acontece caso as sentenças de ambos os segmentos sigam um padrão uniforme em que o único acento marcado é o de foco – padrão a que passaremos a nos referir como "padrão F-somente" – como o exemplo (16) abaixo mostra:

(16) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. Eu achava um saco CIÊNCIAS e detestava MATEMÁTICA. ?? Eu ia bem em HISTÓRIA e até que gostava das aulas de REDAÇÃO.

Tanto em (15) quanto em (16), o resultado é o mesmo: o uso de um padrão informacional uniforme força a interpretação em que a relação temática é de "paralelo"; mas esta

interpretação é incompatível com o conteúdo proposicional das sentenças relacionadas; daí, o sentimento de incoerência do discurso.

Destes fatos, e da aceitabilidade do discurso em (1), emerge uma observação fundamental: na ausência de *mas*, a interpretação de "contraste" é aceitável somente se: (a) as sentenças em SSG1 seguem um padrão TC e as sentenças em SSG2 seguem um padrão F-somente, como em (1), abaixo repetido como (17); ou (b) o inverso acontece, com as sentenças em SSG1 seguindo um padrão F-somente, e as sentenças em SSG2, o padrão TC, como em (18) abaixo:

(17) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. *Ciências* eu achava um SACO. *Matemática* eu DETESTAVA. Eu ia bem em HISTÓRIA e até gostava das aulas de REDAÇÃO.

(18) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. Eu achava um saco CIÊNCIAS e detestava MATEMÁTICA. *Em história* eu ia BEM e *das aulas de redação* eu até GOSTAVA.

Em outras palavras: na ausência de *mas*, a relação temática de "contraste" entre os segmentos SSG1 e SSG2 ainda pode ser expressa; mas *é preciso que haja uma alternância entre os padrões informacionais de TC e de Foco-somente* – generalização a que chamaremos de "**Alternância TC/F-somente**".

Curiosamente, o "contraste" em (1) pode ser expresso apenas pela conjunção *mas* – ou seja, a presença dela dispensa o uso da alternância TC/Foco-somente:

(19) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. *Ciências* eu achava um SACO. *Matemática* eu DETESTAVA. <u>Mas</u> *em história* eu ia BEM e *das aulas de redação* eu até GOSTAVA.

(20) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. Eu achava um saco CIÊNCIAS e eu detestava MATEMÁTICA. <u>Mas</u> eu ia bem em HISTÓRIA e até gostava das aulas de REDAÇÃO.

Assim, a presença de uma marca convencional da relação temática de "contraste" parece eliminar, em discursos como (1), a necessidade de expressá-la por meio da articulação informacional das sentenças.

Em resumo, concluímos da discussão precedente que: (a) há boas razões para acreditarmos que a relação temática que une os segmentos SSG1 e SSG2 no discurso (1) é uma relação de "contraste" semelhante à expressa pela conjunção *mas* e distinta da relação de "paralelo" expressa pela conjunção *e*; (b) esta relação exige a alternância TC/Foco-somente na ausência de *mas* – ou seja, na ausência de uma marca convencional específica, a relação temática exige, para ser expressa, uma configuração informacional particular das sentenças que compõem o discurso; (c) por outro lado, a presença da marca convencional específica da relação de "contraste" elimina a necessidade de expressá-la por meio da articulação informacional das sentenças.

Parece claro que, diante destes fatos, a conclusão geral seria a de que a relação temática expressa em (1) é a mesma que a expressa por *mas*, e que ela só é expressa pela articulação informacional em (1) pela ausência de outra marca específica. Argumentaremos, entretanto, que este não é o caso e que muitas das propriedades pertinentes do discurso em (1) são previstas por uma análise da estrutura informacional – especialmente do padrão TC – que não faz apelo direto à relação temática de contraste. Vejamos esta análise.

3.5. A semântica dos tópicos contrastivos

3.5.1 A análise de Büring (2003) para TCs

Büring (2003) propõe uma análise semântica para TCs que generaliza seu uso como resposta a questões múltiplas, o que foi originalmente observado por Jackendoff (1972). Nos termos de Jackendoff, quando um TC é usado em um diálogo como (21) abaixo, "pressupomos (...) que há um número de pessoas e um número de coisas diferentes para comer, e que várias pessoas comeram várias coisas. O falante A faz uma pergunta do tipo *Quem fez o quê*? e o falante B está respondendo" (Jackendoff 1972: 261):

(21) A: Bem, e quanto ao João? O que ele comeu?
B: *O João* comeu FEIJÃO.

Büring sustenta que esta observação pode ser generalizada: para qualquer enunciado contendo um TC, a questão discursiva – explícita ou implícita – a que o enunciado procura atender pode ser expressa como uma QUD correspondendo a uma pergunta múltipla, como 'Quem comeu o quê?' em (21); e (b) visto que esta QUD pode ser respondida de dois modos, o enunciado contendo o TC indica que "estratégia" particular de resposta foi escolhida pelo falante:[34]

(22) <Questão:> <Quem comeu o quê?>
<Estratégia 1:> <Por pessoas: O que o João comeu? O que a Maria comeu? etc.>
Enunciado: ***O João* comeu FEIJÃO, e *a Maria* comeu GALINHA.**

<Estratégia 2:> <Por comidas: Quem comeu feijão? Quem comeu galinha? etc.>
Enunciado: **O JOÃO comeu *feijão*, e A MARIA comeu *galinha*.**

Aplicando a idéia a um discurso mais realístico, obtemos a seguinte estrutura:

(23) <P1:> <E aí, quais são as novas?>
<R:> **O Prof. Büring finalmente terminou o SEMINÁRIO.**
<P2:> <E como o seminário terminou? >
<R:> **Cada um de nós vai ter que ler um livro CLÁSSICO.**
<P3:> <Quem pegou qual livro?>

a) <SP3A:> <Quem pegou o livro do Jackendoff? Quem pegou o da Selkirk?>
<R:> ***O livro do Jackendoff* foi para a MARIA; e *o da Selkirk* (foi) para MIM.**

b) <SP3B:> <Que livro a Maria pegou? Que livro você pegou?>
<R:> ***A Maria* pegou O LIVRO DO JACKENDOFF; e *eu* peguei o DA SELKIRK.**

Em suma, para Büring o papel dos TCs é o de sinalizar a presença de uma "pergunta tópica" constituída por uma pergunta-WH múltipla, como P3 em (23). Esta pergunta pode ser

[34] Note que a curva entoacional do último segmento do enunciado que responde à Estratégia 2 não é a curva típica de TCs; em particular, o DP *galinha* não recebe a curva ascendente descrita na seção 2. Entretanto, isto já era esperado, já que a curva entoacional de "fronteira de enunciado declarativo" – que é tipicamente de descida – tem prioridade, neste caso, sobre a de TC.

respondida por uma ou mais estratégias, isto é, por subperguntas mais específicas, dependendo das pressuposições contextuais – em particular, que conjunto de elementos contrastados é "informação velha" ou "pressuposta". Assim, dependendo destas pressuposições, o discurso acima poderia ser continuado pela subpergunta SP3A ou pela subpergunta SP3B – o que é indicado pelo falante precisamente pela articulação informacional escolhida.

Consideremos agora, brevemente, a implementação formal desta idéia – que adota, em linhas gerais, as idéias básicas introduzidas pela análise de Rooth para a função de foco (cf. vimos na seção 1.2.2 acima). Primeiro, em analogia com o "valor focal" desencadeado pelo acento de foco nas sentenças declarativas, Büring propõe que TCs em uma dada sentença S desencadeiam a formação de conjuntos de perguntas, o que chama de ***o valor (semântico) de TC de S***, denotado por $||S||^{TC}$. O algoritmo de formação de valores de TC é o seguinte (Büring 2003: 519):

(24) *Formação do Valor de TC*

a) Uma pergunta-QU é formada pela substituição do constituinte focalizado do enunciado por um sintagma-QU adequado;

b) Um conjunto de perguntas é formado pela substituição do tópico contrastivo do enunciado por elementos de um conjunto contextualmente dado de alternativas.

Por exemplo, considere (23b) acima: o algoritmo exposto em (24) geraria a estratégia esboçada em (25a) abaixo – ou, mais formalmente, o conjunto de perguntas (isto é, o conjunto de conjuntos de proposições) dado em (25b):[35]

(25) S = [*A Maria*]$_{TC}$ pegou [o livro do JACKENDOFF]$_F$.

a) Passo 1: Que livro [*a Maria*]$_{TC}$ pegou?
Passo 2: {Que livro a Maria pegou? Que livro o João pegou? etc.}

[35] Como Büring observa (2003: 521), o valor semântico dado em (25b) para sentenças com TCs é crucialmente diferente do de perguntas-QU múltiplas simples (por exemplo, *Quem pegou o quê?*). O valor semântico destas tem a forma $\{x \text{ pegou } y : x, y \in D_e\}$, o qual não expressa o caráter hierárquico de discursos gerados por TCs.

b) $||S||^{TC} = \{\{x \text{ pegou } y : y \in D_e\} : x \in D_e\}$

≈ o conjunto de conjuntos de proposições da forma {*x* pegou o livro de J.}, {*x* pegou o livro de S.}, {*x* pegou o livro de C.}, etc. , tal que *x* é um indivíduo

(24) oferece uma modo de computar os valores de TC para sentenças com TCs. Com base nestes valores, Büring formula a condição de felicidade de sentenças contendo o padrão TC de articulação informacional: para um enunciado com TC ser "feliz", deve haver uma estrutura discursiva (subjacente) apropriada no contexto, isto é, que coincida com o conjunto de perguntas desencadeadas pelo enunciado com TC. Isto é, deve ser possível analisar o contexto discursivo como sendo composto de (ao menos) um dos elementos de $||S||^{TC}$.

Formalmente, a restrição é formulada do seguinte modo (Büring 2003: 520):

(26) *Congruência para TCs*

Um enunciado *U* contendo um TC é um movimento discursivo M_U em uma estrutura de discurso D se e somente se *U* indica uma estratégia em torno de M_U em D[36].

(27) Um enunciado *U* indica uma estratégia ao redor de M_U em D se e somente se existe um conjunto não-unitário *P'* de perguntas tal que, para cada *P* em *P'* :

a) *P* é idêntica à (ou é irmã da) pergunta que domina imediatamente M_U, e

b) $||P||^o \in ||U||^{CT}$ (em que $||P||^o$ é o valor semântico "ordinário" de P, ou seja, um conjunto de proposições, cf. capítulo 1).

Ilustremos as restrições (26) e (27). Considere o par pergunta-resposta (28) abaixo:

(28) A: Quem pegou o livro do Jackendoff?

B: #*A Maria* pegou o livro do JACKENDOFF.

[36] Uma "estrutura de discurso" (ou uma "árvore-D"), no contexto da abordagem QUD, refere-se à representação das relações hierárquicas existentes entre as (sub)perguntas e os enunciados (ou "respostas") que constituem o discurso; um "movimento", por seu turno, corresponde a um nó válido em uma "árvore-D".

O par em (28) resulta em um diálogo estranho por causa da "estratégia" evocada pelo enunciado de B. Esta "estratégia" é a pergunta (ou as perguntas) que o enunciado (28B) gera segundo o algoritmo (24), a saber, a estratégia esboçada em (25a); e, em particular, obtemos a subpergunta implícita "Que livro a Maria pegou?" (isto é, a pergunta *P* tal que $||P||^o \in ||U||^{CT}$ (cf. (27b)). A congruência para TCs em (26)-(27) requer que tal pergunta domine imediatamente (28B) no discurso. Mas isto não ocorre: a pergunta que domina (28B) no discurso é (28A) – que corresponde, por sua vez, a uma estratégia "inversa" à escolhida em (28B). Portanto, (28B) não é congruente com a estrutura discursiva de (28).

Em resumo: para Büring, a condição de felicidade de uma sentença com padrão TC está relacionada ao fato de que tal sentença pode responder a uma pergunta-QU múltipla, explícita ou implícita. Em particular, sentenças com TCs indicam um modo particular de responder a tais perguntas, a saber, respondendo a um conjunto mais específico, *subordinado* de sub-questões; estas subquestões dizem respeito ao conjunto (contextualmente evocado) de elementos que "contrastam" com o TC.

3.5.2 Aplicando a análise de Büring à alternância TC/Foco-somente

A análise de Büring é, de fato, capaz de fornecer uma estrutura coerente com o discurso que nos interessa aqui, estrutura que apresentamos em (12) acima e repetimos abaixo:

(29) <P1> <Como você se saiu no ensino secundário?>
<R1> S1: **Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO.**
<SP1> <Por quê? Como você se dava com cada disciplina?>
<SP1.A> <Qual era o problema com as disciplinas em que você ia mal?>
<SP1.A.i> <Por exemplo, qual era o seu problema com ciências?>
<R 1.A.i> S2: ***Ciências* eu achava um SACO.**
<SP1.A.ii> <E qual era o seu problema com matemática?>
<R 1.A.ii> S3: ***Matemática* eu DETESTAVA.**
<SP1.B> <Com que disciplinas você não tinha problemas?>
<SP1.B.i> <Por exemplo, em que disciplina você ia bem?>
<R 1.B.i> S4: **Eu ia bem em HISTÓRIA,**
<SP1.B.ii> **E** <de que disciplina você até gostava?>
<R 1.B.ii> S5: <eu> **até gostava das aulas de REDAÇÃO.**

Observe-se que, nesta análise, as sentenças de padrão TC respondem a um conjunto de perguntas-QU simples ("Qual era o seu problema com ciências? e qual era o seu problema com matemática?") subordinadas a uma pergunta-QU múltipla ("Como você se dava com cada disciplina?")[37], como exige a análise de Büring. Além disso, a estrutura acima dá conta, corretamente, da articulação informacional dos enunciados que compõem o discurso ao mesmo tempo em que expressa algumas das principais propriedades temáticas deste: (a) consegue expressar o fato de que os enunciados S2 e S3 formam um segmento temático, já que respondem ao mesmo conjunto de subquestões implícitas; (b) também expressa o fato de que S4 e S5 formam um segmento temático, pela mesma razão; e finalmente (c) expressa o fato de que os dois segmentos mencionados estabelecem uma relação temática entre si, já que ambos respondem, por "estratégias alternativas", a uma mesma questão principal, a pergunta-QU múltipla SP1 ("Como você se dava com cada disciplina?").

Este último ponto é crucial para nós aqui: as subquestões SP1A e SP1B são relacionadas discursivamente porque são "estratégias", isto é, conjuntos de perguntas derivadas da mesma pergunta-QU múltipla, SP1: SP1 interroga pelo *modo* como o estudo se dava em *cada disciplina*; SP1A é a estratégia de responder a SP1 fornecendo o modo (*achava um saco, detestava*) para um conjunto dado de *disciplinas* (*ciências, matemática*), e SP2 é a estratégia de responder a SP1 fornecendo as disciplinas (*história, aulas de redação*) para um conjunto dado de *modos* (*ia bem, até gostava*). É esta análise que permite dizer que ambos os segmentos mantêm entre si uma relação temática na estrutura acima.

Entretanto, precisamente esta análise levanta um primeiro problema para a teoria de Büring. É preciso lembrar que, para Büring, a articulação informacional responsável por sinalizar a presença de uma "estratégia" – isto é, um modo alternativo de responder a uma pergunta-QU múltipla – é o padrão TC. Mas, na estrutura acima, o segmento textual dominado por SP1B é respondido por enunciados no padrão F-somente, e não pelo padrão TC. Isso indica que, na melhor das hipóteses, a análise de Büring não fornece condições suficientes para distinguir o uso de um padrão CT do uso de um padrão F-somente. Em particular, não se poderia dizer que toda a "estratégia de resposta" a uma pergunta-QU múltipla é sinalizada por um padrão CT.

---

[37] Em (29), formulamos a pergunta com o determinante não-interrogativo *cada*, em vez do interrogativo *qual*, apenas porque nos soa um enunciado mais natural. Do ponto de vista da análise semântica que nos interessa aqui, a pergunta com *cada* é semanticamente equivalente a pergunta-QU múltipla com *qual*, ambas significando "Para que pares de x e y, você se dava de modo x com a matéria y?".

E o problema pode ser ainda pior: se a condição de congruência de um enunciado com o padrão F-somente é diferente da condição de congruência do padrão CT (como em Büring (2007); ver seção 1.2.2 aqui), o resultado é que um padrão F-somente não evocará uma "subestratégia". Neste caso,o padrão F-somente seria incongruente com a estrutura de discurso acima fornecida. Ou seja, seria necessário buscar outro modo de representar, por meio de QUDs, a estrutura temática do discurso; portanto, perde-se um modo de explicar, na abordagem QUD, a intuição de que os subsegmentos SSG1 e SSG2 do discurso em questão mantêm uma relação temática entre si precisamente porque são modos alternativos de desenvolver um mesmo "tema" -- de responder a uma mesma "pergunta tópica".[38]

Há um outro problema com a análise QUD sugerida acima, baseada na teoria de Büring para os tópicos contrastivos, mais importante para a presente discussão. O problema é que nem a definição de "valor de TC de um enunciado", nem a "condição de congruência para TCs", nem ambas juntas, são capazes de predizer uma das propriedades temáticas fundamentais do discurso em (1): a de que as relações que se estabelecem em (10) entre os segmentos SSG1 e SSG2, bem como as que se estabelecem no interior de cada um destes segmentos, possuem "conteúdo" específico. Para ser mais preciso: ao evocar a idéia da existência de "estratégias", a teoria de Büring é capaz de prever a possibilidade de desenvolvimentos alternativos de um mesmo tema, quando este tema pode ser caracterizado por uma pergunta-QU múltipla; assim, a teoria é capaz de indicar a existência de discursos como (1), com alguma relação temática sendo estabelecida entre SSG1 e SSG2; mas não é capaz de prever, por si só, que a relação entre SSG1 e SSG2 é de *Contraste*, e não de *Paralelo*.

Parece-nos evidente que há uma relação entre os dois problemas acima apontados – isto é, o de que a abordagem de Büring não é capaz de prever a necessidade do padrão F-somente em alternância com o padrão TC, e o de que também não é capaz de prever o conteúdo específico das relações temáticas que se estabelecem entre e no interior dos segmentos SSG1 e SSG2 em (9). É exatamente isso o que a generalização que apresentamos na seção 4 acima indica: na ausência da conjunção *mas,* a relação de *Contraste* temático precisa ser expressa pela alternância TC/F-somente.

---

[38] Há uma razão pelo menos para acreditar que este seria um movimento em falso. Note-se que o segmento SSG2 pode, na verdade, fazer uso de uma marcação de TC sobre os predicados, como mostra (i) abaixo. Isto revela que SSG2 pode, de fato, ser interpretado como uma estratégia complementar à do segmento SSG1, como o prediz a teoria de Büring e a análise em termos de QUD que propusemos em (29):

(i) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. *Ciências* eu achava um SACO. *Matemática* eu DETESTAVA. Eu ia *bem* em HISTÓRIA e até *gostava* das aulas de REDAÇÃO.

Disso poderíamos concluir por duas alternativas completamente opostas. A de que o tipo de teoria proposto por Büring, ainda que sendo capaz de estabelecer uma conexão entre estrutura informacional e estrutura hierárquica do discurso, é inerentemente incapaz de tratar do *conteúdo* das relações temáticas. Assim, ela precisaria ser complementada por uma teoria substantiva das relações temáticas – como a teoria das relações retóricas proposta pela SDRT. A outra alternativa é a de que a teoria de Büring para TCs e as "estratégias" está no caminho e, com um pequeno ajuste e/ou refinamento, poderia ter ambos os problemas resolvidos.

No que resta deste trabalho, argumentaremos que há uma boa possibilidade de que a última alternativa esteja correta: procuraremos mostrar que, embora tenham "conteúdo" semelhante, há *duas* "relações de *contraste*", isto é, há uma relação temática de contraste expressa pela conjunção *mas* e uma outra relação de contraste expressa pela alternância CT/F-somente. Podemos distinguir estas relações porque possuem propriedades diferentes; em particular, a última tem propriedades que são adequadamente capturadas pela abordagem que apresentamos nesta seção.

3.6. Contraste por *mas* vs. Contraste pela Alternância TC/F-somente

A primeira observação importante aqui é que a alternância TC/F-somente *é*, de fato, a responsável pelo *contraste*, isto é, pela "mudança de orientação" que há na passagem do SSG1 ao SSG2 no discurso (1). Isso é o que um exemplo como (30) mostra:

(30) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. *Ciências* eu achava um SACO. ?? Eu detestava MATEMÁTICA.

O que acontece em (30) é que a semântica das proposições comparadas tem "a mesma orientação" – isto é, fala de matérias em que o aluno não ia bem. Assim, no que diz respeito à semântica proposicional dos enunciados, o que esperaríamos seria um segmento definido pela relação de *paralelo*. Entretanto, o padrão informacional dos enunciados que compõem o segmento se caracteriza como um caso da alternância TC/Foco-somente e, fundamentalmente, o segmento como um todo leva o leitor a buscar uma relação de oposição entre *ciências* e *matemática*. Ou seja: o texto (30) soa algo incoerente precisamente porque há incompatibilidade entre a semântica das proposições, que exige uma interpretação de

paralelo, a alternância TC/F-somente – indicando que, de fato, é esta a responsável pela relação de *contraste* em tais discursos.[39]

Uma segunda observação importante é que TCs, no contexto que nos interessa aqui, exigem "contraste" não apenas para o constituinte marcado com o acento de TCs, mas também para a predicação. Isto é, para o texto ser coerente sob uma interpretação de *contraste* tal como expressa pela alternância TC/F-somente, é preciso que haja a possibilidade de "contraste" tanto para o TCs quanto para os foci. Isso é o que o exemplo abaixo mostra:

(31) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. Eu achava um saco CIÊNCIAS e detestava MATEMÁTICA. ?? *De aulas de redação* todos os alunos GOSTAVAM.

Note-se que, sendo o tema do discurso o modo como o *falante* se deu na escola, os elementos comparados – e marcados por acento de TC ou de F – são os *modos* x como o *falante* se dava com as disciplinas, e as *disciplinas* y que o *falante* cursou. Portanto, para a comparação pertinente ser estabelecida, é preciso que o conteúdo proposicional comum às sentenças do segmento seja " *o falante* se deu de modo x com a disciplina y ". Entretanto, o último enunciado de (30) não possui este conteúdo proposicional; antes, seu conteúdo é "*todos os alunos* se deram de modo x com a disciplina y".

Assim, concluímos que a alternância TC/F-somente só consegue integrar apropriadamente segmentos em uma relação de contraste se houver comparação entre os TCs e os focos apropriados para o "tópico" do discurso. Esta propriedade é capturada pela análise de Büring: nela, cada estratégia é um modo alternativo de responder a uma pergunta-QU múltipla; os elementos comparados e contrastados entre si correspondem aos elementos-QU da pergunta; e o que assegura o "tópico comum" do discurso é o resto da proposição.

---

[39] Observemos que se o padrão informacional do segmento fosse inverso – isto é, o primeiro enunciado com a forma F-somente, e o segundo com a forma TC, o discurso aparentemente não apresentaria problemas – em particular, neste caso a interpretação de *paralelo* é aceitável:

(i) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. Eu achava um saco CIÊNCIAS. *Matemática* eu DETESTAVA.

Não discutiremos este exemplo aqui. Apenas mencionamos um dos fatores que fazem com que (i) seja diferente do discurso (1) – e que, acreditamos, seja pertinente: a inexistência de estrutura interna nos subsegmentos. Compare-se (i), também, com o exemplo (31).

Adicione-se outra observação: a de que a coerência do discurso (31) pode ser resgatada se novas informações são adicionadas ao contexto, fornecendo novamente um "conteúdo proposicional comum" a um conjunto de perguntas implícitas. Considere, por exemplo, o diálogo (32) abaixo, em que (32B) é uma versão modificada de (31): neste caso, o segmento correspondente a (31) não resulta incoerente.

(32) A:Ouvi dizer que, no ensino secundário, você costumava ir bem em redação. Você deve ter sido um excelente aluno!

B:É, eu me dava bem nas aulas de redação, mas na verdade me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. Eu achava um saco CIÊNCIAS e detestava MATEMÁTICA. *De aulas de redação* TODOS os alunos gostavam.

Observe-se, entretanto, que neste novo contexto, o conteúdo proposicional comum que permite integrar o enunciado ao discurso por meio de *contraste* é "x se dava bem/gostava da disciplina y". Crucialmente, este novo "conteúdo comum" expressa uma pergunta-QU múltipla diferente, que requer uma articulação informacional diferente do enunciado – e é precisamente isso que vemos em (32).

Até aqui, vimos que: (a) o que realmente determina a interpretação de *contraste* em discursos como (1) é a alternância TC/F-somente, e não apenas o conteúdo proposicional dos enunciados (cf. (30)); e (b) que, para haver o *contraste* apropriado, é preciso ter algo como uma "pergunta-QU múltipla" comum tanto aos enunciados com o padrão TC quanto aos enunciados com a forma F-somente (cf. (31) e (32)). Pode-se, ainda, demonstrar que é a presença conjunta de ambos os segmentos que induz à presença da relação temática de *contraste* – e que isso é diferente do caso de *contraste* tal como expresso por *mas*. Considere, primeiro, a tentativa de expressar *contraste temático* apenas por meio do padrão TC, sem a presença do primeiro segmento do discurso:

(33) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. ?? *Em história* eu ia BEM e *das aulas de redação* eu até GOSTAVA.

O discurso soa algo incoerente: em princípio, é possível antecipar o "contraste" que há entre o tema que se anuncia – o falante foi apenas um aluno médio – e o segmento seguinte, em que o falante revela que até se dava bem com algumas disciplinas; mas, ainda, assim esta

antecipação não é suficiente para permitir uma interpretação natural para (33). Portanto, na ausência do primeiro segmento, que desenvolve a orientação anunciada por "me graduei como um aluno médio", o padrão TC não é, por si só, capaz de introduzir a relação temática de contraste.

Agora, compare-se (33) com o discurso abaixo, que soa bem mais natural:

(34) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. Mas eu ia bem em HISTÓRIA e até gostava das aulas de REDAÇÃO.

Este exemplo mostra que a conjunção *mas*, ao contrário do padrão TC, é por si só capaz de evocar as condições necessárias para a introdução da relação temática de contraste em contextos como o de (33) e (34). Esta observação não chega a ser surpreendente, já que a omissão da "concessão" é uma das propriedades importantes apontadas pela literatura sobre conjunções como *mas* e sobre sua relação com a relação de contraste (cf. Spenader & Maier e referências lá citadas).

O que é fundamental para nós, aqui, é que o mesmo “efeito retórico” só pode ser obtido pelo padrão TC *na presença de um outro segmento com o padrão F-somente*. Ao nosso ver, isso sugere que o que faz o discurso ser interpretado como tematicamente contrastivo em (29) acima é justamente a percepção de que duas "estratégias alternativas" de resposta para uma mesma "pergunta tópica" estão sendo simultaneamente exploradas – por isso, a presença alternante dos dois padrões informacionais; e, novamente, a análise de Büring parece capturar esta propriedade fundamental da interpretação de discursos como (1). Por outro lado, admitindo que isso seja correto, somos obrigados a concluir que as fontes de "contraste temático" em (34) e (33) são diferentes; assim, embora estejamos lidando com relações temáticas muito semelhantes, não são exatamente a mesma relação. Esta conclusão é crucial, ao nosso ver: ela é um forte argumento de que a estrutura informacional não se reduz, simplesmente, a verificar as condições locais de congruência informacional entre um enunciado e o discurso precedente; a estrutura informacional é um componente ativo no estabelecimento da semântica das relações entre segmentos discursivos.

Gostaríamos de encerrar este estudo comparativo dos dois modos de expressar "contraste temático", por meio de conetivos e por meio da estrutura informacional, fornecendo mais um argumento para esta última conclusão – isto é, de que estamos lidando com duas fontes diferentes de "contraste temático". O argumento ancora-se na seguinte observação: embora a conjunção *mas* pareça evocar de modo mais eficiente as condições contextuais necessárias

para se obter a interpretação de contraste temático entre SSG1 e SSG2 em (9) (cf. (33) vs. (32)), ainda assim é possível achar contextos em que mesmo ela não é, por si, suficiente para isso:

(35) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. Eu achava um saco CIÊNCIAS e detestava MATEMÁTICA. ? Mas todos os alunos gostavam de aulas de REDAÇÃO.

Lembremos, antes de mais nada, que neste mesmo contexto a alternância TC/F-somente, por si só, não é capaz de expressar contraste temático, como vimos na discussão (31) acima. Consideremos agora (35): o discurso não chega a soar incoerente, mas não consegue evocar, à primeira leitura, a inferência que permitiria interpretar o enunciado introduzido por *mas* como em contraste com o tema "eu fui um aluno médio: havia disciplinas em que eu ia mal, e disciplinas em que eu não ia mal". A cadeia de inferência necessária deveria ser algo como "mas, como todos os alunos gostavam de redação e, por isso, iam bem, eu – sendo um dos alunos – também gostava de redação e, por isso, também ia bem nesta disciplina". É esta última proposição – "eu ia bem em aulas de redação" – que permite dar coerência a (35). Parece-nos claro que esta inferência não emerge numa primeira leitura de (35). Ou seja, assim como a alternância TC/F-somente não consegue evocar esta leitura (cf. (31)), também a conjunção *mas* não é capaz de evocá-la, por si só, eficientemente – ainda que a aceitabilidade de (35) seja um pouco melhor do que a de (31).

Compare agora (35) com (36) abaixo, que só difere de (35) pelo fato de recorrer não apenas à conjunção *mas*, mas também à alternância TC/F-somente – isto é, ambas as expressões de "contraste temático" são utilizadas simultaneamente:

(36) Eu me graduei no ensino secundário como um estudante MÉDIO. Eu achava um saco CIÊNCIAS e detestava MATEMÁTICA. Mas *de aulas de redação* todos os alunos GOSTAVAM.

Parece-nos claro que (36) é mais natural que (35) e consegue evocar a cadeia de inferências necessárias: em (36), a primeira leitura é a de que, "como todos os alunos gostavam e, por isso, iam bem em redação, eu também ia bem em redação".

Não pretendemos fazer uma análise detalhada do sucesso relativo do discurso (36) *vis-à-vis* (35) – em particular, porque precisaria descrever mais detalhadamente o papel da

conjunção *mas* no acionamento de pressuposições contextuais, coisa que nos levaria para além de nosso objetivo aqui. O ponto fundamental para nós, aqui, é que no contexto particular em (36), nem *mas* nem a alternância TC/F-somente conseguem, por si só, estabelecer eficientemente a relação de *contraste temático*; esta relação só emerge *se ambas as formas de expressão são usadas conjuntamente*. Entretanto, como vimos antes, elas *são* capazes de evocar, por si sós, contraste temático em outros contextos. Concluímos, assim, que ambas expressam *contrastes temáticos* diferentes: num contexto como o do discurso (1), que nos ocupou neste artigo, os dois contrastes temáticos se sobrepõem, razão pela qual parecem expressar a mesma relação temática; mas, em contextos como (31), (35) e (36), nenhuma das duas relações é completamente adequada por si só, e ambas são necessárias – razão pela qual o discurso só soa natural na presença da conjunção *mas* acompanhada da alternância TC/F-somente. Este, nos parece, é mais um argumento para dizer que a alternância TC/F-somente – e, portanto, a estrutura informacional por si só – é uma fonte independente para o conteúdo semântico de relações temáticas no discurso.

3.7. Conclusões

Se a argumentação precedente estiver no caminho correto, pode-se dizer que as propriedades do discurso em (1) revelam que a articulação informacional da frase pode ser responsável por relações temáticas do discurso de modo independente de outras fontes – como, por exemplo, nexos como a conjunção *mas*. Em particular, procurei mostrar que o discurso (1) fornece, de vários modos, evidência para uma análise semântica da função de "tópico contrastivo" como a proposta por Büring (2003) – ainda que, como observamos antes, esta análise precise de reajustes. É importante enfatizar o ponto fundamental desta proposta: é por recorrer à hipótese de que "tópicos contrastivos" respondem, em discursos articulados, a "perguntas-tópicas" implícitas – especificamente, a perguntas-QU múltiplas – que a teoria de Büring é particularmente adequada para lidar com as propriedades temáticas do discurso (1) que discutimos acima.

Do ponto de vista mais geral desta dissertação, esperamos ter demonstrado novamente o grau de complexidade envolvido no estudo das "funções informacionais" das estruturas sintáticas marcadas. Aqui, o ponto é: não apenas a distribuição das diferentes articulações informacionais em discursos reais parece exigir algo como um conjunto de "pergunta tópicas subjacentes"; principalmente, é possível explicar várias propriedades das relações temáticas e

de sua organização hierárquica recorrendo a estas "perguntas tópicas subjacentes"; especialmente, parece ser possível explicar mesmo o "conteúdo substantivo" de certas relações temáticas a partir da abordagem QUD da estrutura informacional. Portanto, aqui temos um caso em que uma teoria desenvolvida para explicar "aspectos puramente informacionais" das sentenças acaba por ter ramificações para o próprio conteúdo das relações temáticas – ou retóricas – entre sentenças.

4. Considerações Finais

Esta dissertação investigou a interação entre a articulação informacional das sentenças e algumas variáveis semânticas e pragmáticas envolvidas no uso de duas construções marcadas do português: a *clivada* e os *tópico contrastivo*. No que diz respeito às clivadas, vimos a literatura atribui, em geral, quatro propriedades mais ou menos sistemáticas a essas construções: (i) a interpretação especificacional da clivada como um todo; (ii) a pressuposição de existência desencadeada pela oração clivada; (iii) a exaustividade do constituinte focalizado; e (iv) o caráter denegador da clivada como um todo. Além disso, vimos que a propriedade (iii), em particular, levou alguns lingüistas, como Kiss (1998), a colapsar aspectos da articulação informacional na representação semântica das clivadas – introduzindo a distinção entre "foco informacional" (o caso não-marcado de foco) e "foco identificacional"; este último tipo de foco, em particular, seria o responsável pelas leituras exaustivas características das clivadas e seria inerente à sua representação semântica.

No entanto, nossa conclusão foi a de que apenas as propriedades (i) e (ii) são inerentes às clivadas, o mesmo não ocorrendo com as propriedades (iii) e (iv). No caso da propriedade (iii), sugerimos que a interação entre as propriedades (i) e (ii), em conjunto com máximas griceanas, poderia dar origem aos efeitos de exaustividade observados no uso das clivadas. A valer esta explicação, a exaustividade associada às clivadas seria, em realidade, uma *implicatura generalizada de quantidade* – e, portanto, não seria fruto de um tipo "especial" de foco, codificado convencionalmente na estrutura destas construções. Vale observar, contudo, que a propriedade (iv) ainda carece de uma explicação mais sistemática, já que, na solução que apresento, este tipo de efeito de significado não tem uma explicação óbvia. Além disso, nossa proposta ainda clama por uma maior formalização e também por estudos lingüísticos de maior envergadura empírica – já que, como foi observado, os efeitos associados às clivadas (ou a construções análogas gramaticalmente e semanticamente) podem não ser uniformes em outras línguas.

Quanto aos tópicos contrastivos, vimos que sua articulação informacional, em conjunto com a das estruturas de foco não-marcadas (denominadas "foco-somente" nesta dissertação), dão origem a um *contraste temático* em discursos conexos. Por outro lado, observamos que a conjunção *mas* também parece veicular este tipo de

relação retórica – e, neste caso, convencionalmente. Isto poderia sugerir que ambas são variantes formais de um mesmo tipo de conteúdo discursivo – ou seja, da relação de *contraste temático* – e que, portanto, seria a relação de *contraste* em si que licenciaria o uso destas estruturas, e não o contrário. Neste caso, teorias que depositem nas relações retóricas em si as restrições que devem incidir sobre o conjunto de expressões lingüísticas responsáveis pela "materialização" da relação retórica parecem oferecer ferramentas adequadas para lidar com estes fenômenos (como, por exemplo, a SDRT de Asher & Lascarides (2003)).

No entanto, vimos que, na realidade, o contraste gerado pela alternância TC/F-somente e o gerado pela conjunção *mas* não são equivalentes: ambas as estruturas desencadeiam leituras de "contraste temático", mas em algumas circunstâncias esse tipo de relação só é alcançada pela atuação *conjunta* dos dois mecanismos gramaticais; isoladamente, eles não conseguem, em tais contextos, evocar o contraste relevante. Mais ainda: apresentamos algumas evidências que sugerem que é a alternância TC/F-somente *em si*, e não algum tipo de contraste discursivo inferido com base na semântica dos componentes do discurso, que gera *contraste temático.* Teorias como as de Büring (2003), que postulam uma relação mais íntima entre articulação informacional e estrutura do discurso, parecem fornecer ferramentas mais adequadas neste caso. Mais especificamente: é por poder expressar o contraste temático pela *alternância entre (sub-)estratégias*, por meio de diferentes *(sub-)perguntas*, que a análise de Büring parece ser mais atraente. No entanto, há ainda lacunas a serem preenchidas, e certamente é necessário fazer alguns reajustes ao modelo proposto por Büring para que ele possa captar por completo os fenômenos ligados ao *contraste temático* estudados aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, Barbara. (2008). Presuppositions and common ground. *Linguistics and Philosophy* 31(5), 523-538.

AKMAJIAN, Adrian. (1970). On deriving cleft sentences from pseudo-cleft sentences. *Linguistic Inquiry*, 1, 149-168.

ASHER, Nicholas (1993). *Reference to Abstract Objects in Discourse*. Dordrecht: Kluwer.

_____. (1999). Discourse and the Focus/ Background Distinction. In: P. Bosch & van der Sandt (eds.) *Focus – Linguistic, Cognitive and Computational Perspectives*. Cambridge: CUP.

_____. & LASCARIDES, Alex (2003). *The Logics of Conversation*. Cambridge: CUP.

ATLAS, Jay. & LEVINSON, Stephen (1981). It-clefts, Informativeness, and Logical Form: Radical Pragmatics (Revised Standard Version) In Cole, P. (ed.) *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press.

AUSTIN, John (1962). *How to Do Things With Words*. Oxford: Claredon Press.

BOSCOVIC, Zeljko (1997). Pseudoclefts. *Studia Linguistica* 51(3), 235-277.

BÜRING, Daniel (2003). On D-Trees, Beans, and B-Accents. *Linguistics & Philosophy* 26(5), 511-545.

_____. (2007). Semantics, Intonation and Information Structure. In *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: OUP.

CAGLIARI, Luis C. (1980). Entoação do Português Brasileiro. *Estudos Lingüísticos* 3. Araraquara: UNESP.

CHAFE, Wallace. (1976). Given, contrastiveness, definiteness, subject, topics and point of view. In: C. Li (ed.), *Subject and Topic*. New York: Academic Press.

CHIERCHIA, Gennaro & MCCONNELL-GINET, Sally. (2000). *Meaning and Grammar*, 2ª edição. Cambridge, MA: MIT Press.

CHOMSKY, Noam. (1971). Deep structure, surface structure and semantic interpretation. In: D. Steinberg & L. Jakobovits (eds.), *Semantics: an Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*. Cambridge: CUP.

DECLERCK, Renaat. (1988). *Studies on Copular Sentences, Clefts and Pseudo-Clefts*. Leuven: Leuven University Press.

DELAHUNTY, Gerald. (2001). Discourse functions of inferential sentences. *Linguistics* 39(3), 515-545.

DELIN, Judy. (1992). Properties of *it*-cleft presupposition. *Journal of Semantics* 9(4), 289-306.

_____. (1995). Presupposition and shared knowledge in it-clefts. *Language and Cognitive Processes* 10 (2), 97-120.

_____. & OBERLANDER, John. (1995). Syntactic constraints on discourse structure: the case of *it*-clefts. *Linguistics* 33(3), 465-500.

ERTESCHIK-SHIR, Nomi. (1997) *The Dynamics of Focus Structure.* Cambridge: CUP.

_____. (2007). *Information Structure*. Oxford: OUP.

GIVÓN, Talmy. (1983) Topic continuity in discourse: an introduction. In: T. Givón (ed.) *Topic Continuity in Discourse: A Quantitave Cross-Language Study*. Amsterdam: John Benjamins.

_____. (1992). The grammar of referential coherence as mental processing instructions. *Linguistics* 30, 5-55.

_____. (1993). *English Grammar: A Function-Based Introduction, Volume II.* Amsterdam: John Benjamins.

_____. (2001). *Syntax: A Functional-Typological Introduction.* 2ª edição. Amsterdam: John Benjamins.

GRICE, Paul. (1975). Logic and Conversation. In: D. Davidson and G. Harman (eds.), *The Logic of Grammar*. Encino, CA: Dickenson.

GUNDEL, Jeanette K. & FRETHEIM, Thorstein. (2004). Topic and Focus. In: L. Horn & G. Ward (eds.), *Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell.

HALLIDAY, Michael A. K. (1967). Notes on transitivity and theme in English, Part II. *Journal of Linguistics* 3, 199-244.

HAMBLIN, Charles. (1973). Questions in Montague English. *Foundations of Language* 10, 41-53.

HEDBERG, Nancy. (2000). The referential status of clefts. *Language*, 76(4), 891-920.

HEYCOCK, Caroline & KROCH, Anthony. (2002). Topic, Focus and Syntactic Representation. In: L. Mikkelsen & C. Potts (eds.), *Proceedings of WCCFL 21*. Somerville: Cascadilla Press.

HIGGINS, Roger. (1973). *The Pseudo-Cleft Construction in English*. Tese de Doutorado, MIT.

HORN, Laurence. (1981). Exhaustiveness and the semantics of clefts. In Burke, V. & Pujetovsky,J. (eds.) *Proceedings of NELS 11*. Amherst: GLSA.

_____. (1996). Exclusive Company: *Only* and the Dynamics of Vertical Inference. *Journal of Semantics* 13, 1-40.

ILARI, Rodolfo. (1992). *A Perspectiva Funcional da Frase Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp.

JACKENDOFF, Ray. (1972). *Semantics in Generative Grammar.* Cambridge, MA: MIT Press.

KADMON, Nirit. (2001). *Formal Pragmatics*. Oxford: Blackwell.

KAMP, Hans & REYLE, Uwe. (1993). *From Discourse to Logic*. Dordrecht: Kluwer.

KARTTUNEN, Lauri. (1973). Presuppositions of compound sentences. *Linguistic Inquiry* 4, 169-193.

_____. (1974). Presupposition and linguistic context. *Theoretical Linguistics* 1, 182-194.

_____. (1977). Syntax and semantics of questions. *Linguistics & Philosophy* 1, 3–44.

KISS, Katalin É. (1998). Identificational focus and information focus. *Language* 74(2), 245-273.

KURODA, S.-Y. (1972). The categorical and the thetic judgment. *Foundations of Language* 2, 153-185.

LAMBRECHT, Knud. (1994). *Information Structure and Sentence Form*. Cambridge: CUP.

_____. (2001). A framework for the analysis of cleft constructions. *Linguistics* 39(3), 463-516.

LEVINSON, Stephen. (1983). *Pragmatics*. Cambridge: CUP.

_____. (2000). *Presumptive Meanings*. Cambridge, MA: MIT Press.

LEWIS, David. (1979). Scorekeeping in a language game. *Journal of Philosophical Logic*, 8(1), 339–359.

MIOTO, Carlos & NEGRÃO, Esmeralda V. (2007). As sentenças clivadas não contêm uma relativa. In *Descrição, história e aquisição do português brasileiro.* Campinas: Pontes.

MODESTO, Marcello. (2001). *As construções clivadas no Português do Brasil: relações entre interpretação focal, movimento sintático e prosódia*. São Paulo: Humanitas.

PRINCE, Ellen. (1978). A comparison of WH-clefts and *it*-clefts in discourse. *Language* 54(4), 883-906.

_____. (1983). A comparison of topicalization and left-dislocation in discourse. Artigo apresentado no Annual Meeting of the LSA.

POTTS, Christopher. (2005). *The Logic of Conventional Implicatures*. Oxford: OUP.

REINHART, Tanya. (1981). Pragmatics and Linguistics: an analysis of sentence topics. *Philosophica* 27, 53-94.

ROBERTS, Craige. (1996). Information Structure in Discourse: Towards an Integrated Formal Theory of Pragmatics. In J. H. Yoon and Andreas Kathol (eds.), *OSU Working Papers in Linguistics 49: Papers in Semantics*, 91-136.

ROOTH, Mats. (1985). Association with Focus. Tese de doutorado, University of Massachusetts, Amherst.

_____. (1992). A theory of focus interpretation. *Natural Language Semantics* 1, 75-116.

_____. (1996). Focus. In: S. Lappin (ed.), *The Handbook of Contemporary Semantic Theory*. Oxford: Blackwell.

_____. (1999). Association with Focus or Association with Presuppositions? In: P. Bosch & van der Sandt (eds.), *Focus – Linguistic, Cognitive and Computational Perspectives*. Cambridge: CUP.

SZABOLCSI, Ana. (1981). The semantics of topic-focus articulation. In Groenendijk, J., Janssen, T. & Stokhof, M. (eds.) *Formal methods in the study of language*. Amsterdan: Matematisch Centrum.

SEARLE, John. R. (1969). *Speech Acts*. Cambridge: CUP.

SELKIRK, Elisabeth. (1984). *Phonology and Syntax: The Relation between Sound and Structure*. Cambridge, MA: MIT Press.

_____. (1995). Sentence prosody: Intonation, Stress and phrasing. In: J. Goldsmith (ed.), *Handbook of Phonological Theory*. Oxford: Blackwell.

SMITH, Carlota. (2003). *Modes of Discourse*. Cambridge: CUP.

SPENADER, Jennifer. & MAIER, Emar. (no prelo). *Contrast as denial in multi-dimensional semantics*. Journal of Pragmatics.

SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre. *Relevance: Communication and Cognition*. 2ª edição. Oxford: Blackwell.

STALNAKER, Robert. (1974). Pragmatic Presuppositions. In: M. Munitz & P. Unger, *Semantics and Philosophy*. New York: New York University Press.

_____. (1978). Assertion. In: P. Cole (ed.), *Syntax and Semantics 9*. New York: Academic Press.

_____. (2002). Common Ground. *Linguistics and Philosophy* 25, 701-721.

_____. (2008). A response to Abbott on presupposition and common ground. *Linguistics and Philosophy* 31(5), 539-544.

UMBACH, Carla (2004). Contrast in Information Structure and Discourse Structure. *Journal of Semantics* 21(2), 155-175.

VALLDUVÍ, Enric (1992). *The Informational Component.* New York: Garland.

_____. & ENGDAHL, Elisabeth (1996). The linguistic realization of information packaging. *Linguistics* 34, 459-519.

VAN KUPPEVELT, Jan (1995). Discourse Structure, Topicality and Questioning. *Linguistics* 31, 109-147.

VAN ROOIJ, Robert & SCHULZ, Katrin. (2007). *Only*: Meaning and Implicatures. In: M. Aloni, A. Butler & P. Dekker (eds.), *Questions in Dynamic Semantics*. Oxford: Elsevier.

WEDGWOOD, Daniel. (2005). *Shifting the Focus: From Static Structures to The Dynamics of Interpretation*. Oxford: Elsevier.

_____. (2007). Identifying inferences in focus. In K. Schwabe & S. Winkler (eds), *On Information Structure, Meaning and Form*. Amsterdam: John Benjamins.